



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 129

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 21 de novembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Carlos Freitas e pelo Deputado Paulo Silveira) e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade à análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”](#).

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Carlos Silva (*PS*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), João Bruto da Costa (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Francisco Coelho (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Berto Messias (*PS*), Marta Matos (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Gomes (*PSD*), Luís Soares (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*), Délia Melo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Luís (*PS*),

Salomé Matos (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Valdemira Gouveia (*PS*), Flávio Soares (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Ana Quental (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Ricardo Vieira (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Paulo Estêvão (*PPM*), Patrícia Miranda (*PS*), Marco Costa (*PSD*) e Alberto Ponte (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

No decurso do debate, para um protesto e um contraprotesto, respetivamente, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Igualmente, o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), respetivamente, proferiram um protesto e um contraprotesto.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana **Pombo** Sousa Tavares

João **Vasco** Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta **Ávila** **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da **Franca**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte** **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando agora na pasta das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Tem, para o efeito, a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor, Sr. Secretário, tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Membros do Governo, minhas senhoras e meus senhores:

Deputado José San-Bento (PS): O novo super-herói da economia açoriana!

O Orador: Ao longo destes últimos três anos, as açorianas e os açorianos já enfrentaram as consequências de uma pandemia, de duas guerras, de uma crise inflacionária e, agora, de mais uma crise, a crise política no país.

Apoiar os mais necessitados, ajudar as famílias, reforçar a robustez da economia e aumentar o rendimento das açorianas e dos açorianos foram e são as prioridades da ação do Governo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Minhas senhoras e meus senhores, açorianas e açorianos:

Perante todas estas vicissitudes, há uma terra em que a sua economia cresce há 28 meses consecutivos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Há uma terra em que o seu comércio assiste a um índice de consumo privado que cresce há 30 meses consecutivos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Há uma terra em que a sua economia conta com desempenhos recorde nos três principais sectores económicos. Na agricultura, com as maiores receitas de sempre na exportação, ultrapassando os 388 milhões de euros nos laticínios e exportando mais 18% de carne do que em 2020.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nas pescas, ultrapassando, pela primeira vez, os 40 milhões de euros

de valor de pescado, embora pescando menos. Contou, como queremos e é desejável, o valor acrescentado no rendimento da cadeia de valor.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: No turismo, com o valor mais elevado de sempre de dormidas, tendo crescido mais 11,2% face a 2019.

Perante essas vicissitudes, há também uma terra com uma demografia que assistiu ao maior número de população ativa da sua história. Há uma terra com o maior número de população empregada de sempre.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Há uma terra com o menor número de desempregados inscritos últimos 15 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Há uma terra com o menor número programas ocupacionais dos últimos dez anos. Há uma terra em que o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção é o menor dos últimos 20 anos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Há uma terra com os menores impostos da história e do país, e onde, ainda assim, fruto da dinâmica da economia, se arrecada mais 54% de IRC do que no passado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente do Parlamento, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta terra, esta sociedade e esta economia são os Açores. Que orgulho! Que orgulho na força desta gente, que orgulho no seu desempenho!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Deve-se aos açorianos, deve-se a este Governo e a quem, neste Parlamento, viabilizou o Programa do Governo, as Orientações de Médio Prazo e três Orçamentos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): *O canto do cisne!*

O Orador: Com reformas políticas que resultam da estabilidade governativa que foi possível e que gerou esperança. Não se realizou tudo, sublinho, não se realizou tudo, não se cumpriram todas as ambições, nem se fez tudo bem.

Deputado Carlos Silva (PS): Que humildade!

O Orador: Fizemos, no entanto, muito, com poucos meios e em pouco tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, devemos todos estar orgulhosos da nossa terra.

E tudo isto com o primeiro parecer favorável do Tribunal de Contas à Conta da Região, desde 2015, e a primeira subida do ‘rating’ da Região, pela agência de notação da Fitch, desde 2018. São, pois, juízes de um Tribunal e analistas internacionais que atestam, como nunca, o rigor das contas públicas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E eu não percebo, sinceramente, Sras. e Srs. Deputados, como é que não estamos todos, embora críticos do que correu menos bem, orgulhosos do que se fez. Deixem de puxar os Açores para baixo! Deixem de pintar o futuro de negro e assumam que fizeram mal! E há quem esteja a fazer bem, senhores do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Com estes dados do desempenho económico, com estes dados do desemprego baixo e de população ativa alta, em qualquer outro território, em qualquer outra região do mundo, em qualquer outro país do mundo, estes dados seriam motivo de orgulho e parabenização.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com honestidade intelectual, isenção e objetividade não se pode falar mal do que está bem.

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos emocionados!

O Orador: E atenção, também sabemos bem que o povo pensa assim, tal como nós no Governo. Não está tudo bem. Ainda há muito por fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas não esperem que apesar destes grandes resultados, não esperem que em três anos façamos aquilo que outros não foram capazes de fazer em 24 anos de poder absoluto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ainda assim, e repito, seria bom que alguma oposição deixasse de puxar os Açores para baixo e que, todos, nos orgulhássemos do que já atingimos.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo faz isso sozinho! O Governo faz isso todos os dias!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para as famílias em dificuldades pelas consequências da inflação, o Governo dos Açores propõe, nestes documentos, a duplicação do montante de apoio para o pagamento dos juros do crédito à habitação.

Deputado Carlos Silva (PS): Executou 30% até agora!

O Orador: A esse respeito, posso informar ao Parlamento que, ao dia de hoje, o programa CreditHab apoiou mais de 507 famílias açorianas, isto é, mais 200 candidaturas desde as alterações feitas em setembro passado.

Deputado Mário Tomé (PS): Um fiasco!

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que isso está publicado, Sr. Secretário?

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que isso está? O Sr. Secretário anuncia números que ninguém consegue encontrar, já é uma doutrina sua!

O Orador: O XIII Governo percebeu, desde a primeira hora, que não há boa Administração Pública sem que os seus trabalhadores sejam parceiros ativos e motivados neste caminho de melhoria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: O Programa do XIII Governo dos Açores inscreveu medidas capazes de motivar e valorizar os recursos humanos da Administração Pública, num claro sinal de disrupção com o caminho que vinha sendo seguido e encarando o investimento nas pessoas como a estratégia certa para alcançar resultados consistentes e duradouros.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta nova abordagem às pessoas não é possível sem o envolvimento dos próprios trabalhadores e de estruturas consultivas e parceiros sociais. Cientes da importância deste envolvimento, o Governo dos Açores reativou o Conselho Consultivo da Administração Pública, órgão que se encontrava inativo há 11 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Cumprindo com os funcionários públicos e continuaremos a cumprir. Vamos propor, nestes documentos, um acelerador na progressão de carreiras dos funcionários públicos, reduzindo em 40% o tempo necessário para garantir a subida da posição remuneratória.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com este Orçamento, os funcionários públicos precisam apenas de acumular seis pontos para progredir na carreira ao invés dos atuais dez pontos.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Em 2024, em matéria de remuneração complementar, o Governo dos Açores procederá a um aumento de 5% de atualização do valor e procederá ainda ao alargamento dos escalões beneficiários da remuneração complementar abrangendo mais 1500 funcionários públicos regionais.

Aos profissionais de saúde, que durante a pandemia foram os heróis de uma guerra, o Governo dos Açores, com este Orçamento, vai proceder à regularização na Administração Pública dos 536 profissionais contratados ao abrigo de “contratos Covid” e que se revelaram necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Açorianas e açorianos, estes documentos refletem a grande prioridade do Governo da coligação, que é a execução de fundos comunitários.

A execução do PRR em 2024 e 2025 é um desígnio nacional, é um desígnio de todo o Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É também uma razão para o Orçamento de Estado ser aprovado, como deverá ser para a aprovação do Orçamento Regional.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para as empresas açorianas, o ano 2024 será marcado pelo desenvolvimento do sistema de incentivos – Construir 2030 e Capital Participativo Açores. A este respeito posso dar nota que já deram entrada nos serviços mais de 150 intenções de investimento para o Construir 2030. E relativamente ao Capital Participativo Açores, do programa Capitalizar, o Banco

Português de Fomento está já em condições de receber candidaturas das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores através dos cinco bancos já credenciados como intermediários financeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas propostas de Plano e Orçamento não são meramente números, representam a nossa aspiração por um arquipélago mais próspero, sustentável e inspirador. Estas propostas refletem não apenas políticas, mas uma visão para os Açores como um farol de esperança e de progresso.

Perante um círculo vicioso que herdamos, círculo vicioso de desemprego, dívidas e fraco desenvolvimento, inaugurámos um círculo virtuoso de mais emprego, contenção da dívida e mais desenvolvimento.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Perante um círculo vicioso que herdamos do Partido Socialista, de desemprego, dívida e pobreza, inaugurámos e queremos continuar um círculo virtuoso de mais emprego, mais desenvolvimento e menos dívida!

Deputado Carlos Silva (PS): A dívida está bem pior agora!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E perante aqueles que puxam os Açores para baixo e que já puxaram na governação os Açores para baixo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo!

O Orador: ... apontamos que há um novo caminho e um novo paradigma. É possível fazer diferente, fazer melhor e fazer os Açores crescerem.

É possível fazer voltar os nossos filhos às suas terras. É possível desenvolver cada

uma das nossas ilhas, cada um dos nossos concelhos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É possível restaurar a esperança, como nós restaurámos depois dos anos negros de governação entre 2012 e 2020.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos prontos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Agora é que estão? Três anos depois e agora é que estão prontos?

O Orador: ... como sempre e agora ainda mais, para colaborar, ouvir e construir juntos um futuro mais feliz para a nossa Região. Os Açores contam connosco. Saibamos estar à altura das nossas responsabilidades.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso começar sem antes dizer que a intervenção do Sr. Secretário das Finanças contrasta bem com a dura realidade em que vivem os açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Obviamente!

O Orador: A discussão sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores insere-se numa análise mais abrangente e mais importante do que a mera discussão sobre as políticas orçamentais para o próximo ano.

Volvidos praticamente três anos desde o início de funções do XIII Governo, suportado pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, importa analisar o que foi dito, o que foi prometido e o que foi efetivamente concretizado. Importa, por isso, regressar ao passado ainda que por breves instantes e comprovar o histórico de incumprimentos e de fracas execuções. Sim, porque este não é apenas um debate sobre a propaganda do Governo, esta é uma boa oportunidade para explicar aos açorianos os motivos pelos quais o Orçamento para 2024 não tem credibilidade.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não tem, não...

O Orador: E a falta de credibilidade não se resume apenas ao extenso rol de promessas, mas também aos dados errados utilizados pelo Governo na construção dos documentos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Dados errados?!

O Orador: Desde logo, pelas perspetivas demasiado otimistas para o próximo ano e que divergem significativamente daquilo que acontece no resto do país.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Do país!

O Orador: Segundo as projeções recentes da Comissão Europeia, foi estimado um crescimento para a economia portuguesa de apenas 1,3% no próximo ano. Nos Açores e depois de umas largas centenas de milhares de euros gastos em entidades consultoras, o Governo apresentou ao Parlamento uma anteproposta assente no crescimento fantasioso de 2,7% da economia regional. 2,7%!

Mesmo com uma revisão em baixa, a proposta do Governo continua a apresentar

um cenário macroeconómico pouco rigoroso, que mais parece um conto de fadas. Perante uma diferença tão expressiva, como podemos nós acreditar que a economia regional vai crescer praticamente o dobro da média nacional, quando os últimos dados disponíveis de 2021 mostram que fomos a economia que menos cresceu no país?

Como podemos sequer confiar num Governo cujas políticas públicas levaram o PIB *per capita*, em comparação com a média europeia, a recuar para níveis de 1998? 1998!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Como podemos sequer confiar num Orçamento que desvaloriza o impacto da redução de 70% da operação da Ryanair na economia regional?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Agora querem saber?

O Orador: E a resposta é simples: não podemos acreditar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Claro!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em abril de 2021, no encerramento da discussão do Orçamento, o Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, referia o seguinte, e passo a citar: “Connosco não serão poucos a gerir o que é de muitos e, sim, teremos menos promessas e mais execução.” Afinal, quase mil dias depois, o que se constata é precisamente o contrário, são uns poucos a gerir o que é de todos os açorianos e são muitas as promessas para tão fracas execuções.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E os exemplos não faltam, a começar pelo Plano de 2021. A execução do Plano 2021 foi martelada (sim, martelada!) com a contabilização errada de 67

milhões de euros do PRR. E quem o diz é o Tribunal de Contas. Sem essa operação, a execução do Plano baixaria 10 pontos percentuais, para apenas 77%. No Orçamento para 2022, o Governo Regional prometeu realizar investimentos públicos no valor de 781 milhões de euros. Chegados ao final do ano, a taxa de execução foi historicamente baixa, na ordem dos 60%, ficando por concretizar investimentos no valor de 264 milhões de euros.

Também, ao nível dos fundos comunitários, o nível de execução tem sido extremamente baixo, com as transferências da União Europeia a nem chegarem aos 100 milhões de euros em 2022, ou seja, 29,3% do montante inscrito no Orçamento. Isso significa que por cada mil euros que o Governo prometeu executar de fundos comunitários, apenas cumpriu 293, menos de um terço.

E o mesmo já está a acontecer em 2023. De acordo com os dados do próprio Governo Regional, em cerca de 300 milhões de euros inscritos no Orçamento, de fundos comunitários, apenas foram concretizados até setembro pouco mais de 67 milhões de euros, ou seja, 22% do prometido.

Perante um histórico de fracas execuções, como podemos agora acreditar que 2024 vai ser diferente?

Deputado Gustavo Alves (PPM): É de chicote nas empresas de construção civil! É de chicote!

O Orador: Como podemos acreditar que o Governo vai receber receitas de fundos comunitários no valor de 400 milhões de euros em 2024, quatro vezes mais do que o seu histórico?

Que credibilidade merece o Governo, quando em dois anos de PRR já recebeu mais de 100 milhões de euros de adiantamentos, mas ainda só comprovou 30% deste montante em despesa realizada?

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): O povo dirá!

Deputado Gustavo Alves (PPM): E o PIB?

O Orador: A resposta, mais uma vez, é óbvia: não tem credibilidade.

E é também por isso que não podemos acreditar neste Orçamento, porque tem demasiada propaganda eleitoral e muito pouco rigor orçamental.

Deputada Joana Pombo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Porque mais do que prometer dar tudo a todos e a todo o tempo, temos a obrigação de falar a verdade aos açorianos e de não os iludir com promessas populistas e irresponsáveis, porque não basta prometer fazer em poucos meses aquilo que não foram capazes de fazer em três anos, mesmo tendo ao seu dispor o maior volume de fundos comunitários da nossa história.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É só estalar os dedos!

O Orador: A cada dia que passa, fica cada vez mais evidente a degradação financeira da Região, com sucessivos recordes no crescimento da dívida, no crescimento da despesa fixa, no volume de dívidas a fornecedores, na falta de pagamentos de apoios e nos elevados défices orçamentais.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Fale do PIB!

O Orador: E quem o diz não é apenas o Partido Socialista, são também os parceiros sociais, as empresas, as famílias, instituições como o INE, o Tribunal de Contas e o Banco de Portugal, entre muitas outras.

O Tribunal de Contas, tão citado nos últimos dias de forma seletiva por alguns, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Claro!

O Orador: ... alertou, por exemplo, no seu parecer, que o Governo Regional distorceu de forma significativa as contas de 2021 porque contabilizou erradamente os tais 67 milhões de euros do PRR.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que é possível o Partido Socialista falar disso?

O Orador: O Tribunal também confirmou que os défices dos últimos dois anos atingiram o valor acumulado de quase 800 milhões de euros, batendo todos os recordes negativos da nossa história, além de o Governo ter violado os limites do endividamento líquido. E só em 2022, foram mais de 130 milhões de euros em que o Governo ultrapassou os limites do endividamento.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Isso é falso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: E em comparação com o resto do país e com a Madeira, também estamos em sentido contrário. Enquanto o país apresenta excedentes orçamentais recorde e uma redução da sua dívida face ao PIB, nos Açores aumentamos o défice e aumentamos a dívida.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E aumentou-se o PIB!

O Orador: E dados do Banco de Portugal, a 30 de junho de 2023, mostram que a dívida dos Açores atingiu os 3,3 mil milhões de euros, o que representa mais 920 milhões de euros face a 2020, isto é, mais 38% em apenas 30 meses.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Em casa, ninguém percebe nada!

O Orador: São números alarmantes? São, de facto. Evidenciam a gestão negligente das contas públicas e contrariam a publicidade enganosa do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas últimas semanas, o Governo e os partidos que o suportam, o PSD, o CDS e o PPM, têm prometido mundos e fundos, caindo até no ridículo de anunciar obras em terrenos privados, que nem projeto nem financiamento têm assegurados. E o exemplo mais flagrante é o caso do Centro de Saúde da Ribeira Grande.

E a intenção tem sido clara: prometer o que não existe, para branquear a inércia e a incompetência dos últimos três anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Carlos Freitas (PSD): É uma vergonha falar disso! O PS devia ter vergonha!

O Orador: Com a agravante de criar um clima de medo, fazendo chantagem e anunciando que o Diabo vem aí, para transparecer a ideia de que, se o Orçamento não for aprovado, o investimento público fica bloqueado, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ai não fica?

O Orador: ... os funcionários públicos perdem direitos e os açorianos ficam sem apoios sociais. Nada mais falso! O mais grave é que o Governo e os partidos que o suportam sabem que isso é falso e mesmo assim enganam os açorianos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Qual enganar?

O Orador: Este é, pois, um Governo que promete muito, mas executa pouco, corta apoios, paga tarde e endivida-se muito. É por isso que não podemos compactuar com um Orçamento tão desequilibrado e de contas erradas, que, na ânsia de prometer tudo a todos, apenas gera mais incerteza, mais desigualdade e faz os Açores regredirem a nível económico e social.

Pior do que um Orçamento reprovado é ter um mau Orçamento em vigor e um Governo incompetente em funções, que se recusa a devolver a palavra ao povo. Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado. Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário, meu caro vizinho da ilha do Pico, eh pá, já nos roubaram o “cheque pequenino”, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... já nos roubaram o apoio à natalidade, ó senhor, não nos roubem os *slogans*, o “Estamos prontos” é do Chega! Não nos roubem! Olhe, “Aperta com eles!” Não nos roubem os *slogans*, senhor! O senhor quer um *slogan*? Pronto, eu arranjo-lhe um *slogan*, eu sou muito bom a fazer *slogans*. Olhe, faça assim: “Desculpem, açorianos, agora é que vai ser!”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse já está gasto!

O Orador: Pronto, *outdoor* e tal... Fica uma coisa muito bonita e tal... Não, não nos façam isso. Já o “cheque pequenino”, o Governo não queria fazer... O apoio à natalidade, que é aquela rodilhazinha que a gente tem visto, que dá para uns e não dá para outros, enfim, mas o Governo é que faz. Eh pá, deixem ficar alguma coisinha para nós, porque temos trabalhado para isso. E os senhores sabem muito bem. Está bem que os senhores depois não cumprem, mas, pronto, olhem, vamos trabalhando.

A última pessoa que eu ouvi falar em regressar dos nossos jovens...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já que o Chega não faz nada!

O Orador: O senhor pode-me deixar falar? Quer falar alguma coisa?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu estou a falar!

O Orador: Então, peça a palavra, se faz favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor está incomodado?

O Orador: A última pessoa que falou em regressar dos jovens ao seu país foi o “defunto” político António Costa. A verdade é que os nossos jovens, cada vez mais, vão saindo. Cada vez mais, os nossos trabalhadores vão saindo.

Como resultado, nós temos que começar a preocupar-nos, neste momento, com muita urgência, e é isto que eu quero saber, em fixar os nossos jovens na nossa

terra, porque eu tenho filhos, quem está em casa tem filhos e não quer vê-los a abandonar nossa terra. E nós não podemos perder estas pessoas. Os jovens é que são o futuro desta terra, não vai ser, com certeza, com pessoas da minha idade.

Obviamente, quando eu começo a ver uma promessa destas, faz-me lembrar o *slogan*: “Agora é que vai ser!”

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Esse está gasto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Aproveito a ocasião para informar a Casa de que está nas galerias, a acompanhar os nossos trabalhos, uma turma da Escola Secundária da Horta, o 11.º-A, a quem saúdo em nome desta Assembleia e agradeço a visita.

(Aplausos da câmara)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado. Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este é um Orçamento inclusivo. É um Orçamento de progresso económico e social.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É um Orçamento que responde aos açorianos com resultados muito concretos, como o aumento do investimento, o aumento do emprego e o aumento dos rendimentos.

Os dados publicados certificam os bons resultados da governação. Ao longo desta legislatura, assegurámos o crescimento do salário mínimo, ano após ano, de forma responsável. Procedemos ao aumento da remuneração complementar para os funcionários públicos regionais. Garantimos o aumento do complemento regional de pensão para idosos. Subimos o valor do complemento açoriano para o abono

de família. E tudo isso foi alcançado com responsabilidade, mantendo os impostos baixos. Isto significa que uma família açoriana, aqui nos Açores, paga menos impostos, como o IVA e o IRS...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... e tem o seu dispor uma rede social de apoio, como o complemento açoriano ao abono para crianças e jovens e ainda descontos significativos nas creches.

Mas também ao nível do emprego têm sido registados resultados significativos. A taxa de desemprego nos Açores baixou para 7,3%. Os resultados são indiscutíveis. Estamos a criar emprego estável em todos os setores de atividade económica, ao mesmo tempo que reduzimos o desemprego jovem e o número de açorianos em programas ocupacionais.

Por tudo o que foi dito anteriormente, temos a plena convicção que este é um Orçamento que serve os açorianos e responde aos desafios existentes, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ao contrário de alguma oposição que não apresenta soluções responsáveis e credíveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Peço desculpa aos meus parceiros de coligação por estarem a aplaudir um discurso escrito pelo novel guru da economia e finanças do Partido Socialista, Carlos Silva. Isto é a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva no Plano e Orçamento de 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ora, o Sr. Deputado Carlos Silva, no Plano Orçamento 2020, achou fantástica a descida do desemprego para 7,3%, a mais baixa desde 2011. Então, o que dizer de 6% agora, a mais baixa de sempre?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): 6%!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, o Deputado Carlos Silva dizia que nos Açores havia descontos significativos nas creches. O que dizer agora em que as creches são gratuitas para todos?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Silva dizia que os dados publicados certificavam os bons resultados. Então, o que dizer do parecer do Tribunal de Contas? O que dizer da subida do *rating* da Fitch?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E aqui pergunto à Sra. Deputada Célia Pereira o que é que achava a propósito de assistencialismo, que este Orçamento é assistencialista. Então, o que dizer quando garantimos o aumento do complemento regional de pensão para idosos? O que dizer quando passou de 52 euros, que esteve congelado durante quatro anos de governação socialista, para, agora, 102 euros?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, depois, eu não li esta parte, que era para não ser demasiado óbvia, mas dizia também o Deputado Carlos Silva: atualizamos as tabelas salariais e revimos as carreiras dos professores. Então, o que dizer do novo Estatuto da Carreira Docente? Enfim...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Entretanto, também, gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar aqui em alguns aspetos que foram avançados como verdades e que na verdade não são. E aproveito esta oportunidade também para dizer que, por exemplo, relativamente à taxa de risco de pobreza, Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, em 2018, a taxa de risco de pobreza era 31,8% e, em 2021, de 25,1%.

Deputado António Lima (BE): E 2020?

O Orador: O novo indicador da taxa de pobreza e exclusão social, que é um novo referencial, que tem outros indicadores, existe para 2022 e são os 30,3%, que o senhor de forma panfletária andou a divulgar. Mas devo-lhe dizer que, se aplicássemos os mesmos parâmetros a 2018, teríamos uma taxa de pobreza e exclusão social 6% acima da atual, 36,5%.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que a questão deste indicador, e são indicadores, está tudo bem, ou este novo referencial, tem indicadores interessantes, em que um dos indicadores é: sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa. Outro dos indicadores é: sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi sempre assim!

Deputado António Lima (BE): Sempre foi assim!

O Orador: Outro dos indicadores é: sem possibilidade de substituição do mobiliário usado.

Sr. Deputado Nuno Barata, sabe muito bem que estes indicadores não são aquilo que o senhor e eu consideramos como pobreza, ou pelo menos à direita, e eu incluo-me nessa direita, sem dúvida. Nós, à direita, o que queremos é tirar pessoas da pobreza, ao contrário de acabar com os ricos, que é o apanágio dali da esquerda. Agora, a realidade é que, idealmente, e eu pessoalmente considero, todos os cidadãos deviam poder ter acesso a férias fora de casa, a poder mudar o mobiliário quando bem entendessem ou quando necessitassem, a ir ao cinema, ao teatro, regularmente, porque isso é, efetivamente, um avanço civilizacional.

Mas não nos podemos esquecer é de onde viemos, Sr. Deputado Nuno Barata. E sabe de onde é que nós viemos? E isto não é de tempos longínquos, isto é de 2019. Nós viemos: “Goreti continua a viver num chiqueiro de porcos.” Um chiqueiro de porcos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é uma coisa... É muito mau!

O Orador: Isto, Sra. Deputada, lembra-se?

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

Incomoda a Sra. Deputada Andreia Cardoso, é verdade. A senhora era a responsável da tutela. E nós partimos, de 2019, do chiqueiro de porcos para aquilo que agora temos, que são apoios sociais condignos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Nuno Barata, a realidade é que não é possível, e o senhor convirá, em tão pouco tempo conseguir inverter aquilo que são as necessidades da nossa Região.

Deputada Ana Luís (PS): A direita no seu melhor!

O Orador: E porque também não podemos comparar o que é que é a necessidade de habitação, o que é que é a carência alimentar, o que é que é a carência de medicamentos, que são tudo medidas que este Governo tem implementadas e que contribuem grandemente para aliviar os orçamentos familiares e são uma melhoria na qualidade de vida dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, gostaria de dizer, para terminar, que o Deputado Vasco Cordeiro foi ali àquela tribuna dizer que o Parlamento é, afinal, acessório, que o Orçamento é, afinal, acessório.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Para quê o Orçamento?

O Orador: O Governo tudo pode, os documentos e o Parlamento de nada servem. Que é uma tese, aliás, subscrita pelo Bloco de Esquerda.

Mas nessa bravata, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sabe o que é que veio ao de cima? O que veio ao de cima foi a arrogância.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: A arrogância a que nos habituou durante duas legislaturas enquanto Presidente do Governo. Foi a única coisa que veio ao de cima.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: E pior, julgo que foi pior, porque veio ainda uma característica que eu pessoalmente não lhe reconhecia, que foi o baixo nível e o insulto.

Deputada Ana Luís (*PS*): Baixo nível?! Veja-se ao espelho!

O Orador: Baixo nível e insulto que em nada abona para um Presidente do Partido Socialista dos Açores, um ex-Presidente do Governo Regional e um Presidente do Comité das Regiões.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E devo dizer: mas que desespero é esse, Sr. Deputado? Que desespero é esse que o leva a passar por cima dos Açores e por cima dos açorianos, apenas para resolver a sua carreira política?

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Ganhe juízo, Sr. Deputado! Desespero é o seu!

O Orador: Usar todos os expedientes para antecipar eleições, as eleições regionais. E se lhe correrem mal, poder ser, assim, candidato ao Parlamento Europeu. É muito interessante essa sua jogada. Acho é que põe em causa aquilo que são os interesses dos Açores e dos açorianos.

E, por isso, para terminar, Sr. Deputado, dizer que o Partido Socialista está preocupado com os Açores e os açorianos não é só uma falácia, mas, permita-me que o cite, “é uma falsidade, é apenas uma requintada mentira”.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os auscultadores...

O Orador: Sr. Secretário das Finanças, Sr. Presidente do Governo, permitam que me dirija particularmente aos senhores.

E para ir ao concreto, não tenho muito tempo para tecer grandes considerações, tenho que ir direto ao assunto, apelo, em nome da lealdade e daquilo que deve ser o esclarecimento que nós devemos prestar aos açorianos que nos veem em casa, que sejamos concretos e que os senhores também abandonem esse mundo da fantasia cor-de-rosa que, ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Não, não!

O Orador: ... infelizmente, não corresponde à verdade. E quando eu digo que, infelizmente, não corresponde à verdade, é porque, realmente, não diz respeito à verdade. Eu tenho na minha mão seis correspondências de empresários, que me enviaram e-mails e informações sobre o grande desespero que vivem atualmente por responsabilidade do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores do PS e os empresários...

O Orador: E por isso, Sr. Presidente, independentemente do tempo que o senhor ainda fique em funções, eu chamo a vossa atenção para a necessidade da resolução urgente destes casos.

Sr. Presidente do Governo, este e-mail que eu vou aqui citar é enviado da diretora financeira de uma empresa para o sócio-gerente dessa empresa e diz o seguinte, vou tentar ser rápido: “Venho por esta via, mais uma vez...

(Burburinho)

Ó Sr. Presidente, eu exijo condições para poder falar neste Parlamento.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: “Venho por esta via, mais uma vez, reiterar a minha grande preocupação com a situação financeira da nossa empresa. As nossas disponibilidades de tesouraria continuam fortemente prejudicadas pelo grande atraso do Governo Regional dos Açores no pagamento devido às Linhas Covid-19. No PME-I já pagamos 40700 euros, mais 5700 euros de juros, um total de 46400 euros. E só recebemos 10000 euros daquilo que era devido pelo Governo. No PME-II já pagamos de capital 58000 euros, de juros 5400 euros, um total de 63700 euros. Não recebemos qualquer apoio do Governo.”

E, portanto, é dito aqui: “Alerto que, juntando à situação acima mencionada, acresce a falta de obras públicas.”

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Falta de obras públicas?!

O Orador: “E a manter-se essa situação financeira grave, não teremos outra possibilidade senão redimensionar a nossa operação e despedir entre oito a dez colaboradores.”

É esta a realidade de muitas empresas. E, portanto, Sr. Presidente, nós exigimos que o Governo resolva este problema!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Flávio Soares (PSD): Partilhe os e-mails!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Entregue na Mesa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por deixar aqui uma palavra, um elogio, à qualidade do Plano e do Orçamento, à credibilidade, à seriedade com que foi feito, pela negociação que o precedeu com um conjunto de parceiros sociais, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Começou mal, muito mal!

O Orador: ... com os apoios positivos que teve dos conselhos de ilha, que é o reflexo de uma evolução de três anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente àquilo que tem sido a postura do Partido Socialista, não é novidade nenhuma, aliás, desde a discussão do primeiro Plano e Orçamento que o discurso é exatamente o mesmo. É o mesmo quando se falou na diminuição da carga fiscal, quando se falou da Tarifa Açores. Tudo aquilo que o Partido Socialista hoje diz, já dizia que iria acontecer.

Só que o Partido Socialista, naquilo que é a sua abordagem ao défice e à dívida, o que faz não é desmentir o Governo, o que faz e desmentir o Tribunal de Contas e o Conselho de Finanças Públicas Regionais. É aquilo que faz.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E se ler com seriedade os documentos, quer as notificações do défice,

se ler com seriedade, e o Sr. Deputado Carlos Silva tem assistido às reuniões da Comissão de Economia quando são dadas explicações na discussão do Plano, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que grande parte daquilo que disse não corresponde à verdade.

Deputado Carlos Silva (PS): A dívida?

O Orador: Eu não vou utilizar a expressão do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, da “requintada mentira”, não vou usar porque não é habitual, mas aquilo que diz é falso.

Deputado Carlos Silva (PS): Banco de Portugal!

O Orador: E é falso, porquê? Porque não distingue aquilo, que sabe que é verdade, que é o défice que resulta da atividade orçamental e aquilo que resulta da incorporação no perímetro orçamental de dívida que já existia. E essa tem sido a técnica do Partido Socialista.

Mas basta ler. O Tribunal de Contas, por exemplo, relativamente a 2020, a dívida bruta aumentou 407 milhões de euros, mas diz: “A expansão da dívida pública regional foi determinada pela necessidade de financiar o défice orçamental em 152 milhões de euros e pela assunção de dívida financeira da Lotaçor, da SATA, no montante 187 milhões de euros e de reforço do capital da SATA em 62 milhões de euros.”

Ou seja, o Sr. Deputado quando diz que isso é dívida criada por este Governo, está faltando à verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Tecnicamente, é uma vergonha esse tipo de postura. E é uma vergonha esse tipo de postura quando tem os documentos, quando estuda os documentos e

quando sabe perfeitamente que o que diz não é verdade. Está, sobretudo, enganando os açorianos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, há aqui um duplo engano. O Partido Socialista, quando estava no Governo, enganava os açorianos omitindo aquilo que não era a dívida bruta e que nós todos dizíamos que mais cedo ou mais tarde seria pago pelo Orçamento da Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Omitia e desvalorizava. E agora que está na oposição, o que é que faz? Considera tudo no mesmo pacote, enjeitando responsabilidades que são suas.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Bem lembrado! Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não só na SATA. Na SATA, na Sinaga, na Santa Catarina e num conjunto de outras matérias.

Mas, relativamente a 2022, e para não ocupar muito tempo em matéria de défice, não é novidade para o Partido Socialista, faz o seu papel, faz o seu número, como fez o ano passado com a notificação da dívida do Banco de Portugal, no segundo trimestre, que é uma informação incompleta, que este ano continua, porque tem dívida flutuante, tem dívida de curto prazo e tem dívida de refinanciamento, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas que se confirmou no final do ano! Exatamente!

O Orador: ... que ao longo do período vai amortizar dívida que se vence.

O Sr. Deputado Carlos Silva falou nos 132 milhões de euros que o tribunal falou. Foi um excesso do ponto de vista do refinanciamento, uma norma que já não existia no Orçamento de 2023 e que, por coincidência, foi dívida refinanciada da Saudaçor, que tinha péssimas condições. Foi explicado na Comissão de Economia, na audição do Plano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: E, portanto, o senhor sabia, esteve com o Sr. Diretor Regional. E, portanto, fez mais um número aqui desnecessariamente e dispensável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Relativamente a 2021, para não perder muito tempo...

Deputado Carlos Silva (PS): Temos tempo. É preciso é ter calma.

O Orador: ... nem com a notificação do défice, nem com o Tribunal de Contas, eu tenho aqui um documento (o Sr. Deputado Carlos Silva parece que também tem) que é a evolução orçamental das Regiões Autónomas em 2021. E na página 16, que eu vou entregar à Mesa, relativamente aos Açores, diz o seguinte...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aquilo que o Sr. Deputado quer deixar, a gente agradece, mas dispensa.

O Orador: Expurgando o efeito Covid, expurgando a contabilização do adiantamento do PRR... E cumpriu as regras, porquê? Porque os adiantamentos do PRR não podem influenciar nem positiva nem negativamente o défice dos países. Mas, expurgando essas duas verbas, diz o seguinte: “A situação de desequilíbrio orçamental em 2021 é inferior à verificada nos últimos sete anos, anteriores à Covid-19, anteriores a 2019.” Ou seja, o que diz o Conselho de Finanças Públicas é que do ponto de vista da execução orçamental, tirando as verbas da Covid e tirando o efeito negativo do PRR, que foi refletido nas contas, foi o melhor ano de execução orçamental dos últimos sete anos. E eu vou fazer chegar à Mesa esta informação.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Relativamente ao juízo do Tribunal de Contas, já o Sr. Secretário falou aquilo que é a diferença entre o juízo na conta de 2022 e nas contas anteriores. Dispensou novamente repetir isso.

Deputado Carlos Silva (PS): E 2021?

O Orador: Mas há pelo menos dois aspetos que gostaria ainda de falar. Primeiro, a variação das despesas correntes entre 2021 e 2022, das despesas com pessoal, da aquisição de bens e serviços e de juros. Entre 2020 e 2022, a despesa corrente aumentou 5,3% e as despesas com pessoal 7%, em dois anos. E aquilo que consta no Orçamento para 2024, que tem um aumento de 17%, que a Iniciativa Liberal chamou a atenção desse aumento de 17%, há 75 milhões de euros que são substituição de dívida comercial por dívida financeira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E que é endividamento!

O Orador: Não é endividamento porque não altera o endividamento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Altera, sim, senhor!

Deputado Carlos Silva (PS): Altera!

O Orador: Não altera o endividamento líquido e não corresponde a qualquer tipo de despesa com contratação de pessoal ou com nomeação de chefias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor sabe que altera!

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que põem em nota de rodapé!

O Orador: Não corresponde a qualquer atitude ou a qualquer decisão governamental que possa acrescentar nomeações de cargos de chefia. Foi o argumento que foi utilizado.

Mas há um aspeto, e eu já termino, que é o seguinte: aquilo que é a previsão de crescimento económico para 2022, consta no Plano de Governo, são 8,5% em termos reais.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é fiável!

O Orador: Em termos reais são 8,5%.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que diz isso?

O Orador: Em termos nacionais, a estimativa de crescimento do PIB em termos reais são 6,8%. Logo aí há uma convergência com o país.

Deputado Carlos Silva (PS): São estimativas não confirmadas!

O Orador: Mas é sobretudo com a União Europeia, em que a estimativa de crescimento da União Europeia 2022, já quase confirmada, são 3,5%. O que significa que a confirmarem-se os 8,5% previstos na Região, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, isso é tudo muito credível!

O Orador: ... haverá uma convergência, mantendo-se tudo o resto constante, de 5% em matéria de convergência com a União Europeia.

Isso, juntando a todos os resultados económicos, mostra o sucesso daquilo que têm sido as políticas económicas do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é evidente que nós não temos os números ainda, mas temos indicadores mais do que suficientes para validar no conjunto e desmentir grande parte daquilo que tem sido a postura do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para dizer que acho muito curioso que o CDS, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ó senhor, deixe o CDS!

O Orador: ... que na oposição achava muito bem os critérios do INE para a pobreza e para tantas outras coisas, agora no Governo acha que o INE tem critérios que não se devem aplicar aos Açores. É curioso.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não disse nada disso!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não disse nada disso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ponha os olhos no passado para ver como se faz oposição!

O Orador: Sr. Secretário Regional das Finanças, eu tinha a esperança de que o senhor viesse aqui, neste debate do Plano e Orçamento, atualizar-nos quanto ao valor das responsabilidades financeiras futuras da Região. É que aí, nessas responsabilidades financeiras futuras da Região, que o senhor veio aqui em 2021 dizer que eram 3,6 milhões de euros, na verdade eram 3,8 porque enganaram-se nas contas, o senhor já incluía a SATA, a Santa Catarina, a Sinaga e todas essas empresas públicas, que agora dizem que integraram, cuja dívida reconheceram e foi integrada no perímetro da Região.

Mas, Sr. Secretário, já que o senhor não o faz, tenho todo o prazer de lhe dizer que as responsabilidades financeiras da Região com este Governo cresceram 700 milhões de euros, já atingem 4,5 mil milhões de euros. E é isso que o senhor não tem a coragem de vir aqui dizer, porque aí não há herança. E essa é uma responsabilidade inteira deste Governo!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E para o que foi essa dívida? A dívida, o recurso à dívida para

investimento é muitas vezes essencial, porque não há capacidade de o fazer sem recorrer ao endividamento. Mas para que foi este endividamento? Foi para fazer investimento público, com aquelas execuções miseráveis do Plano a cada ano? Não foi para fazer investimento público. Foi para financiar o Serviço Regional de Saúde? Bem, com dívidas a fornecedores a beirar os 190 milhões de euros este ano, não foi para reforçar o Serviço Regional de Saúde. Ou seja, este Governo, também naquilo que era a sua grande bandeira – a redução da dívida, falhou redondamente! E essa responsabilidade é da direita, de toda a direita, da que está no Governo e de quem a apoiou durante esses três anos!

Disse.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Martins, sobre aquilo que disse, recorro-me aos seus artigos em que fala da “época atoleimada” para comentar aquilo que disse, nada mais adequado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está dito!

O Orador: E até vou recorrer a uma citação sua, que diz assim: “Bolieiro percebeu que o Engenheiro foi ultrapassado pela realidade da Região (...)” E o senhor referia-se ao Secretário Regional das Finanças anterior, Bastos e Silva. E, portanto, também o senhor está a ser ultrapassado pela Região e ainda não percebeu, mas com o tempo vai lá chegar.

(Risos dos Deputados do CDS-PP)

E é curioso que tenha trazido aqui uma intervenção que eu fiz em 2020. E eu subscrevo na íntegra aquilo que disse, porque um desemprego de 7,3%, quando viemos de uma crise que provocou um impacto nas famílias tão significativo, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): E agora?

Deputado Jaime Vieira (PSD): E agora?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora, viemos do paraíso!

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estava a dizer, Sr. Deputado, quando nós recuamos de uma taxa de desemprego de 16% para cerca de 7%, sim, esse é um trabalho notável. Mas não foi apenas do Governo do Partido Socialista, foi das empresas, das famílias e dos trabalhadores, que souberam aproveitar as políticas públicas.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: E também é curioso que, quer o Sr. Deputado, quer o Sr. Deputado António Vasco, não tenham contrariado os argumentos que eu apresentei, porque são factuais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais?

O Orador: Ó Sr. Deputado António Vasco, dívida pública dos Açores, em 2020, 2,4 mil milhões de euros. Em 2022, rondava os 3,1 mil milhões de euros. Em 2023, já vamos em 3,3 mil milhões de euros. Portanto, qual é a dúvida? Os dados são do vosso Governo. E isso fica bem evidente num gráfico disponível do Banco de Portugal, que mostra a evolução, são mais 900 milhões de euros de dívida em 30 meses. São mais 38% em 30 meses. Portanto, é factual.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa análise está mal feita!

Deputada Ana Luís (PS): A análise do Banco de Portugal está mal feita?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor diz uma coisa na Comissão e

diz outra aqui!

O Orador: Em relação ao PIB, os últimos dados disponíveis do PIB são os 2021. E o senhor sabe disso. E o que é que diz o PIB de 2021? Diz que fomos a Região do país que menos cresceu, crescemos abaixo da média nacional e regredimos no PIB *per capita*, em comparação com a média europeia, para níveis de 1998.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é um retrocesso significativo. E, portanto, vir aqui utilizar as projeções que estão no Orçamento, que não têm correspondido à realidade, é falacioso. E isso é um motivo de preocupação.

E, por último, para terminar, falar do Tribunal de Contas. Sr. Deputado, o Tribunal de Contas o que diz é muito claro em relação ao parecer da Conta de 2022, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Diz tanta coisa! Agora vai ser seletivo?

O Orador: Diz que “a dívida total do setor público administrativo manteve a tendência evidenciada anteriormente, tendo-se agravado em pelo menos 472 milhões de euros”. São mais de 18% num ano. É significativo!

Diz mais, diz que “o limite anual fixado pela Assembleia para a emissão de dívida fundada com recurso à contratação de empréstimos, incluindo créditos bancários, foi excedido em 132,7 milhões de euros”. Portanto, qual é a dúvida? O senhor não contrariou esses argumentos!

O Tribunal diz mais ainda, diz que isso “implicou o aumento do endividamento líquido”. E quando nós constatamos as contas de 2023, verificamos é que o Governo está a violar o limite do endividamento autorizado nesta Assembleia. E em 2024 prepara-se para fazer isso novamente com os 75 milhões de euros que inscreveu na proposta do Plano. E, portanto, os senhores é que estão em negação perante a realidade.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É, é! Uma vergonha!

O Orador: E os dados demonstram que nós estamos a regredir e não a progredir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva voltou a repetir exatamente os mesmos erros da sua intervenção inicial, voltou a fazer demagogia, confundindo aquilo que é a dívida orçamental, aquilo que resulta da atividade do Governo e aquilo que resulta da inclusão na dívida.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é ainda mais à frente, não cheguei a essa parte!

O Orador: E eu já tinha lido o que está no Tribunal de Contas, no final do relatório, relativamente à evolução da dívida fundada.

Deputado Carlos Silva (PS): Veja a página 26!

O Orador: O Sr. Deputado quer ignorar isso. O relatório do Banco de Portugal mostra a evolução e diz o seguinte: “Em 2022, o aumento da dívida fundada foi de 152 milhões de euros de dívida de execução orçamental e o resto pela assunção de dívida financeira da Lotaçor, da SATA, no montante de 187 milhões de euros e de reforço de capital da SATA em 62 milhões de euros.”

Deputado Carlos Silva (PS): Compare com 2019!

O Orador: E, portanto, o Sr. Deputado sabe que é falso o que diz, sabe que está a deturpar a realidade, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É tudo verdade!

O Orador: ... mas mantém o mesmo discurso, que é o discurso que interessa ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional das Finanças invocou, como um dos argumentos para atestar a boa gestão deste Governo e das finanças públicas regionais, a recente notação atribuída pela Fitch em relação às finanças públicas dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É o reconhecimento!

O Orador: Fê-lo, aliás, se me permite colocar a questão dessa forma, atirando as roqueiras, recolhendo as canas e fazendo a festa sozinho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Costuma ser assim nos Açores!

Deputado José Ávila (PS): E em Santarém também!

O Orador: Eu aconselhava-o, Sr. Secretário, e aconselhava todos aqueles que nos ouvem a terem um pouco mais de cautela com essa análise. Aliás, esse é um dos assuntos em que, quando eu digo, e já o disse, é necessário rigor e que o Governo nos oferece meias-verdades. Esse é um exemplo clássico e claro daquilo que é a meia-verdade deste Governo Regional. Em primeiro lugar, pelo facto de, historicamente, e o senhor sabe disso, o *rating* da Região acompanhar sempre a subida do *rating* da República.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): No seu tempo não era assim!

O Orador: É isso que, na generalidade, acontece.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem sempre!

O Orador: Sempre que a República melhora o seu *rating*, a Região melhora também o seu *rating*. É isso que acontece também desta vez.

Diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão, em aparte: “Nem sempre!” É verdade, nem sempre, porque, por exemplo, aquilo que aconteceu, pela Fitch, em novembro de 2022, foi ter subido o *rating* do país e mantido o *rating* da Região. Aquilo que aconteceu em setembro deste ano foi a Fitch ter subido o *rating* do país e ter mantido o *rating* da Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É quando dá jeito!

O Orador: E só agora é que sobe o *rating* da Região.

E, além disso, o relatório da Fitch é muito claro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Anula o seu próprio argumento!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Escute até ao fim!

O Orador: Espere.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente espera.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, eu retiro a minha inscrição. O Sr. Deputado acabou de anular o seu próprio argumento.

O Orador: Aquilo que se verifica e que se verificava até este Governo Regional ter assumido as funções de gerir as finanças públicas da Região é que os Açores estavam sempre, aliás, como a Madeira, um grau abaixo daquela que era a notação atribuída ao país. Com este Governo Regional, já estivemos a quatro, já estivemos a três e agora estamos dois graus abaixo daquilo que é o país e um grau abaixo daquilo que é a Madeira.

E, portanto, atestar com a notação das agências financeiras a grande gestão financeira deste Governo é um exemplo claro de chamar a atenção para o caminho que este Governo tem feito e que leva a uma degradação das finanças públicas da Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas há uma coisa que o relatório da Fitch começa logo por dizer, aliás, começa

por dizer isso de forma muito clara, e cito: “Esta subida de *rating* reflete as nossas expectativas altas de apoio por Portugal [e dá a classificação de Portugal] no caso de necessidade.” Ou seja, este relatório da Fitch que os senhores tanto invocam diz mais sobre a boa situação financeira das finanças do país e muito menos sobre a má situação financeira das finanças públicas da Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Os Açores estão, hoje, em pior situação naquilo que tem a ver com notação financeira do que alguma vez já estiveram no passado, durante os Governos do Partido Socialista.

E mesmo naquilo que tem a ver com o relatório em si, é preciso ter cautela, porque, por exemplo, aquilo que é dito no relatório da Fitch é que, nos seus pressupostos, a Fitch assume que a dívida pública não irá aumentar. Não é isso que nos diz o Orçamento. O que nos diz o Orçamento é que a dívida pública vai aumentar.

Em termos de taxa de crescimento médio das despesas, o que a Fitch nos diz, essa tal notação financeira que os senhores tanto invocam, é que se estima que será 2,2%. Senhores, em setembro de 2023, já era, com os senhores, de 6,5%, três vezes mais do que aquilo que a própria Fitch estima.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!

O Orador: A Fitch estima recebimentos avultados da parte do PRR. Mas, senhores, aquilo que nos diz o Conselho Económico e Social dos Açores é que os senhores já receberam 100 milhões de euros do PRR e nem foram capazes de executar 30.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Faltam os do Costa!

O Orador: E, portanto, o que a Fitch nos diz, como a primeira frase do relatório bem revela, é que a razão pela qual o *rating* da Região sobe é exatamente porque

a República está em melhor condição de ajudar a Região, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ajudar a Região?! É vergonhoso!

O Orador: ... se for necessário, do que propriamente a boa situação das finanças públicas regionais.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra. Faça favor.

(Burburinho)

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir a intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, efetivamente, conforme a sua intervenção, há uma terra, mas há uma terra também onde o ISP, o imposto sobre produtos petrolíferos, continua a asfixiar o poder de compra das pessoas e a operacionalização das empresas. O seu Governo, apesar de falar muito da redução do IVA, do IRS e do IRC, continua a ignorar a necessidade de baixar de forma determinante o ISP.

Sr. Secretário das Finanças, há ainda uma terra que tem um Governo que insistiu no endividamento zero, que está a constranger as empresas da nossa terra. O Governo assumiu como condição não aumentar o endividamento, mas está a imputar às empresas esse custo. E elas, hoje, estão-se vendo com enormes

dificuldades, especialmente nesta altura, porque têm que pagar ordenados e décimo terceiro mês aos seus funcionários, têm que fazer face aos compromissos que têm com os seus fornecedores. E não conseguem porque não recebem, porque o seu Governo não tem dinheiro, porque alguém não lhes paga!

Deputada Joana Pombo (PS): Ora bem!

O Orador: Há ainda uma terra, Sr. Secretário das Finanças, onde os recibos verdes continuam a ser ignorados. A mão de obra que trabalha a recibos verdes continua a ser ignorada nesta sociedade. Ninguém fala na progressão da carreira dessas pessoas, que tantos serviços prestam na nossa Região.

Há ainda uma terra, Sr. Secretário das Finanças, onde há açorianos de primeira e açorianos de segunda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos a tratar disso!

O Orador: Em função disso, Sr. Secretário das Finanças, há uma terra de gente descontente. E eu sou um deles.

E, Sr. Secretário das Finanças, aproveitando o momento, porque o meu tempo é pouquíssimo, devo dizer que, para minimizar isso, tenho uma proposta de alteração, também, ao Programa 3, no sentido de aumentar a dotação para o regime de apoio ao microcrédito bancário, que poderá minimizar os constrangimentos dessas pequenas e microempresas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há também uma terra onde existe um Partido Socialista e um Presidente do Partido Socialista, que foi oito anos Presidente do Governo, que, depois de ver neste debate do Plano e Orçamento (para as pessoas que estão a assistir

perceberem o que é que aqui fez o Sr. Deputado Vasco Cordeiro), no âmbito da dívida, no âmbito das questões financeiras e do estado da Região em termos económicos e financeiros, os argumentos do Partido Socialista completamente arrasados pela verdade e pela realidade, quis vir aqui fazer uma coisa, que foi puxar os Açores para baixo perante a melhor notação financeira que a Fitch nos atribuiu, para desvalorizar o trabalho que tem sido feito...

Deputado José Ávila (PS): Qual trabalho?

O Orador: ... e que o senhor não conseguia desde 2018. A verdade é essa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E o que assistimos aqui foi o Deputado Vasco Cordeiro, líder do Partido Socialista Açores, a querer puxar uma notícia boa para os Açores, boa para os agentes económicos, boa para a economia, boa para as nossas perspetivas de investimento e de capitalização dos Açores, a puxar para baixo uma notação financeira. E, depois, achando que isso não era suficiente, ainda tentou acabar com a credibilidade da agência de notação financeira, porque não faz ideia do que é que anda aqui a fazer e da análise que faz, porque está tudo trocado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor fez isso. E é bom para as pessoas perceberem, quem está a assistir a este debate, que o senhor fez isso não tendo argumentos para combater aquela que é a realidade e a melhoria da situação financeira da Região, atestada pelo Tribunal de Contas e pela agência de notação financeira.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: O senhor não quer falar dos 28 meses consecutivos da economia a crescer. O senhor não quer falar do maior emprego de sempre. O senhor não quer

falar do menor número de desempregados inscritos.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor nunca deu atenção aos pareceres do Tribunal de Contas e, agora, quer ainda desvalorizar o parecer globalmente favorável do Tribunal de Contas?! Ainda vem dizer que nós devemos pedir ajuda à República porque a República é que tem boas condições de nos ajudar?! Isso é incrível, Sr. Deputado, porque a República não nos tem dado nada daquilo que é merecido pelos açorianos e tem-nos negado a ajuda que é devida!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem sequer sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Se eles estivessem melhor do que nós e se nos devessem ajudar... O senhor acabou de comprovar aquilo que tem sido o garrote financeiro que a República nos tem feito, porque, podendo ajudar, não tem ajudado os Açores naquilo que se comprometeu e naquilo que nos é devido.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não nos ajudam porque não querem!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dizem que o dinheiro está nos livros, mas a verdade é que o dinheiro está nas contas públicas, que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas.

Deputada Joana Pombo (PS): Não está é nas contas dos fornecedores das ilhas pequenas! 300 mil euros, de saúde! Uma vergonha! Nem sabem como é que vão pagar os ordenados!

O Orador: E nós devemos ler os relatórios e ler os livros para saber o que realmente se passa nos Açores e não induzir os açorianos em erro, puxando os Açores para baixo, que é aquilo que o senhor acabou aqui de fazer.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, diga a verdade aos açorianos! Estamos melhores!

Este é um bom Orçamento! E ele devia ser aprovado, que era isso que devia acontecer nos Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, ao segundo dia caiu mais uma máscara, a máscara de um Partido Socialista que faz todo o possível para a República prejudicar os Açores...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e depois se queixa das dificuldades financeiras que o Governo dos Açores tem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E isto que está sendo feito pelo Partido Socialista é maquiavélico e é antiaçoriano.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porquê?

O Orador: Porquê? Porque faz tudo para o Governo da República não pagar o que deve e depois queixa-se que o Orçamento da Região não tem o dinheiro que devia vir da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: A esse respeito, Sr. Presidente, vou fazer entregar na Mesa um sumário executivo que foi deixado ao Governo da República relativamente ao furacão Lorenzo e aos prejuízos do Efrain, que dá um total, incluindo os valores que este próprio Parlamento estimou, de 338,3 milhões de euros de prejuízos. No PACS só nos foi permitido acomodar 198 milhões de euros. E, portanto, ficamos com 140,3 milhões por acomodar. 85% destes 140 milhões de euros que não é possível acomodar no PACS, porque foi despesa efetuada antes de 01 de janeiro ou porque não se pode enquadrar naquilo que são as regras do PACS, estes 85%, que é o compromisso da República de apoiar, destes 140 milhões que não podem ser acomodados, significam 119,26 milhões de euros que não podem ser acomodados do PACS. E para cumprir a solidariedade da República, estes 119,26 milhões tinham que vir para os Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E a verdade é que, destes 119,26 milhões, vieram, até 2021, 29,7. Faltam 89,56 milhões de euros. 89,56 milhões de euros que falta o Governo da República assumir e pagar aos Açores, sendo que 20 milhões de euros já estão em atraso desde o ano de 2020! A responsabilidade é daquele senhor, que agora aponta o dedo às dificuldades financeiras do Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Entregarei na Mesa, restando-me ainda uma última esperança: que o Partido Socialista ponha a mão na consciência em defesa dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Tiago Branco (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... e defenda que os Açores têm que ser ressarcidos destas verbas. Estamos a falar de praticamente 90 milhões de euros, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O Sr. Secretário tenha juízo!

O Orador: ... que deviam estar no Orçamento Regional e não estão.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas mais, estamos a falar também do dinheiro do 2030, que ainda não chegou à Região. E nós temos executados cerca de 60 milhões de euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hem?

O Orador: Cerca de 60 milhões de euros, que já deveriam ter entrado pelo menos mais de 40 na Região. Esses mais de 40 do 2030 mais estes 90 do Lorenzo fazem 130 milhões de euros, que os senhores têm a responsabilidade de não serem pagos à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Onde é que eles estão?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já não falando nas OSP, que prejudicaram a SATA. E é assim que se faz política nos Açores, depois de terem desgraçado os Açores.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro agora fala. E em oito anos, a única coisa que nos lembramos da sua atividade é de um “Cachalote”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Para a memória futura dos açorianos, a governação do Presidente do Governo, do Dr. Vasco Cordeiro, em oito anos, é sinalizada por um avião

“Cachalote”, que custou 40 milhões de euros ao erário público.

E quando se diz que o atual Governo, o Governo de coligação, está sempre a falar da redução de impostos, na Tarifa Açores, no fim dos rateios na agricultura, nos Novos Idosos, isto vai marcar esta governação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como marca a maior população ativa de sempre, o menor desemprego de sempre, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... 28 meses a crescer. Isto marca esta governação!

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que é que tem para mostrar aos açorianos? 40 milhões de euros de um buraco, do avião “Cachalote”. Se não tem vergonha desse facto, bom, fica à sua responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Deu 120 milhões de prejuízo!

O Orador: Em relação à Fitch, eu também gostaria de dizer que pode ler no relatório da Fitch que, no entender da agência, “a dívida ajustada é prejudicada, como resultado dos pagamentos futuros de parcerias público-privadas (...)”. Quem é que as fez?

Deputado António Lima (BE): Oh, quem é que as fez?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o valor da dívida ajustada?

O Orador: ... “(...) e da absorção de dívidas de entidades do setor público: dívida dos hospitais regionais, em 2020; Sinaga, em 2021; Azorina, Santa Catarina e Lotaçor, em 2022”. É uma agência de notação internacional que refere isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o valor?

O Orador: E mesmo assim subiu pela primeira vez o *rating* dos Açores desde 2018. O que é que é preciso dizer mais?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Termino dizendo que, relativamente ao que foi aqui referido e em relação à fotografia que o Banco de Portugal divulgou a 30 de junho de 2023, este discurso já foi usado em relação a 2022 e está sendo usado na Comissão. O Sr. Deputado Carlos Silva reconheceu que aquilo era apenas uma fotografia, mas ainda assim traz-nos aqui de novo aquela situação. Por isso, eu vou entregar também na Mesa um documento que prova a falácia do uso dos dados do Banco de Portugal, ...

(Neste momento, o Deputado Carlos Silva mostrou um documento à câmara)

... que em setembro já é menor, em outubro vai ser menor, em novembro vai ser menor e em dezembro vai ser exatamente igual àquilo que o Orçamento Regional ou o Orçamento de Estado permitem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida, dizer o seguinte: primeiro, quem diz que a República ajuda se a Região tiver problemas e que a República está em melhores condições para ajudar a Região se tiver problemas, é a Fitch, não sou eu.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: É a primeira frase do relatório da Fitch.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor acha que não!

O Orador: Segundo, em relação ao Lorenzo, quem reduziu as verbas pedidas pelo Governo Regional do Partido Socialista em relação ao Lorenzo foi o Sr. Presidente do Governo, não fui eu. E sobre isso, ele ainda não disse nada.

Deputado José Ávila (PS): Já não se lembram!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Terceira questão, os senhores dizem que a Fitch, pela primeira vez, desde 2019, aumentou o *rating* da Região. Vamos a factos: em novembro de 2022, a Fitch subiu o *rating* do país, manteve o *rating* da Região; em maio de 2023, a Moody's, outra agência de notação financeira, manteve o *rating* do país, subiu o *rating* da Madeira, manteve o *rating* da Região; em julho de 2023, a DBRS, outra agência de notação financeira, subiu o *rating* do país, subiu o *rating* da Madeira, manteve o *rating* da Região; em setembro de 2023, a Fitch sobe o *rating* do país, sobe o *rating* da Madeira e mantém o *rating* da Região; em novembro de 2023, a Fitch sobe o *rating* da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim...

O Orador: Mas qual é a diferença? É que, até 2019, a Região estava em igualdade de circunstâncias com a Madeira e um ponto abaixo daquilo que era o país.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não se confunda!

O Orador: Hoje, com os senhores, a Região já esteve a quatro pontos de diferença

em relação ao *rating* do país. Agora, está a dois e a Madeira está melhor. Isso é algum atestado de boa gestão de finanças públicas?! Acha?! Acha que o facto de as agências de notação financeira alertarem para aquilo que é o crescimento da dívida é um bom atestado de gestão financeira?!

Deputado Gustavo Alves (PPM): É ver o que eles diziam de V. Exa.!

O Orador: Os senhores estão a tentar transformar aquilo que é um alerta sério da parte das agências de notação financeira e aquilo que são dados objetivos colocados neste debate em algo que, pura e simplesmente, não vos preocupa. O problema é exatamente esse: quando era preciso rigor, os senhores oferecem-nos fantasia; quando era preciso verdade, os senhores oferecem-nos meias-verdades.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E sobre a dívida da República?

O Orador: E isto não vai no bom caminho desta maneira!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Meias-verdades foi o que o senhor acabou de fazer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. A meia-verdade é que o senhor diz isso da Fitch, mas esquece-se de dizer porque é que isso é assim. O senhor acha que é muito mau a Fitch dizer que há dívida e que há aumento de dívida, mas esquece-se de dizer que esse aumento de dívida foi responsabilidade sua, Sr. Deputado! É dívida sua, que nós tivemos que incorporar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: É o desastre da SATA, a Saudaçor, a Lotaçor, a Santa Catarina, os desastres que o senhor deixou de encargo para o futuro, que nós andamos aqui a alertar durante anos e anos! Essa é a verdade toda!

E o que nos espanta mais é que o senhor tenha o descaramento de assumir isso como se fosse um mal desta governação. Diz que é um mal desta governação, mas esquece-se que é um mal que o senhor deixou entranhado na governação dos Açores, porque a dívida foi lá posta por si, os juros negociados por si, deixado tudo de pantanas, a SATA praticamente falida. Tivemos que pôr, segundo obrigação europeia, a SATA num processo de privatização. Tudo por sua causa! O senhor deixou-nos uma herança pesadíssima!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E, agora, vem dizer que dois anos e meio depois nós estarmos na governação, de termos finalmente conseguido que a Fitch, uma agência de notação, comece nos Açores a elevar o seu padrão de perspetivas futuras, e o Tribunal de Contas, pela primeira vez, coisa que o senhor não conseguiu uma única vez na última legislatura, uma única vez, Sr. Deputado... Como é que o senhor se levanta dessa cadeira e faz um reparo a este Governo por conseguir um parecer globalmente favorável ou positivo do Tribunal de Contas, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... quando o senhor, em quatro anos da sua última legislatura, não conseguiu isso uma única vez? E, portanto, Sr. Deputado, tenha um bocadinho de humildade democrática para se levantar dessa cadeira e, em vez de encontrar

motivações para denegrir o bom trabalho que os Açores estão a fazer na recuperação económica e na recuperação da dívida que o senhor deixou, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ser capaz de reconhecer que esse bom trabalho está a acontecer e que nós estamos a levar os Açores por um melhor caminho do que aquele que o senhor nos deixou.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom caminho, Sr. Deputado João Bruto da Costa?! Bom caminho?! Quem o ouve, até parece que a SATA, até 2020, deu prejuízo e que, a partir de 2020 até hoje, está a dar lucro. Os senhores já são responsáveis por 127 milhões de euros de prejuízo da SATA, desde 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2023!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É da vossa responsabilidade! Esse é um prejuízo superior àquilo que foi o prejuízo da SATA nos tempos dos Governos do Partido Socialista!

Na Santa Catarina, Sr. Deputado?! Quem escolheu dar a gestão da Santa Catarina a privados, ficando com toda a dívida, foram os senhores, não foram os Governos

do Partido Socialista!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Os senhores, de acordo com o Banco de Portugal, entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2023, aumentaram a dívida da Região em 900 milhões de euros!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Isso é falso!

O Orador: Os senhores, no ano do endividamento zero, que é este ano, entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2023, a dívida aumentou mais 260 milhões de euros, a dívida financeira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: É isso que diz o Banco de Portugal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Eu volto a repetir: entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2023, ...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... de acordo com o Banco de Portugal, a dívida financeira da Região aumentou mais de 900 milhões de euros!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Não é falso! Consulte o Banco de Portugal e veja! Qualquer pessoa pode fazê-lo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Os senhores queixam-se da herança?!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sim, sim!

O Orador: A 31 de dezembro de 2020, a dívida da Região era de 2405 milhões de euros. Se os Governos anteriores tivessem gerido as finanças públicas da Região como os senhores estão a gerir agora, a 31 de dezembro de 2020, a dívida não era de 2405 milhões de euros, era perto dos 8 mil milhões de euros! E

queixam-se da herança?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Esses não são dados meus, esses são dados que estão na página do Banco de Portugal, que é possível ver, qualquer pessoa pode consultar. Os senhores não têm que ficar por mim, vão à página do Banco de Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o relatório do Tribunal de Contas?

O Orador: O relatório do Tribunal de Contas?! O relatório do Tribunal de Contas diz que os senhores bateram todos os recordes do défice da Região! Então, e a culpa é do PS?! E a culpa é dos Governos do PS?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É culpa do PS!

O Orador: Os senhores não estão a fazer igual, os senhores não estão a fazer melhor, os senhores estão a fazer pior do que alguma vez os Governos do Partido Socialista fizeram!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Deputado João Bruto da Costa, em três anos, os senhores degradaram as finanças públicas da Região a um nível nunca visto. Isso é vossa responsabilidade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Toda!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pelo amor de Deus! Tenha vergonha!

O Orador: E, portanto, não venha aqui dizer que, até 2020, a Região estava numa desgraça e que, a partir de 2020, melhorou tudo. Não! A partir de 2020, está pior do que alguma vez teve!

E esses não são dados do Partido Socialista, são dados do Banco de Portugal, são dados do Instituto Nacional de Estatística, são dados do próprio Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E continua sem falar do Tribunal de

Contas, incrível!

O Orador: Não, eu já falei do Tribunal de Contas. Quem diz que em 2022 tivemos um défice de 413 milhões de euros é o Tribunal de Contas, não sou eu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não disse isso!

O Orador: E, portanto, aquilo que os senhores estão, em primeiro lugar, é a enganarem-se a si próprios!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota que vou fazer chegar à Mesa uma informação, um mapa, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mapa de quem? Quem é que fez esse mapa? Qual é a fonte desse mapa?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mário Centeno!

O Orador: ... que mostra a falácia do uso dos dados de 30 de junho do Banco de Portugal, que, ao serem utilizados desta maneira como foram, só provam e só demonstram a razão pelo desastre a que o Dr. Vasco Cordeiro conduziu esta Região. Ele não sabe do que fala. A fotografia do Banco de Portugal, a 30 de junho de 2023, tal como a 30 de junho 2022, não conta com os movimentos flutuantes, com as amortizações que são feitas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é interpelação nenhuma!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E no ano passado, o que é que aconteceu?

O Orador: E no final do ano, como em todos os anos, só pode ser o valor que está no Orçamento Regional ou no Orçamento de Estado.

E assim se prova mais uma vez esta falácia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, não se prova nada! Nada! Zero!

O Orador: Isso demonstra porque é que aquele senhor desgraçou os Açores, porque não percebe nada disto!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem não percebe é o senhor!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário!

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A nossa indignação ou o nosso espanto por aquilo que são as declarações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se calhar, o defeito é nosso. E é nosso, porquê? Porque, na verdade, enquanto exerceu as funções de Presidente do Governo, todos nós sabemos que andou arredado das finanças públicas, havia quem tratasse de tudo e o senhor nada tinha a ver com finanças públicas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso é que se compreende que agora chegue aqui e diga o que diz, porque no seu tempo, na verdade, tinha um Governo pequeno, como disse o Sr. Professor Paz Ferreira, e um Governo grande que pertencia ao Sr. Vice-

Presidente, que governava a maior parte do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Essa é a verdade e é o que o faz chegar aqui e pegar nos valores do Banco de Portugal, esquecendo o resto, que tenha uma atitude simplista relativamente à dívida. Isso mostra que não estava preparado para ser Presidente do Governo e continua a não estar preparado para ser Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra,

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, essa já não pega, porque, há um ano atrás, exatamente neste Plenário, tivemos a mesma discussão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente!

O Orador: E o senhor disse: não, não, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está engado, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz que, de acordo com o Banco de Portugal, a dívida cresce, mas eu posso afiançar que será cumprido o limite de endividamento que foi assumido.

Deputado Carlos Silva (PS): Nada mais falso!

O Orador: Nada mais falso! Aquilo que o Tribunal de Contas diz é, exatamente,

que os senhores excederam o limite de endividamento desta Assembleia em mais de 130 milhões de euros!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente, eu faço chegar à Mesa aquilo que é um *print* da página do Banco de Portugal...

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

... e que é muito claro, diz que, entre o quarto trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2023, ou seja, entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2023, a dívida da Região aumentou 921 milhões de euros, mais de 38% em 30 meses. Isso quer dizer que todas as vezes que os açorianos acordaram ao longo deste período tinham mais 1 milhão de euros de dívida da Região, incluindo sábados, domingos e feriados!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Olhe, esclareçam isso junto do Banco de Portugal, porque eu estou-me a limitar a ler aquilo que diz o Banco de Portugal.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Neste momento, o orador entregou um documento na Mesa)

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É falta de conhecimento!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é mentira!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro insiste em não reconhecer e em não fazer a leitura do relatório do Tribunal de Contas.

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o Tribunal de Contas diz?

O Orador: Leu uma parte, consegue perceber o mapa, o gráfico percebeu, já vimos que percebeu o mapa, mas não percebeu o resto. O Tribunal de Contas o que diz, e eu já citei, página 56, relatório de 2022, é o seguinte: “Conclui-se que as operações de crédito contraídas pela Administração Regional direta cumprem o limite anual para o aumento do endividamento líquido fixado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Está dito aqui! Portanto, o Sr. Deputado pode pegar em 30 ou 40 gráficos, mas não chega à verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Leia as páginas 25 e 26!

O Orador: E continua a não chegar à verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Chega, chega! A sua é que é uma meia-verdade!

O Orador: E o mesmo relatório do Tribunal de Contas, relativamente aos 417 milhões de euros, diz que 152 milhões de euros são da atividade de execução orçamental e o resto é pela assunção de dívidas da SATA, da Lotaçor e de reforço

de capital da SATA.

Portanto, Sr. Deputado, porque é que mantém essa postura, que, no fundo, é de mera incompetência na leitura dos números? Não lhe fica bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 55 minutos.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas.

Estávamos, antes do intervalo, na Secretaria Regional de Finanças, Planeamento e Administração Pública. A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta área setorial ou alguma intervenção de tribuna.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Propositadamente, fiz este compasso de espera na minha inscrição, aguardando que da bancada do Partido Socialista alguma Sra. ou Sr. Deputado pudesse ter a intenção de intervir sobre uma área que também está na responsabilidade do Sr.

Secretário Regional das Finanças, que é a Administração Pública.

E depois de diversas intervenções, hoje, aqui, do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mais espantados ficamos quando não ouvimos uma só palavra sobre a nossa função pública, nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que este Governo do PSD, do CDS e do PPM não está a fazer igual ao que fez o Partido Socialista. É verdade, dou-lhe toda a razão. Neste domínio, como em tantos outros, estamos a fazer mais e muito melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Fizemo-lo, por exemplo, ao nível da estabilidade profissional, integrando nos quadros 419 assistentes operacionais na área da educação, ou 576 professores que integraram os quadros das nossas escolas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Nada dizem!

O Orador: ... ou a regularização de carreiras como a dos enfermeiros, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, dos médicos.

Deputado Berto Messias (PS): E os rateios, não esquecer os rateios!

O Orador: Os trabalhadores da RIAC, hoje, recebem mais 15% do que quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro era Presidente do Governo Regional e lhes recusou sistematicamente uma revisão das suas tabelas remuneratórias, apesar das manifestações na rua, das manifestações corajosas desses trabalhadores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... lutando por direitos que sempre lhes foram negados pelo Sr.

Deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas também sobre isso ele não disse nada. O Partido Socialista, sobre esta gente, não diz nada. Nem diz sobre os 536 trabalhadores que, contratados no âmbito do combate à Covid...

Deputado Carlos Silva (PS): Os senhores chumbaram a proposta!

O Orador: ... e correspondendo a necessidades permanentes, vão ser integrados no quadro no próximo ano, nos termos do que é proposto neste Orçamento Regional.

Tão pouco fala da redução de 40% do tempo necessário para progredir nas carreiras, baixando de dez para seis pontos a progressão na carreira. Disse, ontem, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro: mas isso é possível? Ó senhor, é possível. Então, porque é que os sindicatos exigiram, porque é que os sindicatos reclamaram, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque é que os sindicatos têm desde 2018 isso nos seus cadernos reivindicativos, e o senhor nunca fez? Porque é que não fez?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bem lembrado!

O Orador: Se era fácil, se a lei permitia, porque é que os seus dirigentes, a começar pelos secretários regionais, passando pelos diretores, diretores de serviço e toda a cadeia de comando da Administração Pública Regional, não fizeram avaliações com base nesse critério? Diga lá! Diga!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não fez ou porque não quis ou porque não era possível. De qualquer maneira, é o Governo do PSD, do CDS e do PPM que o vai fazer.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E sobre a remuneração complementar que esteve congelada de 2012 a 2019, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É bem lembrado!

O Orador: ... mas que, agora, em três anos, pela quinta vez, o Governo do PSD, do CDS e do PPM atualiza esse valor, em 27%. Não só esses 27%, mas até fazendo mais, alargando a base dos beneficiários para trabalhadores que vão até à posição 22 da tabela remuneratória única da função pública, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o ensino artístico?

O Orador: ... abrangendo com isso 10500 na Administração Pública Regional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas não só, outros tantos ou mais na Administração Pública Local, porque, não sendo obrigatório, todas as Câmaras dos Açores também praticam esse instrumento de compensação dos custos de insularidade. Sobre isso, o Partido Socialista não tem nada a dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada!

O Orador: Não tem nada a dizer, porquê? Porque são boas ações, boas medidas, bons resultados desta governação, em menos de três anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Finalmente, eu vou passar à parte de uma expressão, da “fantasia cor-

de-rosa”, aqui expressa pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, e não vou revelar nenhum documento que me tenha chegado a título individual, até porque esses são sempre suspeitos, eu também posso arranjar um amigo que me mande um documento, vários e-mails, para aqui ler. Eu vou ler um que chegou a todos nós, que diz: “Pela sua importância e alcance económico e social para os trabalhadores em funções públicas, pede-se aos partidos políticos com assento parlamentar que façam a justiça devida aprovando o Orçamento de 2024.”

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor foi completamente surpreendido por isso!

O Orador: É uma petição com mais de 3 mil subscrições, que já deu entrada neste Parlamento.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Srs. Deputados do Partido Socialista, estão ainda a tempo de fazer uma de duas coisas, talvez até as duas, que é pedir desculpa porque não o fizeram, aos funcionários da Administração Pública Regional, durante todo esse tempo. E, já agora, também, talvez, pedir desculpa por aquilo que não querem que nós façamos no próximo ano.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, o Partido Socialista fez um requerimento no dia 16 de outubro sobre o atraso nos pagamentos das valorizações remuneratórias no âmbito da avaliação de desempenho, que está a prejudicar os trabalhadores porque os pagamentos não estão a ser feitos. Esse requerimento foi do dia 16 de outubro. Até ao momento, segundo sabemos, não temos resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está fora de prazo?

O Orador: Eu pergunto a si, enquanto Presidente da Assembleia, se o Governo já respondeu a este requerimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Se o Governo tivesse respondido, se o senhor não recebeu... Para meu despacho, não está. Portanto, se já tivesse respondido, o Sr. Deputado já o teria recebido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está no correio!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava à espera que isto não acontecesse, mas aconteceu pela voz do Sr. Deputado Joaquim Machado. Usar uma petição propagandista, feita pelo Governo Regional ou pelo menos por um partido (não vale a pena dizer nomes, depois, se quisermos, podemos dizer os nomes de quem é que fez), e das Secretarias deste Governo enviar aos funcionários públicos para assinarem essa petição.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Uma vergonha!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Não é verdade!

O Orador: E nós sabemos, à partida, se não assinassem, o que é que poderia acontecer, porque o primeiro peticionário pode saber quem assina e quem não assina. Eu acho que fica muito mal trazer a este Plenário, sabendo à partida que essa petição é uma petição enviesada, enviada pelo Governo, de várias Secretarias, para os seus funcionários públicos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, a petição que eu referi é uma petição que tem mais de 3 mil assinaturas. Foi entregue a V. Exa. presencialmente, no decurso da última semana. E já está disponível no site da Assembleia.

Deputado Carlos Silva (PS): Essas táticas...

O Orador: E, portanto, pergunto, Sr. Presidente, se essa petição está ferida de alguma ilegalidade, se teve origem nalgum departamento do Governo...

Deputado Carlos Silva (PS): É uma questão de moralidade!

O Orador: ... e se, nos critérios de admissibilidade das petições, os serviços que estão sob a tutela de V. Exa., fazem ou alguma vez fizeram a apreciação político-partidária de quem subscreve essa petição. Porque nós tivemos, e vou falar só da minha Comissão, aquela a que presido, a Comissão de Assuntos Sociais, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro!

O Orador: ... ainda há pouco mais de um ano, uma petição que tinha como primeiro subscritor um dirigente do Partido Socialista. E isso até deu azo a uma iniciativa legislativa da Iniciativa Liberal e do PSD.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A moção de confiança já chegou?

O Orador: Portanto, é este o sentido da minha interpelação, saber se há duas coisas: primeiro, a referência a alguma Secretaria Regional ou a algum

departamento governamental nessa petição; e se é feita alguma apreciação político-partidária sobre os subscritores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Em resposta à sua interpelação, o que lhe posso dizer é que, efetivamente, recebi essa petição, com um conjunto alargado de subscritores que fizeram o favor de aqui vir entregar e que eu registei. E despachei para a respetiva Comissão, penso que ontem, para que a Comissão faça a sua apreciação, a sua admissão, porque é a competência também da Comissão fazê-lo.

Efetivamente, o resto, se há apreciações político-partidárias, os serviços não o farão com certeza, muito menos em petições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para intervir, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho, desde logo, para repor a verdade daquilo que se passou ontem. O Sr. Deputado Joaquim Machado está equivocado. Não é verdade que esta bancada não tenha falado da Administração Pública. Esta bancada falou da Administração Pública, desde logo, ontem, dizendo coisas fundamentais, através da voz autorizada do seu líder parlamentar, Deputado Vasco Cordeiro, na primeira intervenção que fez o Partido Socialista sobre esta matéria, esclarecendo desde logo os açorianos de que não é verdade que a não aprovação, neste momento, da proposta do Orçamento venha, ao fim e ao cabo, a prejudicar aquilo que é um conjunto de matérias que aqui estão previstas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prejudica se não for aprovado o Orçamento!

O Orador: O Sr. Deputado, se quiser, inscreva-se e faça uma declaração de voto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já está a pensar nisso?

O Orador: Bom, eu devo dizer, de qualquer modo, que é sempre um grande gozo

e uma grande emoção vermos quem melhor do que o Sr. Deputado Joaquim Machado, do tempo da revogação do subsídio de insularidade, para vir falar na remuneração complementar, para se vir congratular com a remuneração complementar.

Deputada Ana Luís (PS): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto prova bem aquilo que os açorianos sabem e que nós temos que lhes lembrar sempre: o PSD precisa de passar pela oposição para aprender, para se converter, para perceber aquilo que são conquistas da açorianidade e para se converter, esperamos, de uma forma sincera e de boa-fé.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando? Quando?

O Orador: Eu agradecia que o “terceiro anel” me deixasse falar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe o “terceiro anel” que tem debaixo de si!

O Orador: Há aqui uma série de questões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que é bom esclarecer, desde logo quando se fala na integração dos precários Covid. Sobre isso, talvez seja bom lembrar a enormíssima contradição deste Governo, que não tem uma política para a função pública, que há meses faz uma coisa, hoje faz outra, baseado no imediatismo e baseado naquilo que é o terror da iminência de ver este Orçamento chumbado.

É porque, não há muitos meses, Sras. e Srs. Deputados, quando nós levantamos a questão, não só nós, mas também nós, da integração dos falsos precários, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós, quem?

O Orador: ... disseram-nos que não era justo, que, no fundo, aquilo não era verdadeiramente um concurso público, que prejudicava os restantes funcionários públicos, que não podia ser. Eram, pura e simplesmente, despejados. Bom, agora,

parece que já faz sentido integrar precários. Mas porquê estes e porque não os outros? Será porque, na prática, o que se vai fazer já podia acontecer neste caso, mesmo que esta lei não existisse? Porque a maior parte desses precários, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais?

O Orador: ... que trabalham nos hospitais, que são empresas públicas, que estão sujeitas ao regime de direito privado, nesse caso, quem ultrapassar, por exemplo, os três anos, pode ser integrado, porque aí não se põe o problema que se põe para os trabalhadores em funções públicas. E pelo menos para esses, esta lei tem a virtude de vir esclarecer, mas ela não cria propriamente o direito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não...

O Orador: A situação já se podia resolver de outra maneira.

Portanto, há aqui uma tremenda contradição, Sras. e Srs. Deputados. Porquê estes precários? Porque não os outros precários, aqueles que, ainda há pouco meses, nós falávamos aqui?

Depois, também, é bom lembrar o seguinte, que foi, naturalmente, esquecido: esta questão de facilitar a progressão nas carreiras e a mudança remuneratória dos trabalhadores em funções públicas não é ideia deste Governo, nasceu com o Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, do Governo da República, que já prevê um conjunto de acelerações. E que este Plano e Orçamento vem, naturalmente, prever também isso, de uma forma que, é certo, reputamos como favorável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!

O Orador: Embora com algumas questões que ficam por resolver. Por exemplo, aqui, e ao contrário do que acontece com o Decreto-Lei, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só para junho!

O Orador: ... não se prevê a história dos trabalhadores em funções públicas nas sociedades anónimas, designadamente nos hospitais, ao contrário da lei nacional. Mas o mais importante nesta matéria é que, nos Açores, como bem lembrou o

Deputado Vasco Cordeiro ontem, foi feito por este Parlamento e não pelo Governo, ao prever-se o fim das quotas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E muito bem!

O Orador: E, portanto, falar de Administração Pública, falamos com certeza, falamos com muito gosto, falamos com muita coerência. E não falamos só quando temos medo de que o Governo caia, quando andamos em ternas despedidas entre companheiros. Falamos sempre e com coerência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Imposto Único de Circulação?

O Orador: Nós não consideramos a remuneração como um pecado. Nós somos daqueles que, há décadas, estão a favor da remuneração complementar. Nós somos aqueles que criamos e falamos pela primeira vez no “cheque pequenino”. Os senhores apenas acrescentam um montante àquilo que são os paradigmas do Partido Socialista e dos Governos do Partido Socialista!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Sai mais uma petição!

O Orador: Esta intervenção redonda da bancada do Partido Socialista, ...

Deputada Ana Luís (PS): Redonda?!

O Orador: ... literalmente redonda, é exatamente como redonda foi a governação socialista para os funcionários públicos, como aquela que damos a volta e chegamos ao mesmo ponto, isto é, não se evolui, não se anda em frente. É uma intervenção com a qual e sem a qual se fica tal e qual. E é assim que ficariam e que ficarão, porventura, se persistir a ideia de chumbar este Plano, os funcionários

públicos dos Açores, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): É verdade!

O Orador: ... que, no dia 01 de janeiro de 2024, deixam de poder progredir com seis pontos nas suas carreiras, continuando obrigados aos dez pontos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É um facto!

O Orador: Deixarão de ter mais 5% na remuneração complementar, elevando para 27 pontos percentuais o aumento desde a governação, iniciada em novembro de 2020, deixarão de usufruir desse aumento.

Deputado Carlos Silva (PS): Não pagaram 2022/23!

O Orador: Os 536 trabalhadores que queremos integrar nos serviços de saúde da Região continuarão precários. E assim sucessivamente...

E se tivéssemos o Partido Socialista a governar durante estes últimos três anos, não teríamos integrado no quadro 419 assistentes operacionais, eles continuariam nos programas ocupacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, já agora, sobre programas ocupacionais, se calhar, também, é interessante ver aqui uma coisa: esta era a situação do tempo da governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Neste momento, o orador mostrou um documento à câmara)

Isto era o número de trabalhadores ocupados. E é o que temos hoje com a governação de José Manuel Boleiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto faz toda a diferença. Esta diferença de mais de 2 mil trabalhadores que deixaram de estar ocupados e passaram a integrar quadros, seja da Administração Pública Regional, seja das empresas, hoje, têm trabalho, têm estabilidade, têm uma melhor remuneração e estão, seguramente, melhores do que estavam há três anos atrás!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Naturalmente, o Sr. Deputado Joaquim Machado não nos quis esclarecer acerca do seu percurso afetivo relativamente à remuneração complementar. Sobre isso nada nos disse. Nós vamos ter que adivinhar a que é que se deveu essa grande conversão do Sr. Deputado nesta matéria.

Também diz que alguns trabalhadores, sobretudo, alguns cidadãos, viram a sua situação estabilizada na função pública. Naturalmente, somos a favor disso. O que não percebemos, e mais uma vez também o Sr. Deputado Joaquim Machado não explicou, é porque é que há uns precários que, pelos vistos, são melhores do que os outros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Há uns de primeira e outros de segunda!

O Orador: Há uns precários que merecem ser regularizados, a quem é dada a oportunidade de serem regularizados e a outros não. Seria bom saber e que nos fosse explicado porque é que isto acontece, não sendo apenas de esperar por causa

deste aperto orçamental. Seria bom nós termos essa noção.

De resto, muito disto pode ser feito fora do Orçamento, pode ser feito em termos normais, como muitas outras coisas foram sendo feitas.

O que está aqui em causa, Sras. e Srs. Deputados, é, uma vez mais, a chantagem do Governo da coligação sobre este Parlamento e sobre os açorianos, dizendo que o chumbo deste Orçamento será, com certeza, o caos e o dilúvio. Isso, obviamente, não é verdade.

E seria bom lembrar a este Governo da coligação e a esta estranha maioria...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estranha maioria?!

O Orador: ... que, embora se perceba o número, não faz sentido nenhum, Sras. e Srs. Deputados, virarem-se para esta bancada e dizerem que nós vamos fazer chumbar este Orçamento.

Sras. e Srs. Deputados da maioria, o povo sabe que nós, nesta matéria, no que diz respeito a vossas senhorias, estamos onde sempre estivemos, ou seja, não estamos e nunca estivemos convosco nem vamos estar! Não fomos nós que mudamos, foram os senhores que foram incapazes de manterem os fracos e frágeis apoios que conseguiram concitar durante algum tempo.

Este Governo está com este problema. Este Orçamento, provavelmente, não será aprovado por causa da vossa incompetência, da falta de confiança que deram aos vossos apoiantes. Os senhores são os responsáveis pela instabilidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Os senhores são os primeiros responsáveis! Os senhores não têm credibilidade! Este Governo está onde está porque os senhores não merecem a confiança dos vossos aliados!

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente, porque quem aqui está e quem, porventura, esteja em casa, já percebeu de que lado está a razão.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já, já!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porquê? O fatinho engomado não engana ninguém!

O Orador: A irritação é tanta, que só tem uma explicação, em duas perguntas: está o Partido Socialista disponível para aprovar estas matérias fora da lei orçamental?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não precisa de estar no Orçamento!

O Orador: Está disponível o Partido Socialista para explicar a todos os açorianos que viram a sua vida melhorada por via da integração dos quadros, de concursos, da remuneração melhorada, de carreiras revistas, está o Partido Socialista disponível para explicar a essa gente porque é que não o fez durante os últimos oito anos, em que teve oportunidade para fazer? Esse é o desafio!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu gostava, mas não tenho tempo.

Presidente: Bom, vamos então avançar para a próxima área governativa.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais. Faça favor.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca, como em 2024, se investiu tanto na Educação e na Cultura nos Açores. Falamos de cerca de 43 milhões de euros para os dois setores, num plano consolidado de responsabilidade que obedece ao programa de Governo para o quadriénio 2020-2024.

A Educação nos Açores conta com um investimento público de mais de 36 milhões e meio de euros. O que representa um aumento de quase 8 milhões, face a 2023, na ordem dos 27%.

Se compararmos a proposta de investimento público deste Governo com a última proposta do Governo anterior, em que o plano na Educação era de cerca de 18,6 milhões de euros, o aumento é de mais de 17 milhões. O plano de investimentos na Educação para 2024 é quase o dobro do último plano do Governo anterior.

Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, e como tem acontecido desde a tomada de posse deste Governo, o apoio social e a ajuda às famílias tem a maior fatia do Plano de Investimentos públicos, representando mais de 15 milhões de euros.

São mais 5 milhões que o Governo anterior tinha no seu plano de investimentos, para apoiar as famílias açorianas e para garantir uma educação mais inclusiva.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Hoje, podemos dizer que conseguimos diminuir o número de alunos que necessitam do apoio da ação social escolar. São menos 3500 alunos do que em 2020.

Havendo menos alunos a necessitar de ajuda, e havendo mais dinheiro para este apoio, conseguimos aumentar o apoio individual a cada aluno em cerca de 70%, o que evidencia que conseguimos ajudar mais os mais desfavorecidos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este é um Governo sensível às preocupações e às necessidades dos açorianos.

Mas a ajuda às famílias é feita também com a gratuitidade dos manuais escolares. Com o Governo anterior, isso era facultado apenas aos alunos do 1.º e do 2.º ano. Com este Governo, mais de 85% dos alunos terão manuais gratuitos já em 2024, desde o 1.º ao 10.º ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Através do projeto escolas digitais, para além da desmaterialização dos manuais escolares, estamos a investir fortemente na aquisição de equipamentos. São 14 milhões de euros só para este projeto.

Sras. e Srs. Deputados, a proposta de investimento público para 2024 continua com o foco na justiça social.

Em três anos deste Governo foram mais de mil trabalhadores nas nossas escolas que viram a sua situação laboral regularizada.

Entraram nos quadros da Região 572 docentes e 582 trabalhadores da ação educativa.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Isto demonstra o esforço do XIII Governo dos Açores em proporcionar maior estabilidade laboral.

Apesar de o número de alunos diminuir nas escolas açorianas, há mais professores e há mais trabalhadores da ação educativa nas nossas escolas.

Os aumentos que propomos e as alterações de condições de progressão na função pública, bem como a recuperação do tempo de serviço dos docentes em intercarreiras, têm um forte impacto no orçamento da Educação, que se traduz num significativo investimento nas pessoas e na qualificação das nossas escolas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, em 2024, pela primeira vez, este Governo quer definir incentivos à fixação de docentes nas nossas escolas na Região.

Continuaremos o percurso de reforço de projetos educativos diferenciados e de qualidade, como o pensamento computacional, o ‘coaching’ educativo, o A a Z, o projeto de mediadores para o sucesso escolar, a REDA, a estratégia para a cidadania, a rede regional das bibliotecas escolares, o projeto de combate ao ‘bullying’ e ao ‘cyberbullying’ e o Plano Nacional das Artes, entre outros, sempre em parceria com as escolas e através de uma adesão voluntária dos seus intervenientes.

Sras. e Srs. Deputados, para os Assuntos Culturais, e para 2024, temos um plano com um reforço muito significativo. Investimos cerca de 6 milhões e meio de euros, representando um aumento de quase 2 milhões em relação ao ano anterior, mais de 43%.

As ações com maior expressão na Região, nomeadamente os apoios para as

atividades culturais, os apoios específicos para as filarmónicas, e os apoios destinados à recuperação e investigação dos botes baleeiros, são ações especialmente protegidas por este Governo e reforçadas no plano de investimento público.

Falamos de mais 400 mil euros para apoios a agentes e instituições culturais.

Representa um aumento de apoio de 17,6% para atividades culturais, de 50% para as filarmónicas e de 50% para a conservação dos botes baleeiros.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Também nos Assuntos Culturais demos prioridade à qualificação e à estabilidade laboral dos trabalhadores da Cultura nos Açores. Os nossos museus e bibliotecas dependiam fortemente para o seu funcionamento do recurso a trabalhadores avançados, tendo constituído uma prioridade deste Governo a abertura de concursos para lugares de quadro que lhes conferisse estabilidade. Entraram 105 trabalhadores em lugares de quadro nos nossos museus e bibliotecas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Com esta proposta de investimentos, criamos ações novas de apoio aos serviços externos de promoção cultural, nomeadamente aos museus e bibliotecas regionais e de ilha. Investimos na requalificação das suas ofertas, para que melhor satisfaçam a curiosidade e ampliem o conhecimento dos visitantes, mediante experiências mais interativas e adaptadas às exigências do público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com entusiasmo e espírito de missão que este Governo quer pôr em prática esta proposta de investimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

A Oradora: Basta comparar onde estávamos em 2019 e em 2020 e onde estamos hoje.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Os dados falam por si – 2024 poderá ser um ano de consolidação do trabalho em curso, caso esta Casa assim permita.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, pede a palavra para...

Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido. Vamos então interromper os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 03 minutos.

Quando encerramos os nossos trabalhos para o almoço, tinha acabado de intervir a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, a apresentar as suas prioridades para estas áreas.

E estava inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes, a quem dou a palavra. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A proposta do Governo para a área da Educação é desoladora e mostra um Governo que parece não compreender a importância da Educação para o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E uma má aluna!

Deputado Flávio Soares (PSD): O almoço não correu bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Perante a gritante falta de professores, o Governo esteve três anos (três anos!) sem aplicar as medidas de incentivo à estabilidade que estão previstas no Estatuto da Carreira Docente e só agora, passados três anos, se lembraram que, afinal, já havia esta possibilidade. De que é que o Governo esteve à espera? De ficar ainda com menos professores na nossa Região?

Mas os problemas de falta de recursos humanos não se limitam à falta de professores. A falta de assistentes operacionais é crónica e resulta de uma teimosia incompreensível. O Governo disse que ia acabar com os programas ocupacionais, mas, afinal, em vez de colocar os funcionários necessários nos quadros das escolas, insiste na precariedade dos programas ocupacionais, não resolvendo os problemas de imediato nem para o futuro.

Quanto às infraestruturas, apesar de haver muitas escolas que precisam de obras urgentes – algumas há alguns anos – o investimento previsto para o próximo ano é praticamente inexistente, porque quase todas as verbas do Plano destinam-se a pagar despesas de funcionamento.

A verba inscrita no Plano para “construções escolares” é uma piada de mau gosto, repetida a cada ano. A lista de escolas com investimento previsto é enorme, mas, em sentido contrário, a verba prevista é insignificante: 50 mil euros para cada escola. O cúmulo desta farsa foi quando, durante a semana passada, vimos o Presidente do Governo Regional a anunciar publicamente um investimento de 4 milhões, repito, 4 milhões, para uma obra, em 2024, onde, afinal, só tem os célebres e famigerados 50 mil euros.

A falta de professores, a falta de funcionários e os problemas nas infraestruturas das escolas afetam de forma negativa o sucesso escolar das crianças e jovens que frequentam a escola pública, que tem de ser o principal pilar da igualdade de oportunidades.

Por seu lado, na Cultura, o desnorte é total. Este Governo está a dever mais de 700 mil euros aos agentes culturais.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*): Não é verdade!

A Oradora: Mais de 700 mil euros! Nesta legislatura, pela pasta da Cultura já passaram três diretores regionais, em três anos, ...

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Qual é o problema?

A Oradora: ... mas nenhum foi capaz de fazer sequer os serviços mínimos, que seria pagar atempadamente os apoios a que os agentes culturais têm direito depois de passarem pelo necessário processo de candidatura. Este ano, foi o descalabro total. Estamos a pouco mais de um mês do fim do ano e os apoios do RJAAC continuam por pagar.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*): Não é verdade!

A Oradora: Perante isto, e com muita pena minha, só há uma leitura possível: este Governo despreza a Cultura e despreza quem a produz.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições... Peço desculpa, o Sr. Deputado Berto Messias já estava inscrito. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui chegamos para discutir o Plano de Investimentos e o Orçamento para 2024.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já cá estamos há muito tempo!

O Orador: Chegamos aqui com um Governo de coligação isolado, sozinho, politicamente acochado e politicamente isolado.

Só este Governo e só estes partidos desta coligação acreditam nas propostas que estão aqui apresentadas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Então, e os conselhos de ilha e a concertação social?

O Orador: Um Governo que não conseguiu manter nem consolidar os apoios que lhes permitiram formar Governo.

E a culpa disso é apenas e só deste Governo e dos partidos que compõem esta coligação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nem sequer o Sr. Deputado acredita nisso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E é importante também que se diga o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, porque temos assistido a esse exercício, aliás assistimos a esse exercício também hoje, aqui, pela voz do Sr. Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, que é o exercício maniqueísta, tentando assim enganar o povo e quem acompanha este debate, de tentar condicionar os partidos da oposição e aqueles que discordam do Governo. Tentando, aliás, recriar os tempos da União Nacional, em que quem criticava o Governo estava a criticar Portugal.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde isso já vai!

O Orador: Agora, tentando condicionar os partidos da oposição, tentam afirmar que quem critica o Governo dos Açores está a criticar os Açores e a puxar os Açores para baixo. E isso, naturalmente, não é verdade nem corresponde à verdade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Partido Socialista está a puxar os Açores para baixo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, as propostas que são aqui apresentadas, politicamente, estão moribundas. São fantasiosas, são insustentáveis, têm previsões empoladas. E o Governo agora diz que em 2024 vai fazer três ou quatro vezes mais aquilo que não conseguiu fazer durante os três anos em que governou. E não se deixem enganar, açorianas e açorianos, aquilo que se passa é o seguinte: o Governo percebeu há muito tempo, devido à sua incapacidade e incompetência, que não iria conseguir fazer aprovar estes documentos. Percebendo isso, começou a encher o Plano de Investimentos e o Orçamento de propostas, de ideias e de medidas que sabe que não vai conseguir implementar a favor dos açorianos, para que, num futuro próximo, possa assim calibrar o seu discurso, tentando disfarçar e vitimizandose da sua incapacidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Num dia não tem nada, agora tem tudo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E é importante também dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, porque, hoje de manhã, nós tivemos aqui uma denúncia séria e grave do Sr. Deputado Pedro Neves, tendo em conta a forma como o Governo e os partidos da coligação tentam também instrumentalizar estruturas e pessoas.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Que horror!

O Orador: A denúncia do Sr. Deputado Pedro Neves, que eu aqui reitero, afirmando que o Governo tentou condicionar funcionários da Administração Pública, obrigando-os e forçando a subscrever uma petição de apoio às medidas do Governo, facto que muito lamentamos.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Deprimente!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, se politicamente este Orçamento e este Plano estão moribundos, se substantivamente as propostas que são aqui apresentadas estão moribundas, isso não é exceção se analisarmos concretamente aquilo que está previsto no investimento público para a ilha Terceira.

Em setembro de 2020, José Manuel Bolieiro, enquanto candidato, afirmou que iria ter grande atenção ao reforço da centralidade da ilha Terceira no contexto do Grupo Central e no contexto regional.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Exatamente! Ora bem!

O Orador: Infelizmente, isso não é verdade. Na ilha Terceira, aquilo que o Governo Regional fez foi inaugurar as obras que vinham de trás com pompa e circunstância, ...

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Oh, os senhores não foram convidados!

O Orador: ... curiosamente sem fazer uma única referência ao facto de estarem a inaugurar obras e investimentos desenvolvidos pelo anterior Governo.

E aquilo que era afirmado enquanto pilares estratégicos do desenvolvimento da ilha Terceira, do reforço da sua competitividade no contexto regional, estão moribundos e degradados.

Veja-se o que se passa no Porto da Praia da Vitória, uma estrutura cujos únicos investimentos que teve são aqueles investimentos que estavam garantidos do passado. E agora dizem que querem aumentar a ponte-cais, que já têm o projeto consignado, sem saberem, sem perceberem muito bem do ponto de vista

estratégico aquilo que querem fazer. Ou o aeroporto da ilha Terceira, a aerogare, que era, afirmado pelo CDS, como um pilar estratégico do desenvolvimento da ilha Terceira, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E é! Não é preciso afirmar, é!

O Orador: ... está degradada, está moribunda. Ah não, peço desculpas, esqueci-me, teve de facto um investimento estratégico, uma porta de embarque na Aerogare das Lajes, como o grande investimento estratégico para o futuro da ilha Terceira e da competitividade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS nem essa porta fez!

O Orador: Ou o que dizer da falta de oferta na operação de inverno em termos de voos para aquele aeroporto e para a ilha Terceira? O que dizer da forma como abandonaram o projeto do Terceira Tech Island, muito aquém e muito longe daquilo que já foi? O que dizer aos empresários terceirenses que não têm hoje um interlocutor com quem falar sobre aquilo que são as suas perspetivas de futuro e de investimento na ilha Terceira? Os empresários terceirenses que, quer na Terceira, quer no resto da Região, continuam, no fim de 2023, sem ter um sistema de incentivos a que concorrer? Ou o que dizer aos agricultores da ilha Terceira que têm sido vítimas do frenesim promontório do Sr. Secretário António Ventura, que vai ao futuro e volta para trás, mas que continuam com os caminhos agrícolas sem serem arrançados, continuam com dificuldade de acesso às suas explorações e com falta de capacidade para terem melhor acesso às suas explorações? Ou o que dizer da falta de apoio que os empresários terceirenses têm, que vivem e convivem diariamente...

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ou o que dizer aos empresários terceirenses há tanto tempo confrontados com os impactos da inflação, com o aumento dos custos de contexto, aqueles que se dedicam ao sector primário e estão, infelizmente, abandonados à sua sorte? Ou às instituições particulares de solidariedade social da ilha Terceira, que todos os meses veem a sua fatura elétrica aumentar consideravelmente sem terem respostas ou apoios do Governo Regional? É este, infelizmente, o cenário que encontramos na ilha Terceira, que está abandonada à sua sorte e a regredir vários anos depois daquilo que foi conseguido.

E a verdade é que este contexto, depois das afirmações do Sr. Presidente do Governo, em setembro de 2020, que queria aumentar a centralidade da Terceira, isto não deixa de ser também uma grande derrota política para aqueles que são os protagonistas políticos da ilha Terceira que integram este Governo Regional. Desde logo o Sr. Vice-Presidente, que era, dizia-se, um grande defensor da ilha Terceira, mas que, infelizmente, por aquilo que temos visto, não tem conseguido implementar medidas concretas que permitam aumentar a competitividade da ilha Terceira e investimentos públicos que permitam efetivamente melhorar a qualidade de vida dos terceirenses.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O Sr. Deputado anda a viajar muito pelo futuro!

O Orador: Será isto, eventualmente, uma vingança de alguns colegas do Governo, tendo em conta as afirmações de Artur Lima, quando disse que só fez uma coligação porque era Presidente do Governo José Manuel Bolieiro, e que não a faria com antigos líderes do PSD, onde se integram, por exemplo, o Sr. Secretário das Finanças, Duarte Freitas, ou a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas, Berta Cabral?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta*

Cabral): Com muito gosto e honra!

O Orador: Enfim, estarão a vingar-se do seu colega Vice-Presidente e a fechar a torneira dos seus investimentos públicos. Infelizmente, é este o cenário que temos. Pela primeira vez na história da autonomia democrática, terminará uma legislatura...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): A legislatura não termina!

O Orador: ... e a ilha Terceira não terá um investimento público estratégico que se veja e que melhore, de facto, a vida dos terceirenses e a vida dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sras. e Srs. Deputados, a verdade é que quem acredita no futuro da ilha Terceira e dos Açores, quem acredita num futuro de verdadeira sustentabilidade, quem acredita num futuro que leve a ilha Terceira e a nossa Região para a frente, ...

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Mais 24 anos!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Estavam tão bem que perderam Deputados na Terceira!

O Orador: ... não poderá, em circunstância nenhuma, apoiar este Plano de Investimentos e este Orçamento para 2024.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A cultura deveria ser prioritária para qualquer governação, desde logo porque ela é transversal a todas as outras áreas de governação.

A cultura é educação, é saúde, é combate à pobreza, é economia, é turismo, é desenvolvimento sustentável, é emprego. E, mais do que isso, é a cultura que nos define, que nos dá suporte e estrutura enquanto povo, que nos identifica como açorianos.

No entanto, aquilo que é naturalmente tão evidente tem sido tão difícil de compreender por este Governo e de concretizar politicamente.

O caminho que fizemos nos últimos três anos, marcado por uma opção política clara de desinvestimento neste setor, trouxe-nos à situação de abandono que vive atualmente a cultura na nossa Região e fere de credibilidade o Orçamento para 2024.

Proponho-vos que façamos o exercício rápido de analisar esse caminho e que, para maior rigor, o façamos com base naqueles que têm sido os valores apregoados pelo próprio Governo para a sua ação: estabilidade, transparência, centralidade do Parlamento, um novo paradigma de governação.

Regredimos desde o início e a cultura passou a meros assuntos culturais.

Ao fim de pouco mais de dois anos de governação, contávamos já três Diretores Regionais e duas Secretárias Regionais na tutela.

Não houve uma única iniciativa sobre cultura trazida pelo Governo a este Parlamento. E mesmo quando se propõe alterar os apoios às atividades culturais, fá-lo por decreto regulamentar, inviabilizando a sua apreciação e discussão nesta Casa, impossibilitando os contributos dos vários partidos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Umas vezes diz que o Governo tem que fazer, outras vezes que é o Parlamento, não dá para perceber... Entendam-se primeiro!

A Oradora: Este é o Governo que exonera diretores de bibliotecas e museus sem fundamentação e nomeia substitutos sem a abertura de concursos públicos, como é obrigação legal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este é o Governo que anuncia a classificação como património cultural imaterial de tradições nossas que já o são há anos.

Este é o Governo que bate o recorde do mais baixo investimento de sempre para a cultura e que o continua a fazer em 2024 com a afetação de apenas 0,68% do valor global das verbas do Plano.

Este é o Governo que falha na atribuição e pagamento de apoios aos agentes culturais, gerando uma imprevisibilidade insustentável ao desenvolvimento da atividade do setor.

Este é o Governo que vive totalmente alheado da realidade cultural da Região e das pessoas que governa e que nos últimos três anos desinvestiu, desvalorizou e abandonou a cultura. E esta é uma constatação e uma crítica que não parte apenas do Partido Socialista, mas que tem como principal porta-voz o próprio setor.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Diante deste caminho e desta prática de governação, que validade tem o Plano de Investimentos para 2024?

Deputado Gustavo Alves (PPM): É meter mais dinheiro lá!

A Oradora: Que validade tem, por exemplo, Sra. Secretária, subir àquela tribuna e anunciar mais apoios para a cultura para 2024, se em novembro de 2023 ainda não foram pagos a totalidade dos apoios deste ano e ainda por cima os sujeitou a

cortes? A verdade é que os valores que o Governo apregoa são o contrário daqueles que pratica.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ainda não acabou o ano!

Deputada Joana Pombo (PS): Os custos já foram todos assumidos!

A Oradora: E concordamos num único aspeto: o Governo trouxe efetivamente à cultura um novo paradigma de governação, porque é de facto paradigmático que não nos deixem ser quem somos!

Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta intervenção que acabamos de ouvir da bancada do Partido Socialista, no mínimo, é difícil de adjetivar e, portanto, eu vou dispensar de lhe dar algum epíteto.

Deputada Joana Pombo (PS): Há coisas que também são difíceis de adjetivar, pergunte às associações diretamente!

O Orador: Mas é feita por uma Sra. Deputada que, encontrando tudo de mal quanto este Governo pôde ter feito na área da cultura e esquecendo que, nos últimos cinco anos da governação socialista, o Governo Regional de Vasco Cordeiro inscreveu no Plano da Região 1 milhão de euros (1 milhão de euros!) para o Museu da Construção Naval, em Santo Amaro do Pico, que, por sinal, é a terra onde a Sra. Deputada é Presidente de Junta de Freguesia, nem uma pedra e nem um projeto deixou feito!

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias trouxe-nos aqui um debate sobre a centralidade da ilha Terceira, o que é importante. E enfatizou a questão do Aeroporto das Lajes, o que é muito importante, porque, este mês, o Aeroporto das Lajes voltou a bater o recorde de passageiros embarcados e desembarcados e, portanto, aproxima-se já dos 900 mil passageiros.

Deputada Délia Melo (PSD): Bem lembrado! Muito bem!

O Orador: O ano passado, finalizou o ano com mais de 800 mil. E, portanto, a centralidade da Terceira também se afere por isso, pelo número de passageiros que passam por aquela infraestrutura. E, portanto, antes do fim do ano, já batemos os 900 mil passageiros e, portanto, significa que há uma efetiva mudança de paradigma na ilha Terceira.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que não há mudança é em relação à herança. E continuando no

aeroporto, o Partido Socialista construiu um terminal de cargas cheio de defeitos e que, ainda este ano, numa vistoria feita à obra, apresentava cerca de 30 anomalias. Portanto, todos nós já temos consciência, já foi debatido neste Plenário que aquela infraestrutura está mal implementada, que aquela infraestrutura está mal dimensionada, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): As coisas que o senhor sabe!

O Orador: ... que foi necessário este Governo adquirir contentores de frio para aumentar a capacidade de frio, que era inferior à que existia anteriormente.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade!

O Orador: E, portanto, fizeram uma infraestrutura nova, cheia de defeitos, com menos condições operacionais do que havia anteriormente, naquilo que se chama o hangar da *navy*.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Relativamente a outras questões da ilha Terceira, o PREIT, o PREIT também foi uma quimera lançada pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Alguém viu alguma coisa concretizada no âmbito do PREIT?

Havia uma central hídrica reversível nesse bendito PREIT. Onde é que está essa central hídrica, Sr. Deputado Berto Messias? V. Exa. foi membro do Governo durante vários anos. Onde é que construiu essa central hídrica reversível? O Governo do seu partido fez parangonas, fez conferências na Praia da Vitória, para anunciar um “projeto Costa” para o Porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E depois do “projeto Costa”, apareceu um hub logístico. E depois do hub logístico, evoluiu para um terminal *transshipment*, uma coisa em grande, uma coisa à Partido Socialista! Não é qualquer coisa de trazer por casa, não era para um naviozinho interilhas, era um *transshipment* transatlântico!

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Berto Messias, o Porto de Pipas, as obras do Porto de Pipas, durante quantos anos foram promessa em eleições autárquicas e em eleições regionais, ano após ano, após ano? É este Governo de coligação que está acabando essas obras! Os senhores nem o Porto de Pipas foram capazes de o fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. foi membro de um Governo. O que é feito dos estaleiros navais, que o seu partido tanto anunciou na Praia da Vitória, eleições atrás de eleições, fosse para a Câmara, fosse para o Governo? Onde estão esses benditos estaleiros no Porto da Praia? Tem lá o elevador, o elevador está lá, e os senhores deixaram a infraestrutura apodrecer!

E os Bairros Nascer do Sol e Beira-Mar, que os senhores deixaram abandonados, deixaram à pilhagem?

Deputado António Lima (BE): Está igual!

Deputada Alexandra Manes (BE): Três anos para um projeto!

O Orador: E agora vêm-nos atirar à cara que abandonamos a Terceira, que a Terceira não é central?! Se olhar para o Plano e Orçamento que V. Exa. já anunciou que ia chumbar, está lá o projeto reabilitação dos bairros americanos!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E os senhores deixaram aquilo degradar tanto, que agora vão ser precisas dezenas de milhões de euros para reabilitar aquilo!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra, muito rapidamente, para esclarecer algumas das inverdades que o Sr. Deputado Pedro Pinto aqui referiu.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Inverdades?! Então assumam-se e diga logo que são mentiras, Sr. Deputado!

O Orador: Porque mais importante que esta luta partidária e esta obsessão que o CDS e os partidos da coligação têm com o Partido Socialista, eu acho que é importante...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu estou respondendo à intervenção que fez da tribuna, Sr. Deputado! Incomoda-o?

Deputado Carlos Silva (PS): O tempo está a contar!

O Orador: Mais importante do que isso é nós falarmos para os terceirenses e para os açorianos sobre aquilo que pretendemos fazer no futuro.

E também é importante dizer o seguinte: aquilo que eu referi daquela tribuna e as preocupações que nós temos sobre aquilo que se está a passar atualmente na ilha Terceira não são preocupações só do Partido Socialista, são dos parceiros sociais com quem falamos. E, portanto, basta ouvir os empresários do turismo ou a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo para percebermos aquelas que são as suas preocupações com a quebra brutal da oferta em termos de voos na ilha Terceira para os próximos meses, que tem que ver também com uma grande

quebra de oferta relativamente àquilo que a Ryanair se propõe fazer agora nos meses de inverno.

Relativamente ao terminal de cargas, eu vou enviar ao Sr. Deputado Pedro Pinto, posso enviar para todos também, o discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo, que presidiu à inauguração do terminal de cargas e que, nessa altura, enalteceu a importância estratégica do terminal de cargas para a ilha Terceira, para o Grupo Central e para os Açores. E, portanto, vou-lhe enviar o discurso do Sr. Vice-Presidente relativamente a essa matéria.

E dizer-lhe também, Sr. Deputado Pedro Pinto, que aquilo que se espera, independentemente de os senhores estarem sempre, em vez de pensarem no futuro, a atacar o Partido Socialista, aquilo que se espera e que se exige é que os senhores mostrem a capacidade de enfrentar os desafios do futuro na ilha Terceira e nos Açores. Infelizmente, não é isso que tem acontecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É, é! É o que tem acontecido! E é o que os senhores querem que deixe de acontecer!

O Orador: E por isso, tendo em conta aquilo que é aqui apresentado, quem quer ter um debate sério sobre o futuro, sobre a sustentabilidade da nossa Região para o futuro, para a ilha Terceira e para os Açores, naturalmente, não acredita nas propostas que são aqui apresentadas e, naturalmente, não pode estar a favor do Plano de Investimentos e do Orçamento aqui propostos para 2024.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que nem no tempo em que estava na escola primária se vivia tanto no mundo da fantasia e do faz de conta. Faz de conta que o Governo acredita que vai conseguir executar todas as obras que está a prometer, nas últimas semanas. Faz de conta que a oposição acredita que existe dinheiro, para criticar tudo aquilo que eles acham que deve ser feito. Faz de conta que as senhoras e os senhores políticos que estão nesta sala estão todos chateados uns com os outros.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Eu não estou!

O Orador: Daqui a pouco, eles estão bem-dispostos. Faz de conta que eles estão preocupados com a situação, mas na realidade não estão. E devo dizer isso por testemunho próprio. O ordenado deste mês já me caiu na conta, na minha e na das Sras. e dos Srs. Deputados todos. Portanto, a preocupação é essa.

(*Burburinho*)

Para aqueles que estão lá em casa a ouvir-me, esta é que é a verdadeira preocupação das Sras. e dos Srs. Deputados nesta Casa, a preocupação de saber se já caiu na conta. O resto é política.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): O senhor fale por si!

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Deputado saiu do Chega, mas o Chega não saiu de si!

O Orador: Da minha parte, também, referente à ação do Governo que estamos aqui a destacar neste momento, eu tenho duas propostas de alteração, uma que defende um reforço na verba para a criação de condições para a fixação de professores na Região. E outra que defende também um aumento de dotação para

a recuperação de edifícios escolares.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso é surreal!

O Orador: Este é o meu contributo para este Plano. E eu acho que é isso que temos que fazer. Portanto, da minha parte, já tem duas propostas de alteração relativamente a este programa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, penso que não é sério nem justo o senhor fazer a avaliação que acabou de fazer das Sras. e dos Srs. Deputados, dos seus colegas.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: E, portanto, eu pedia que o senhor ponderasse esse tipo de afirmações, porque penso que não é essa a verdadeira preocupação que nós temos aqui nesta câmara, no primeiro Órgão da Autonomia.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto.

Presidente: Para um protesto, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Furtado fez aqui uma afirmação de que todos os Deputados que aqui se encontram têm uma preocupação, que é o dinheirinho no final do mês, é o vencimento que já caiu na conta. Isso é de um populismo... É inaceitável, Sr. Deputado, que faça esse tipo de afirmações! O senhor é que é sério e os outros não são? Os outros aqui não estão ao serviço do povo dos Açores? Não têm os seus empregos? Não têm a sua vida feita? Precisam de aqui estar para ganhar a sua vida? Ó Sr. Deputado, quem cala, consente. E eu não posso admitir que faça esse tipo de afirmações sobre o meu trabalho e o trabalho dos outros Srs. Deputados!

Eu vou-lhe dizer: trabalho com seriedade todos os dias, para fazer o melhor que

posso pelo povo dos Açores, e trabalho muitas horas, no sentido de tentar fazer aquilo que consigo fazer. Não estou aqui pelo vencimento. Eu tenho o meu salário no final do mês. Eu tenho a minha profissão. E não lhe posso admitir que faça essa afirmação genérica sobre o conjunto de pessoas que aqui estão sentadas, afetando a seriedade das pessoas!

Eu estou absolutamente farto deste tipo de discursos populistas! E não posso admitir! E, portanto, Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas eu não lhe admito isso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não disse que eram todos.

Deputada Ana Luís (PS): Oh, diga lá quem são!... Olhe, agora...

O Orador: Agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu nunca fiz nenhuma afirmação deste teor aqui nesta sala. Portanto, o senhor, se está farto, há de estar farto de outras intervenções.

A intervenção que fiz, Sr. Deputado, é em função de três anos de experiência nesta Casa e do que vou vendo, não nesta sala, mas nos corredores deste espaço. Infelizmente, eu preferia que as coisas funcionassem de outra forma.

E isso que eu disse é um desabafo. É um desabafo porque sinto a dor, porque se pensa pouco nos açorianos nestes momentos. Esta é a minha indignação. Esta é minha forma de pensar. Eu não estou a ofender ninguém.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está, está!

O Orador: E é para isso que se fez o 25 de Abril, as pessoas têm a liberdade também de dizer aquilo que sentem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não para ofender!

O Orador: É uma mágoa que tenho. E essa mágoa, também tenho o direito de a manifestar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, aproveito para informar que está nas galarias a acompanhar os nossos trabalhos um antigo Deputado desta Casa, o Sr. Hélio Pombo, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa no sentido de solicitar uma cópia da penúltima intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado.

Presidente: Muito bem, solicitarei aos serviços o mais rapidamente possível a transcrição dessa parte da intervenção.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor. Já me tinha feito a sinalética. Eu é que não tomei nota, peço desculpa.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava por dizer que estou aqui um pouco confuso com o Partido Socialista, porque eu não percebi o que é que o Partido Socialista pensa deste Plano e Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque eu já ouvi que é pouco arrojado. Já ouvi que é irrealista, portanto, tem verba a mais.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um problema de perceção!

O Orador: E já ouvi que é igual aos anteriores. Portanto, os senhores têm que se entender, para percebermos qual é a opinião que têm sobre o Plano e Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Se tivessem lido o Orçamento...

O Orador: Em relação à ilha Terceira, queria aqui fazer aqui um exercício de memória daquilo que foram os anos de governação do Partido Socialista em termos de promessas e vou dar aqui alguns exemplos:

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, prometido em 1997, inaugurado em 2016, 19 anos depois;

Terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes, prometido em 2006, inaugurado em 2021, 15 anos depois, e mal feito;

Parque de Feiras e Exposições Multisectorial da Ilha Terceira, prometido em 2008, inaugurado em 2018, dez anos depois;

Terminal de passageiros marítimo do Porto das Pipas, prometido em 2012, oito anos depois o Partido Socialista não conseguiu concluir, e será este Governo que fará a sua conclusão e a sua inauguração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos ver!

O Orador: Portanto, em termos de promessas, o Partido Socialista não dá lições de moral a ninguém.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas, em relação àquilo que tem sido a política deste Governo Regional em relação à ilha Terceira, importa aqui ressaltar algumas situações que o Partido Socialista nunca conseguiu resolver na ilha Terceira, porque não quis. Por exemplo, a radioterapia, prometido em 2012, aquando da construção do novo hospital da ilha Terceira, com a construção do bunker, orçado em 1,5 milhões de euros. Foi o Governo liderado pelo Presidente José Manuel Bolieiro, nove anos depois, que decidiu ativar este serviço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista nunca conseguiu implementar este importante serviço nem nunca quis, acima de tudo porque nunca quis. E em boa hora este Governo Regional avançou com a ativação deste serviço, que muito tem contribuído para quem sofre de doenças oncológicas.

Em relação ao turismo, nunca a ilha Terceira teve tantos voos, tantos embarques, tantos desembarques. Nunca a economia turística teve tantos proveitos como temos tido agora com este Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto resulta de uma política audaz deste Governo Regional nesta matéria.

Assistimos a números inéditos e verdadeiros recordes de turismo na ilha Terceira, que nunca aconteceu nos Governos do Partido Socialista nem nunca iriam acontecer.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: E porquê? Basta analisar aquilo que foi a requalificação da Aerogare Civil das Lajes, uma obra que não teve em consideração a possibilidade de crescimento de voos, de embarques e desembarques. Logo em 2022, verificamos que a nossa Aerogare Civil já estava sem condições de receber tanta afluência. E assim se justifica o investimento que este Governo vai realizar para poder aumentar a capacidade de resposta da aerogare.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, já foi falado ontem em termos de habitação, mas não posso deixar de voltar a lembrar algumas situações em termos de habitação que nunca foram resolvidas pelo Governo do Partido Socialista. Foi este Governo que resolveu o licenciamento do “bairro dos americanos”, em Santa Rita. Foi este Governo que resolveu a reconversão do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, também na Praia da Vitória, depois de mais de dez anos sem avanços dos Governos Socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este Governo que está a resolver o projeto de reconversão urbanística e habitacional do Bairro da Terra Chã.

Após quase 20 anos de espera, foi este Governo que resolveu o loteamento de São Brás, na Praia da Vitória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, por fim, é este Governo Regional que também vai resolver os projetos do Bairro Nascer do Sol, na Praia da Vitória.

Portanto, penso que em termos daquilo que tem sido a política para a ilha Terceira, estamos conversados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):**

Muito rapidamente, Sr. Presidente, antes que a direção do meu Grupo Parlamentar me mande calar, tendo em conta a gestão global de tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E devia!

O Orador: Apenas uma nota muito rápida, tendo em conta aquilo que acabámos de ouvir do Sr. Deputado Paulo Gomes. Aquilo que se espera é que os Deputados eleitos pela ilha Terceira, também da coligação, se esforcem e façam as diligências necessárias para defender o futuro e o progresso da ilha Terceira e, conseqüentemente, da Região Autónoma dos Açores. E aquilo a que assistimos aqui foi um exercício agarrado ao passado, que não acrescenta nada ao futuro. Como aquele jovem que está a marchar na parada sozinho para um lado e todo o resto para o outro, e que a família acha que é o único que está a marchar correto. E porquê? Eu quero apenas relembrar que, pela primeira vez na história dos últimos anos, o Conselho de Ilha da Terceira decidiu não dar parecer ao Plano de Investimentos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mentira! Mentira!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... tendo em conta a sua falta de sustentabilidade e de verdade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, por momentos, pensei que ia assistir a algo inédito nesta Assembleia, quando ouvi falar o Deputado Berto Messias daquela tribuna. É agora que ele vai bater no peito, até como praiense que é, e vai dizer: não fizemos, deixamos o Porto da Praia ao abandono, nunca nos preocupamos com a centralidade da ilha Terceira, esse porto não interessa para nada no contexto regional nem para o desenvolvimento da ilha Terceira.

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

O Orador: Não podiam estar mais errados! O Porto da Praia da Vitória é, efetivamente, a galinha dos ovos de ouro, como já disse uma vez, é ali que se vai desenvolver a ilha Terceira.

Eu não vou olhar para o passado. Agora, vou olhar para o futuro. Durante dez anos, ouvi falar em cais de cruzeiros. O cais de cruzeiros era em Angra. O cais de cruzeiros era na Praia. O cais de cruzeiros esteve para ser nos Biscoitos, na Grotta do Vale, em tantos outros sítios...

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

O Orador: Eu não faço ideia onde é que ia ser o cais de cruzeiros. Sei que com este Governo o prolongamento do cais-12, que vai permitir a atracagem de navios, vai ser na Praia da Vitória. E essa é uma certeza que nós temos, vai ser na Praia da Vitória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A zona de reparação naval da Praia da Vitória, um sítio com um potencial extraordinário, é um autêntico cenário dantesco, é uma sucata.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta*

Cabral): Exatamente!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Deixaram degradar um hydrolift que custa milhões por uma avaria que não chegava a 30 mil. Isso é pensamento estratégico para a Praia da Vitória!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): O Deputado Luís Soares é o Vice-Presidente!

O Orador: Portanto, meus senhores, eu não podia estar mais em desacordo com o Sr. Deputado Berto Messias, não duvidando das suas intenções para a ilha Terceira, constituindo-se nesse processo de desenvolvimento da ilha Terceira, mas sempre com muita desconfiança, porque o senhor está vinculado a todos esses anos de desgraça do Porto da Praia da Vitória.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, eu gostaria de começar por sublinhar um ditado que o sábio povo costuma dizer, que é, Sra. Secretária: “A mentira tem perna curta.”

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade, que o diga o Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A sua bancada acabou de dar esse exemplo pelo Sr. Deputado Berto Messias!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E vocês riem-se?! O povo está a ver! A graça que isso tem...

O Orador: E é isto mais um novo paradigma deste Governo. Um Governo de novos paradigmas. E este é realmente um a sublinhar.

Um outro paradigma deste Governo prende-se, efetivamente, com o setor da educação. Poderia destacar outros, mas destacaria, por ora, este novo paradigma, que é este Governo acreditar ou querer que acreditemos que se consegue governar uma área como o setor da educação sem um único projeto educativo estruturante. E, portanto, Sra. Secretária, por isso, isto não é novidade, porque eu fiz questão de na Comissão falar disto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é obsessão!

O Orador: Não sei se a Sra. Secretária, por isso mesmo, já veio preparada, mas então dou-lhe uma segunda oportunidade, pode dizer assim, de nos explicar como é isto possível.

O novo paradigma da educação é, efetivamente, querer fazer crer que se pode gerir a área da educação sem um único projeto educativo estruturante.

Mas isso já deu frutos, Sra. Secretária, que contrariam muito, em parte, aquilo que a Sra. Secretária daquela tribuna frisou. E que, do meu ponto de vista, do ponto de vista do PS, são na sua grande maioria um conjunto de inverdades ou de meias-

verdades, como quiser.

Deputado Flávio Soares (PSD): Três quartos!

O Orador: Mas, na verdade, já deu frutos. E porque é que já deu frutos, Sra. Secretária? A Sra. Secretária sabe muito bem que a evolução positiva, a aproximação dos resultados dos alunos às médias nacionais, por exemplo ao nível da taxa de abandono escolar precoce, por exemplo ao nível da taxa de retenção e desistência, foi sendo paulatinamente positiva até ao ano de 2020. A partir do ano de 2020, um novo paradigma, este Governo conseguiu cortar com esta evolução positiva e começámos a inverter o rumo e começámos a afastar-nos dos resultados dos alunos açorianos em relação às médias nacionais.

E, portanto, Sra. Secretária, isto diz muito do tal paradigma de trabalhar no setor da educação sem um único projeto educativo estruturante. Refiro-me a um projeto educativo estruturante.

Mas, Sra. Secretária, e falando nós de Plano de Investimentos, o Governo terá, do seu ponto de vista, uma solução para isto. E, então, do meu ponto de vista, da minha leitura, da nossa leitura do Plano de Investimentos, o Governo entende que resolverá o problema pegando na ação “Projetos Educativos” e incrementando uma verba, para 2024, 16 vezes superior àquela que foi a execução da mesma ação no ano de 2022. E sem um projeto educativo estruturado.

Sra. Secretária, não sei que credibilidade quer que possamos entender disto, mas poderíamos, eventualmente, aguardar a sua explicação, porque destaquei esta ação precisamente para ver se a Sra. Secretária nos explica.

Sra. Secretária, para concluir, na educação é preciso ser, não basta parecer. Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que já centramos aqui no nosso debate na área sectorial da educação. E vemos que a análise desses instrumentos financeiros que temos aqui connosco permite-nos concluir que há, realmente, um investimento real na educação. E em crescente, só para 2024 há um incremento de cerca de 36 milhões de euros só na área de educação. Portanto, é real o investimento.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Neste caso é estimado, é para o futuro!

A Oradora: E o Partido Socialista sabe disso.

Agora, o Partido Socialista é completamente incoerente e fala a duas vozes, porque ontem ouvimos o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizer desgraças do Plano e Orçamento, mas na Comissão de Assuntos Sociais ouvimos os Deputados do Partido Socialista até dizerem maravilhas sobre este Plano de Investimentos.

Deputada Ana Luís (PS): Onde é que a senhora ouviu isso?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhora, pelo amor de Deus!

A Oradora: Eu já vos digo quais foram. Ou seja, os senhores até reconhecem a virtude deste documento, porque o Sr. Deputado Rodolfo Franca disse na Comissão que tinha ações muito ricas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso não é virtude nenhuma!

A Oradora: Depois, os senhores concordam com as propostas que aqui são apresentadas, porque a Sra. Deputada Ana Luís também disse que havia aqui ações muito meritórias.

Deputada Ana Luís (PS): Ó Sra. Deputada, não foi em relação a isso!

A Oradora: E os senhores, de facto, elogiam a qualidade dos documentos, porque a Sra. Deputada Célia Pereira até reconheceu que este Governo tem lançado boas medidas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Não foi em relação à educação, nem à saúde, porque eu não falei!

A Oradora: Portanto, temos aqui três Deputados que falaram bem do Plano e do Orçamento.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Já vale tudo!

A Oradora: Mas depois de tudo isto anunciam a sua intenção de votar contra. Portanto, há uma total incongruência entre as palavras e as vossas ações.

Deputada Ana Luís (PS): Foi em relação a quê?

A Oradora: Mas isso tem uma justificação muito plausível, que mais não é do que a prioridade que V. Exas. dão à vossa agenda política e aos vossos interesses pessoais, em vez de colocarem os interesses da Região acima dos vossos interesses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Partido Socialista, depois, justifica aqui o seu voto contra a falar da taxa de execução. Ora, eu pergunto: que legitimidade política tem o Partido Socialista para ter esse tipo de discurso, quando o valor executado pelo Partido Socialista ficava sempre abaixo do valor executado por este Governo Regional de coligação?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que falou de taxa de execução?

A Oradora: A título de exemplo, em 2019, nós temos o Partido Socialista que executou 18 milhões de euros na educação. E o Governo de coligação, em 2022, executou mais de 38 milhões de euros na educação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Se falarmos da ação social escolar, que é uma medida importantíssima para o combate à pobreza e exclusão social, em 2019, o Partido Socialista teve um real investimento de 9 milhões de euros. Já o Governo de coligação, em 2022, teve um investimento real de 12 milhões de euros e tem previstos 15 milhões de euros para 2024.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Pergunto, também: que credibilidade política têm os senhores para dizerem aquilo que disseram quando falam em projetos educativos?

Deputado Carlos Silva (PS): A gente vai perguntar se pode!

Deputada Joana Pombo (PS): Vai pedir licença!

A Oradora: Pois, então, os senhores inscreviam reiteradamente no Plano 600 mil euros para o combate ao abandono escolar e nunca os executava. Ou então inscreviam três milhões e meio de verbas no Plano para a promoção do sucesso, mas 85% deste valor era para pagar programas ocupacionais. Esta aqui é a realidade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Pergunto, ainda: que confiabilidade política têm os senhores para terem esse discurso, quando deixaram a Região bater no fundo com a falta de professores, sem professores para estarem nas nossas escolas e professores em situação precária ano após ano? Pois, não têm, porque é este Governo de coligação que está a resolver o problema que os senhores deixaram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, o Partido Socialista não só tem falta de diálogo entre si, como também não dialoga com as pessoas lá fora, com a população. E eu pergunto-vos: perguntaram aos 572 professores, que entraram para os quadros com este Governo de coligação, se eles estão desiludidos? Não, não perguntaram, porque sabem que mais de meio milhar de famílias ganharam estabilidade com a ação deste Governo de coligação.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Mas uma grande vitória!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Perguntaram aos educadores de infância e aos professores do 1.º ciclo se sentem que este Governo Regional é injusto?

Deputado Carlos Silva (PS): É fazer mais uma petição!

A Oradora: Não, não perguntaram, porque cerca de dois mil professores desses níveis sentem que, finalmente, foi feita justiça na educação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Perguntaram aos mais de 400 funcionários, pessoal da ação educativa, se estão insatisfeitos com este Governo Regional? Não, não perguntaram, porque eles entraram para os quadros e, finalmente, deixaram de estar numa situação precária, como os senhores os deixavam.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, os senhores não perguntaram absolutamente nada a ninguém, porque não estão focados naquilo que são os resultados, os bons resultados que este Governo apresenta. Estão focados na conquista do poder, isso sim.

É preciso tempo, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nós não somos *fast learners*, somos *slow learners*!

A Oradora: ... para se consolidarem as políticas, mas, do tempo e dos bons resultados que ele continuará a trazer, têm os senhores muito medo.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Sra. Deputada Délia Melo, pois, com muito menos, o Partido Socialista fez muito mais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sra. Deputada, o Partido Socialista, com muito menos dinheiro, conseguiu aproximar os resultados dos alunos da Região das melhores médias nacionais. Foi paulatinamente fazendo isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: E com mais dinheiro, o que aconteceu foi a coligação, com as suas inverdades, que continuam a acontecer, desenraizando frases para ver se consegue obter algum argumento, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... o que obteve foi um retrocesso. E é este o caminho que estamos levando.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando tomámos posse, tivemos vários dossiers muito difíceis para lidarmos na cultura, que ultrapassámos com sucesso. Lembro-me, por exemplo, do acompanhamento das obras de Porto de Pipas. Como é que era possível arrancarmos com obras sem um acompanhamento arqueológico numa baía daquelas, em Angra? Fomos nós que resolvemos a situação.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Já para não falar dos museus que eram abertos, pseudo-inaugurados, porque havia instalações, mas, depois, não havia equipamentos, não havia exposições permanentes.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Já para não falar em trabalhadores na área da cultura que estavam muito aquém das suas remunerações. Estou a falar do Teatro Micaelense. Tínhamos trabalhadores no Teatro Micaelense, técnicos a ganharem 759 euros de ordenado base e técnicos superiores a 921 euros de ordenado base.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Cineteatro Miramar?

A Oradora: Uma vergonha, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma vergonha!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não ouve os agentes culturais desta Região!

A Oradora: Tínhamos, também, trabalhadores nos nossos museus e nas nossas bibliotecas em regime em avença. Foi um trabalho que tivemos de fazer, percebermos logo quais são as reais necessidades de funcionamento dos museus e das bibliotecas, para integrarmos na cultura 105 trabalhadores nos quadros. Tenho muito orgulho em dizer que esse trabalho foi feito!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Na área da educação, Sras. e Srs. Deputados, quando fazemos a comparação da ordem descendente, há, de facto, um trabalho de longa escala que foi feito e continua a ser feito, Sr. Deputado Rodolfo Franca, mas o seu raciocínio enferma de um problema, é que o seu raciocínio tem, depois, o pico da pandemia

e a comparação dos dados com um ano da pandemia. Os bons resultados dos alunos na pandemia foram uma anomalia. Sabe quem é que disse isso? João Costa, Ministro da Educação da República. Não é sério fazermos uma comparação com resultados escolares num ano de uma pandemia. É isso que o senhor está a fazer.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: No âmbito de obras nas nossas escolas, pois, são obras que têm que ser feitas. Estão a ser feitas, projetadas e trabalhadas com as nossas escolas, em articulação com os conselhos executivos e com a própria comunidade. Não se faz de um dia para o outro. Para nós podermos lançar uma obra, temos que fazer a sua projeção. Para além de todas as obras que nós estamos a lançar e a concluir. Em algumas, sim, havia projetos feitos por V. Exas., alguns estavam na gaveta...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Deve ser como os seus, que continuam na gaveta!

A Oradora: ... porque não saíam, estiveram anos e anos em plano e orçamento e nunca foram postos em execução, outros nós continuamos. E, portanto, é um trabalho que se faz em crescendo, como as Sras. e Srs. Deputados sabem.

E, para concluir, uma vez que estamos a falar também de educação e da questão quase de avaliação deste Governo, nós, quando aqui chegámos, tínhamos uma situação muito complexa de professores que não viam a possibilidade de integrarem quadros nas nossas escolas. Nós tínhamos escolas que dependiam de programas operacionais e de outros programas, sem haver um processo de estabilidade para o funcionamento da própria escola ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e para os assistentes e auxiliares de ação educativa para serem integrados em quadros. E tudo isso foi feito por este Governo na área de educação, mais de mil pessoas que entraram nos quadros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Aumentam os programas ocupacionais nas escolas todos os dias!

Deputada Joana Pombo (PS): Todos os dias!

A Oradora: Mesmo para concluir, a revisão normativa também não se faz de um dia para o outro. Fizemos profundas alterações normativas e legislativas na Região. E também muito orgulho em o dizer.

No início, perguntava-se a este Governo: como é que o Governo vai ser capaz de alterar o Estatuto da Carreira Docente e normalizar os horários de todos os professores e educadores nos Açores, para ficarem iguais entre todos os ciclos de ensino? Hoje, é possível, Sras. e Srs. Deputados, com muito orgulho!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A senhor não ouve os agentes culturais desta Região!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, compreendo porque lhe coube a tarefa de defender o indefensável. E porque não tem argumentos, fez aquilo que melhor sabe, personaliza o debate, faz considerações pessoais, volta-se para o passado.

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente! É o estilo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É sempre assim a sua postura. Faz considerações pessoais, volta-se para o passado e faz ataques e críticas ao Partido Socialista, porque, na verdade, não quer falar sobre a situação atual da cultura nos Açores, porque não tem uma palavra a dizer aos agentes culturais da nossa Região, porque não tem um contributo ou um argumento válido para trazer ao debate que estamos a fazer nesta Casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: A mim interessa-me falar sobre cultura, a mim interessa-me, por exemplo, saber se este Governo irá deixar cair tetos em salas com pinturas centenárias no Palácio de Santana ou na Igreja do Carmo, ou se um dia destes irá reparar esses tetos com tinta preta, como fez com a porta principal do Palácio de Santana.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Ah, ainda bem que trouxe isso!

A Oradora: A minha interessa-me que a Sra. Secretária nos diga, mas que diga, sobretudo, aos agentes culturais desta Região, porque não o fez, que credibilidade tem o seu anúncio daquela tribuna de mais apoios para a cultura em 2024, depois de todas as irregularidades que se têm verificado ao longo dos últimos anos. No ano corrente, por exemplo, depois de nove meses à espera de uma resposta – nem sequer estou a falar do pagamento dos apoios – às candidaturas apresentadas para 2023, os nossos agentes culturais foram confrontados com um rebuscado critério de cálculo dos montantes dos apoios a atribuir, que não lhes foi previamente comunicado, que nunca foi oficialmente publicado, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Como é que era o critério antes? Querem que eu descreva qual era o critério antes?

A Oradora: ... mas que determinou que, na melhor das hipóteses, com a pontuação mais elevada obtida, nenhuma candidatura conseguisse obter mais que 35% do valor do apoio solicitado. E esta circunstância inviabilizou, pura e simplesmente, muitos dos projetos em causa.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Muito bem!

A Oradora: A Sra. Secretária alterou as regras a meio do jogo, impôs cortes à cultura, atrasa o pagamento destes apoios, de si já escassos, mas depois vem aqui dizer que em 2024 o Governo vai atribuir mais apoios à cultura, como se as suas próprias ações não desacreditassem por completo aquela que tem sido a sua prática governativa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Para terminar, gostaria apenas de dizer que vai valendo a

determinação dos agentes culturais das nossas nove ilhas, que, apesar da inércia do Governo, se mantêm firmes e com iniciativa diante deste novo paradigma de governação, que aos poucos vai asfixiando e matando a cultura da nossa Região.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(Neste momento, o Deputado Carlos Freitas substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A Sra. Deputada Marta Matos sabe muito bem que eu não faço acusações de carácter pessoal, faço sim acusações de natureza política.

Deputado Carlos Silva (PS): Sim, sim...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor pode chamar o que quiser!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E reitero tudo o que disse, politicamente, ao seu desempenho político, porque a senhora na legislatura anterior esteve aqui e, durante cinco anos, portanto, durante toda essa legislatura e com mais um ano que já vinha da legislatura anterior, o Governo Regional do seu partido inscreveu mais de 1 milhão de euros para construir um museu da construção naval na sua freguesia, nunca o fez, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

O Orador: ... e a senhora nem por uma vez se levantou da bancada para contestar

e protestar contra a não realização das promessas que o Governo fazia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas tenho mais exemplos, Sr. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vamos a isso!

O Orador: Para que não tome isto como uma questão pessoal, que não é, mas que é, sim, política, dou-lhe mais exemplos que também a desacreditam, sobretudo aquilo que acabou de dizer quanto ao cumprimento ou incumprimento deste Governo Regional. Lembra-se o que aconteceu com as obras na Biblioteca Pública da Horta ou do Museu da Horta? Quantas promessas? Quanto dinheiro inscrito no orçamento, sem que alguma vez algo tivesse sido feito? Isso já para não falar, e com isto termino, nos dez anos em que o Museu Carlos Machado esteve fechado, fechado para obras que nunca se realizaram!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Doi é o facto de as obras terem sido feitas!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nesta área sectorial, que é a educação, uma vez que da bancada do Partido Socialista o que ouvimos é que não existia este novo paradigma naquilo que

concerne à educação, queria só dizer que, efetivamente, há um novo paradigma na educação. E há um novo paradigma, desde logo, pela valorização na carreira na área da educação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: As alterações que se fizeram nesta Casa por este Governo Regional, naquilo que é o Estatuto da Carreira Docente, permitindo alterações substanciais, por exemplo, naquilo que eram as reivindicações, justas e antigas, dos professores do pré-escolar e do 1.º ciclo, foi este Governo que implementou essa justiça, que há muito era pedida.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foi este Governo que criou estabilidade a muitos professores e permitiu a integração nos quadros de 572 professores, que há muito pediam estabilidade no seu vínculo laboral.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E foi este Governo que implementou essa política. E isto, sim, é uma mudança de paradigma, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E digo-lhe mais, isto tudo acontece, veja-se lá, quando o número de alunos matriculados decresce, quando tantas vezes ouvimos daquela tribuna o Sr. Secretário da Educação dizer que não era possível isto e aquilo porque o número de alunos estava a decrescer.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Secretário?! Quem é o Secretário?

A Oradora: E este Governo, apesar de ser essa a realidade, tem apostado fortemente na classe docente, em ter mais professores nas escolas e em dar uma

melhor resposta aos alunos. É esse o novo paradigma que a gente vive na área da educação, Sr. Deputado!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, só para terminar, quero-lhe dizer que também na questão dos assistentes operacionais, que tantas vezes é falado, efetivamente, existiu aqui uma mudança de paradigma, de criar estabilidade nas escolas. E isso permitiu a 582 profissionais integrarem o pessoal da ação educativa.

Tudo está perfeito? Não está. Temos que dar uma resposta? Já disse aqui o Grupo Parlamentar do CDS, naquilo que é a resposta mais imediata, quando há faltas por via, às vezes, de doença, de deslocação a consultas, que é necessário dar essa resposta.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mas não dão!

A Oradora: Mas muito trabalho foi dado naquilo que era a estabilidade e era a precariedade que estes funcionários e que estes trabalhadores viviam.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E essa mudança é o novo paradigma feito por este Governo Regional. E, também, só para terminar, naquilo que são os manuais escolares gratuitos, essa é uma medida, uma reivindicação já de há muito pelo CDS, apresentada em maio de 2012, foi aprovada por unanimidade nesta Casa. E, efetivamente, hoje, pela mão deste Governo, temos manuais gratuitos para todos os nossos jovens que estão nas escolas. É uma mudança de paradigma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

E, portanto, só para terminar, dizer que o Partido Socialista está preocupado e que se preocupa com a educação, citando aqui o Deputado Vasco Cordeiro, “é uma falsidade, é apenas uma requintada mentira”.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

(Neste momento, o Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não há respostas? Não é nada que admire, mas... Não há respostas!

Presidente: Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos para a próxima área governativa.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Hoje, falo-vos de áreas que são fundamentais para o bem-estar da nossa população.

Da saúde, que é a base de tudo, ao cuidado com o estilo de vida que a permite manter, à confiança naqueles que sabemos que mantêm um olhar atento às intempéries que a qualquer momento podem surgir.

É inquestionável que o Serviço Regional de Proteção Civil está sempre presente no socorro prestado aos açorianos, e o Governo Regional, por sua vez, corresponde com o reforço contínuo deste serviço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este ano, teremos mais 1,2 milhões de euros do que no ano anterior, totalizando cerca de 12 milhões para este setor.

Além das preocupações a nível dos recursos materiais e equipamentos para as Associações de Bombeiros, temos o compromisso de assegurar o bem-estar dos nossos homens, o que leva a que o Plano de Investimentos para 2024 contemple o “Estatuto Social do Bombeiro”, com o apoio financeiro à aposentação antecipada e ao reconhecimento da especificidade das suas atividades.

Em 2024, para enfrentar um flagelo antigo, mas que assumiu diferentes contornos com o crescimento das novas substâncias psicoativas, reforçaremos em 600 mil euros o valor para o combate aos comportamentos aditivos e dependências. Dando continuidade ao trabalho da ‘task force’, as equipas de prevenção irão fixar-se no Faial, Terceira e São Miguel, mas atuando em toda a Região, na mesma área de abrangência que as Comissões de Dissuasão para a Toxicodependência. O Observatório da Droga permitirá monitorizar o consumo das substâncias psicoativas, contribuindo para adequar estratégias de atuação.

No Desporto, prosseguiremos na consolidação de resultados competitivos e demográficos, desde o aumento do número de praticantes da atividade desportiva, ao aumento da taxa de participação absoluta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: São mais de 11 milhões de euros, o valor mais elevado desta legislatura. Continuaremos a criar as condições para a prática da atividade física ao longo da vida direcionadas a toda população açoriana, dando continuidade ao sucesso de programas como, por exemplo, o “Açores Ativos”.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

A Oradora: Outro eixo de investimento que este ano é reforçado é o eixo da promoção da literacia motora e dos escalões de formação, em linha com a política do Governo Regional dos Açores de que o Desporto, principalmente a formação, é um dos motores do desenvolvimento infantojuvenil.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O XIII Governo Regional assumiu como prioridade a capacitação do Serviço Regional de Saúde com meios humanos e materiais. Já muito foi feito! Posso adiantar este exemplo, que é a taxa de cobertura dos médicos de família que subiu dos 78,7%, que era o que tínhamos em 2018, e atualmente é de 93%.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas haverá sempre mais a fazer com a aprovação dos documentos que hoje, aqui, debatemos.

A carreira de enfermagem continuará a ser dignificada conforme tem sido apanágio deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os enfermeiros especialistas serão devidamente posicionados num escalão intermédio, com o justo vencimento, e sem perder os pontos já atribuídos mas não utilizados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica serão reposicionados até ao final do 1.º trimestre do próximo ano, ao abrigo da chamada “Lei 34”, conforme já articulado com os sindicatos.

Os 536 profissionais de saúde contratados, desde a pandemia, para dar resposta às exigências do Serviço Regional de Saúde, serão finalmente regularizados: um esforço que é reconhecido por estes profissionais.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: No Plano de Investimentos para 2024, contemplamos quatro novas ações e reforçaremos outras quatro.

São mais de sete milhões de euros destinados à renovação dos equipamentos que já ultrapassaram o seu “fim de vida”. Saliento os três aparelhos de TAC em Santa Maria, na Graciosa e nas Flores, acautelando a devida garantia nos primeiros sete anos, e permitindo uma melhoria muito significativa nos cuidados de saúde prestados nas ilhas sem hospital.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Assumindo uma política centrada na promoção da saúde e prevenção da doença, iremos prosseguir com o projeto piloto do rastreio do cancro do pulmão e a prevenção do cancro gástrico, além dos já habituais programas de rastreio que agora contam com um novo mamógrafo – topo de gama – para o Centro de Oncologia dos Açores, quando o anterior tinha mais de 20 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Acreditamos que o Hospital Digital será garantia de um melhor acesso ao Serviço Regional de Saúde para todos os utentes, por via da digitalização e impondo a prática recorrente da telemedicina na Região.

Teremos, assim, um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, possibilitando a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados, com o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde das ilhas sem hospital, e potenciando a troca de informação entre os utentes e as várias instituições do Serviço Regional de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde e das unidades privadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O projeto MUSA, cujo concurso com um valor de 1,5 milhões de euros foi lançado em setembro deste ano, e com as propostas agora em fase de análise, permitirá operacionalizar já em 2024 este grande projeto.

Há muito por realizar no Serviço Regional de Saúde, mas também há que valorizar o trabalho dos profissionais que diariamente cuidam dos nossos utentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É graças a este espírito de missão que hoje poderei convictamente afirmar o crescimento da atividade assistencial a nível dos três hospitais da nossa Região e das unidades de saúde de ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foram mais 50 mil consultas em 2022, sendo que até ao final do mês de outubro já íamos em cerca de 340 mil consultas realizadas nos três hospitais. A nível da atividade cirúrgica verifica-se a tendência de crescimento, assim como o número de sessões em Hospital de Dia.

Deputado António Lima (BE): Mas os dados são de quem?

A Oradora: Nas ilhas sem hospital, há mais consultas e mais exames realizados com a deslocação de médicos especialistas.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A saúde das nossas famílias, a promoção de um adequado estilo de vida em todas as idades; o cuidado com aqueles que perderam o rumo, o olhar vigilante que se impõe como o preço a pagar pela beleza que nos rodeia e sobre os acidentes que fazem parte da vida.

É enorme a missão deste Governo Regional.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas cada um faz a sua parte, e juntos cumprimos e vamos continuar a cumprir a nossa missão.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Perante as críticas do passado de que o Faial estaria parado no tempo, de que teria de haver uma mudança, seria legítimo pensar que este Governo, e os partidos que o suportam, iriam dar resposta a essas críticas, que iriam investir nas áreas que consideraram prioritárias e que iriam ultrapassar os problemas identificados...

Não, é a resposta a todas estas questões – os documentos que agora debatemos (e os que lhes antecederam) não respondem aos atuais problemas do Faial, esquecem por completo investimentos importantes e nada contribuem para o desenvolvimento da nossa ilha.

Vejamos, em primeiro lugar, o que preveem estes documentos para a ilha do Faial: O Plano Anual de Investimentos apresenta números sem qualquer rigor e está completamente descredibilizado face àquilo que foram as promessas dos partidos que suportam este Governo e face aos compromissos assumidos pelo próprio Governo. Passo a dar alguns exemplos:

Preocupa-nos que as dificuldades deste Governo em planear, definir estratégias e

executar se estenda à área da Saúde, sabendo nós como ela é fundamental em qualquer sociedade.

Para além das questões financeiras, que o Partido Socialista há muito que vem alertando, nomeadamente ao nível do aumento da dívida para com fornecedores que põe em causa o normal funcionamento dos Hospitais e das Unidades de Saúde e que, inevitavelmente, em economias pequenas e frágeis como as nossas, são uma autêntica bola de neve.

Mas, como dizia, para além do subfinanciamento do setor, a falta de previsibilidade e de planeamento desta Secretaria conduziu ao atraso significativo na mudança para as novas instalações da USI Faial, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Que horror!

A Oradora: ... para além da total indefinição acerca da empreitada de requalificação e ampliação do Hospital da Horta.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Qual indefinição?

A Oradora: O Plano de Investimentos para 2021 previa uma verba de 400 mil euros, tendo sido o concurso lançado em agosto de 2021. O Plano para 2022 já nem sequer tinha a verba desagregada, o que nos leva a suspeitar da verdadeira intenção em realizar a obra. A verdade é que tivemos concurso em março de 2022 e outro concurso em julho de 2022. O Plano para 2023 previa uma verba de 1,5 milhões de euros, no entanto, o concurso foi lançado apenas agora, em agosto passado, com entrega de propostas em 30 dias, mas até agora nada se sabe. Não podemos por isso confiar, Sra. Secretária, em qualquer valor para esta obra no Plano para 2024.

E, Sra. Secretária, vir a esta tribuna apresentar percentagens vale o que vale, porque, efetivamente, no Faial, o acesso à saúde está cada vez mais difícil, situação que se tem vindo a agravar, com quase três mil utentes da USI Faial sem médico de família.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Isso não é verdade!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Falso!

A Oradora: Mas também posso dar exemplos ao nível da reabilitação da rede viária do Faial. Em outubro de 2021, a então Secretária das Obras Públicas, a Eng.^a Ana Carvalho, e mais tarde confirmado pela Sra. Secretária Berta Cabral, afirmava que seria realizada em 2022 e 2023 a empreitada de reabilitação da Estrada Regional que liga a Lombega, em Castelo Branco, à Feteira – o concurso nunca foi lançado.

Também nessa entrevista foi referido que seria elaborado o projeto de execução e lançada a empreitada para a reabilitação da estrada regional que liga o Largo Jaime Melo à Ribeira Funda ainda em 2022, aliás, no seguimento, de declarações do Sr. Deputado Rui Martins, que em plena campanha eleitoral “exigia a reabilitação” dessa via.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem!

A Oradora: Mais tarde, a Sra. Secretária Berta Cabral lá foi dizendo que, afinal, o que seria adjudicado em 2023 seria apenas o projeto de execução. O ano está a acabar e nada foi feito.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não se faz sem projeto!

A Oradora: Mas também na área da Educação tenho exemplos para vos dar. Em março de 2021 – 2021 foi um ano fantástico para promessas –, a Sra. Secretária anunciava, em reunião com o Conselho Executivo da EBI da Horta, que a obra de ampliação daquela escola iria avançar até final desta legislatura, num valor estimado de 7 milhões de euros.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Eu não disse isso!

A Oradora: Disse, está escrito no Portal do Governo. Vai consultar, Sra. Secretária!

A realidade o que nos diz é que no Plano de Investimentos de 2021 estavam

previstos 50 mil euros para a reparação desta escola. Repete em 2022, quer a verba, que a designação da ação. Mas já em 2023 o Plano previa 225 mil euros, agora não para uma reparação, mas para uma ampliação da EBI da Horta. Qual não é o nosso espanto? O Plano 2024 prevê novamente 50 mil euros, mas para fazer a revisão do projeto de execução. Sra. Secretária, passamos de reparação e ampliação para a revisão do projeto de execução. E por isso é legítimo perguntar como é que chegaram ao valor de 7 milhões de euros que a Sra. Secretária anunciou em março de 2021.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas também em junho deste ano a Sra. Deputada Salomé Matos congratulava-se com a abertura do concurso da empreitada das obras de reparação da Escola Secundária Manual de Arriaga, dando nota que esta “intervenção prevista implicará um valor base de 397500 euros e deverá estar concluída até ao primeiro trimestre de 2024, tendo em conta os prazos estabelecidos para a obra do Governo dos Açores”.

A Sra. Deputada, realmente, congratulou-se em junho, mas o concurso foi lançado novamente em 14 de setembro, sendo que a 23 de outubro foi feito um aviso de prorrogação de prazo do próprio concurso. Mas não obstante a sucessão de concursos, vejam bem, o Plano prevê nesta ação 50 mil euros. Ora, que credibilidade é que têm estes documentos? Qual a responsabilidade de um governo que lança uma obra de quase 400 mil euros para concluir no primeiro trimestre de 2024 e dota o seu orçamento em 50 mil euros?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas este Plano de Investimentos, tal como os seus antecessores, ignora por completo a importância do Faial para o desenvolvimento do Cluster do Mar, nas suas diversas vertentes.

A atuação deste Governo tem-se revelado totalmente incompetente:

– desde logo na administração da Escola do Mar dos Açores e das suas reiteradas trapalhadas;

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ui! A sério? Tenha vergonha, Sra. Deputada! Tenha vergonha de falar da Escola do Mar!

A Oradora: – na inabilidade para avançar com o projeto do tecnopolo MARTEC, projeto este verdadeiramente fundamental para os Açores;

– para além da indecisão e incapacidade de decidir sobre o futuro do porto e da marina da Horta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenha vergonha!

A Oradora: Os partidos que suportam este Governo foram sempre muito lesto a criticar as decisões e os projetos apresentados pelos Governos do Partido Socialista, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Porque eram maus!

A Oradora: ... mas, hoje, no Governo, não têm a coragem de tomar as decisões necessárias e imprescindíveis para a requalificação do Porto Comercial da Horta, colocando, assim, em risco o desenvolvimento socioeconómico da ilha do Faial e dos Açores.

Este Governo não tem a visão estratégica necessária para perceber que urge promover uma efetiva separação das diversas valências daquela infraestrutura, melhorando, por essa via, a segurança e a navegação no interior do porto.

Este Governo não é capaz de perceber que a ampliação da marina da Horta, que anualmente esgota a sua capacidade de acostagem, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não deixaram a marina da Horta com aquela bela obra que está ali?

A Oradora: ... é determinante para continuar a afirmar a ilha do Faial enquanto capital do iatismo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este Governo não é sensível às condições oferecidas aos pescadores que descarregam no Porto da Horta, tornando-se premente concretizar uma requalificação do núcleo de pescas que vá ao encontro das necessidades do setor. Este Governo está completamente alheado da realidade, dos problemas dos que operam no Porto da Horta.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os Açores não são vossos!

A Oradora: E a indefinição sobre esta matéria coloca em causa o financiamento de uma obra verdadeiramente estrutural para a nossa ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade!

A Oradora: Por fim, este Governo ignora por completo um conjunto de outros investimentos, alguns já com projetos concluídos outros até já com investimento iniciado.

Não se compreende, se por desleixo ou por despeito, se por desmazelo ou incapacidade, a verdade é que:

- o Solar de São Lourenço continua ao abandono;
- a Casa dos Pescadores continua ao abandono;
- o Castelo de São Sebastião e a proteção da orla costeira de Porto Pim continuam ao abandono.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Há quantos anos?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Do tempo do Lorenzo, lembra-se?

A Oradora: E por isso é perfeitamente legítimo que os Faialenses se questionem sobre o que é que este Governo fez pelo Faial, que projetos e investimentos inovadores implementou no Faial, que estratégia existe para o desenvolvimento do Faial.

Este Plano de Investimentos, assim como os outros três aprovados neste Parlamento, não responde a nenhuma destas questões.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não! A casos particulares, não!

A Oradora: Este Plano de Investimentos, este Governo não serve o Faial, não serve os Açores!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Esqueceu-se do aeroporto!

Deputada Ana Luís (PS): Não tenho tempo para tudo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Saúde e Proteção Civil, eu vou-lhe dar o meu tempo todo. Isto é aquilo que eu lhe tenho a dar neste Orçamento. Ia dar só um minuto, mas por aquilo que você disse ali na tribuna, eu tenho, obviamente, de ter uma conversa.

É só quando é o PAN ou alguém aqui desta bancada, quando nos enganamos, de uma forma...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não, toda a gente!

O Orador: Toda a gente faz o mesmo, mas o Sr. Vice-Presidente, quando é o Deputado do PAN, gosta de provocar.

Falando sobre aquilo que disse na tribuna, que este Governo está em sentido de

missão – aliás, como eu disse, este Orçamento é só apitos e fogo de artifício – em que a maior parte das medidas foi dos partidos que meteram durante três anos. Vou-lhe dar um exemplo: TAC em todas as ilhas, é uma medida do PAN, não foi cumprida até agora. E isto é de 2021, março 2021, neste Parlamento. Para quê? Cumprir a Via Verde do AVC. Nós continuamos a não cumprir a Via Verde do AVC, porque continua a faltar ilhas, Sra. Secretária. Não vai ser cumprido. E foi necessário só neste Orçamento de 2024 para cumprirmos uma medida de 2021. Rastreio de cancro do pulmão, outra medida do PAN. Também foi usado ali. Sentido de missão do Governo? Não, isto pelos vistos é sentido de missão do PAN relativamente a isto.

Então, eu pergunto: são necessários mais de dois anos para nós cumprirmos aquilo que foi aprovado no Parlamento? E é necessário só no último ano, no último Orçamento desta legislatura, para cumprir quase tudo o que nós fizemos de trabalho durante três anos neste Parlamento. É isso que me faz uma grande confusão.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Ainda bem! E o que é que aconteceu?

O Orador: A Sra. Secretária tem mais tempo do que eu, depois pode usar o seu tempo, se faz favor.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Não tem.

O Orador: Mas isso é um problema da vossa gestão.

E passo já para os bombeiros. Então, andamos nós desde 2021... E neste caso também foi uma provocação do PAN, porque o PAN fez uma iniciativa sobre o subsídio de risco e apoio aos bombeiros, neste caso uma redução da reforma antecipada para os bombeiros assalariados. E disseram logo que não, Sra. Secretária. Apesar de nós aprovarmos, nós só vamos conseguir cumprir essa medida do PAN quando for feito o Estatuto Social do Bombeiro. Isto foi feito há dois anos. Vamos juntar a malta toda, vamos fazer aqui um conselho com todas

as pessoas especialistas relativamente tanto à proteção civil, bombeiros voluntários, federação, presidentes das associações e metade dos açorianos que estão nesse conselho, e demorou-se dois anos para apresentarem este estatuto social, que 95% é um *copy/paste* do DLR n.º 10/2015?!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Pergunte aos bombeiros se concordam ou não!

O Orador: Onde é que está a antecipação da idade da reforma? Onde é que está o subsídio de risco dos bombeiros? Não está neste estatuto. Demoraram dois anos para fazer este papel?! Ah, sim, mas os bombeiros vão ficar muito contentes porque agora têm entrada gratuita para os monumentos! Foram necessários dois anos para apresentarem este estatuto. E têm a lata de dizer que sem este orçamento aprovado os bombeiros não vão ter o seu estatuto?! Foi para este documento, Sra. Secretária? Demoramos mais de dois anos para apresentar este documento aos bombeiros. Vou-lhe ser sincero, aquilo que eu estou a ser neste momento é o porta-voz dos bombeiros, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

O Orador: ... porque eles estão muito contentes com a Sra. Secretária.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com este Governo, a saúde continuou asfiziada, asfiziada pelo garrote financeiro a que foi sujeita pelo Governo de direita, asfiziada pelas dívidas a fornecedores que crescem, que só este ano atingirão cerca de 190 milhões de euros.

E o problema não é só para a economia nem para os fornecedores, é acima de tudo para as contas públicas e para o Serviço Regional de Saúde, porque paga mais caro cada compra que faz, porque essa já tem os juros de mora pela demora em

pagar as dívidas a fornecedores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E a culpa é do Governo?

O Orador: Diz o Governo que reforça neste Orçamento o Serviço Regional de Saúde, mas esse alegado reforço é apenas aos 75 milhões de euros, para converter dívida comercial em dívida financeira, num contexto em que o orçamento da saúde é praticamente idêntico, retirando esses 75 milhões de euros, ao de 2023, que significou um subfinanciamento de cerca de 50 milhões de euros. Um verdadeiro garrote financeiro que asfixia o Serviço Regional de Saúde e o acesso à saúde dos açorianos e açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: E ao contrário do que tem dito o Governo, este valor não terá qualquer reflexo na redução do endividamento, do recurso a dívida comercial na saúde, é apenas e só o valor necessário para fazer face ao crescimento das despesas de funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que o Governo, aliás, estima em 7,2% no geral da Administração Pública.

E a saúde, por isso, com esse Orçamento, ficará igual ou pior do que esteve em 2022.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Subfinanciada e sem investimento, porque o investimento real da saúde com este Orçamento, que, já agora, nos anos anteriores não tem sido executado, resume-se a cerca de 18 milhões de euros, para apetrechamento e modernização, tecnologias da saúde, equipamento e comunicações. Esse é o verdadeiro investimento inscrito, mas que já sabemos que não é para cumprir, como não foi nos anos anteriores, sempre com este Governo. Inscreve o investimento, mas não o executa, o que é ridículo. Uma gota de água num oceano de necessidades.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: E a cereja no topo do bolo: vem o Governo, na semana passada, através do Sr. Presidente, anunciar um novo centro de saúde para a Ribeira Grande, com uma verba de 20 milhões de euros, para começar já em 2024. Olha-se para o Plano e o que é que lá tem? 525 mil euros. 525 mil euros para uma obra de 20 milhões!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja intelectualmente honesto! Num ano não se faz a obra toda!

O Orador: Aliás, num ano em que já lá esteve verba para fazer alguma coisa e que o Governo nada fez! Alguem acredita que era em 2024 que esse Governo iria fazer alguma coisa?

(Burburinho das bancadas da coligação)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Alguém acredita? Não passa de campanha eleitoral, paga com o dinheiro dos contribuintes e feita ilegitimamente pelo Governo, porque a campanha eleitoral faz-se pelos partidos e não utilizando os recursos públicos, como os senhores têm feito.

E, finalmente, a hipocrisia com que tratam as pessoas, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso que procurou fazer é que é uma hipocrisia!

O Orador: ... recusaram a proposta do Bloco de Esquerda para integrar na altura 300 trabalhadores do Serviço Regional de Saúde, os “contratos Covid”, aqueles que estiveram na linha da frente e que estiveram durante a fase mais crítica da pandemia. O que é que fizeram? Mandaram muitos embora, dezenas, para o desemprego, para agora virem dizer, depois de aumentarem para 500 o número de precários no Serviço Regional de Saúde (algo nunca visto), que agora é que vão resolver. Tamanha hipocrisia! Tamanha insensibilidade! Ao mesmo tempo que

queriam deixar todos os outros precários da Administração Pública de fora, não os integrando, porque, já agora, recusaram no ano passado também a proposta do Bloco de Esquerda para os integrar. Não há precários de primeira e precários de segunda para o Bloco de Esquerda, são todos trabalhadores essenciais e devem ter o mesmo tratamento e o mesmo respeito!

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No tempo deles eram todos precários!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho para esclarecer e mostrar o meu espanto com as afirmações da Sra. Deputada Ana Luís, que, para quem ouve, parece que não esteve aqui nos últimos anos...

Deputada Ana Luís (PS): Estive, estive!

A Oradora: ... e não tem responsabilidades sobre o estado da arte atual.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Elencou um conjunto de investimentos que estão em falta para o Faial, investimentos esses, a grande maioria deles, que só conheceram passos nos últimos três anos, exatamente por inércia do Governo Socialista. Não vou conseguir, certamente, mencionar todos. Aliás, são públicos os passos que foram dados, mesmo aqueles que a Sra. Deputada Ana Luís diz desconhecer e que se desconhece o processo. Está desatualizada, porque há notas públicas e há

comunicados do Governo que dão nota do desenvolvimento.

Deputada Ana Luís (PS): Olhe, a Sra. Secretária não sabia!

A Oradora: O reordenamento do porto comercial, é curioso vir falar no reordenamento do porto comercial, quando foi assumido, depois da enormidade, do gigantesco erro que o PS fez no espelho de água, que o investimento neste momento seria obras em terra. Estão espelhadas neste Plano e Orçamento para 2024 com a construção do Edifício Marina, que mereceu um esforço do Governo para a sua construção, que vai encruzar naquilo que são as obras de requalificação da frente de mar, importantes para a ilha, com projeção para aquilo que é a dimensão turística que se quer dar e o reconhecimento de uma das mais belas baías, que, pelos vistos, só constam nos *papers* do PS, para a qual o Governo socialista nunca se comprometeu em dar qualquer apoio, enquanto que este Governo assim o fez, permitindo o avançar da obra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O terminal de cargas levou 13 anos a ser construído!

A Oradora: Relativamente à EBI, deveria envergonhar qualquer pessoa falar da EBI, quando esta tem um processo que vai desde 2009, conheceu uma inauguração apenas em 2015 e, desde aí, ficou peregrina a segunda fase.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Sra. Deputada Ana Luís fala dos 50 mil euros. Olhe, em 2017, a ação inscrita no Plano 2017 dizia: “Grande reparação da EBI”, 50 mil euros... 40, eram só 40 mil euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal dava, na altura!

A Oradora: Em 2018, dizia também: “Grande reparação da EBI.” Mas nesse ano já só tinha 30 mil. Em 2019, dizia: “Grande reparação da EBI.” Dizia quanto? 30 mil. Em 2020, não merece nenhuma. E quando nós começámos a inscrever verba, inscrevemos para rever o quê? O projeto, que vinha desde 2015 e que não estava revisto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A Sra. Secretária da Educação, efetivamente, em 2021, falou da obra, dando nota de que ela era uma prioridade política.

Deputada Ana Luís (PS): E que ia ser feita nesta legislatura e que ia custar 7 milhões de euros!

A Oradora: E, desde então, mencionou sempre que teria de se recorrer a fundos comunitários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Ah, mas nós não!

A Oradora: Talvez não. Numa nota recente do PS até diz que a obra podia ter sido feita nas férias do verão, que é uma coisa curiosa uma obra daquelas ser feita em dois meses.

Portanto, sobre a escola, dizer que o programa preliminar foi revisto. Para 2024, está assumido, prevê-se a elaboração do projeto para poder ser feita.

Deputada Ana Luís (PS): Não é do projeto, é da revisão do projeto!

A Oradora: Mas vamos falar do Hospital da Horta. O Hospital da Horta, de facto, os problemas que se pretendem resolver com esta obra do Hospital da Horta, que têm a ver com rede de águas, de incêndios e remodelação de dois grandes internamentos, não são de ontem, nem de anteontem, nem de há três anos, são

desde o início dos anos 2000.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem feito!

Deputada Ana Luís (PS): Seja séria!

A Oradora: Ah, pois... Eu sou séria! E tenho conhecimento de causa da matéria! E sei desde quando o conselho de administração do Hospital da Horta pede investimentos ao Governo Regional e não os teve!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E também sei desde quando é que a rede de águas do Hospital da Horta apresenta lacunas. A Secretaria assim o sabia e optou por fazer um edifício novo para acomodar valências de que havia necessidade, ...

Deputada Ana Luís (PS): Ah, estava a ver que não era preciso!

A Oradora: ... descorando uma rede de águas que apresenta lacunas, que têm vindo a dar aquilo que é conhecido, que são análises consecutivas com a presença de *Legionella*, com os devidos riscos que daí podem advir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Relativamente ao Hospital da Horta, concursos lançados, vimos, finalmente, neste momento, mais uma vez por um esforço deste Governo Regional, que veio ainda fazer um esforço financeiro para um concurso lançado por 6,5 milhões euros, vai adjudicar uma proposta que ultrapassa esse valor. Esse valor que à data de hoje são 7,5 milhões de euros, se tivesse sido feito em 2020 ou 2019 seria metade do

valor, a avaliar pelos primeiros concursos que o PS lançou, que não totalizavam 3 milhões sequer.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Porque é que não fizeram? Ora, a gente é que ia lá pôr o valor?

A Oradora: Agora, sobre a Escola do Mar, é difícil dizer alguma coisa que já não seja conhecido. O que os senhores nos deixaram foi um edifício bonito, mal pintado, porque já teve que sofrer obras, que não tinha condições para ser um estabelecimento de ensino. Neste momento, dá formação, tem uma atividade contínua. E, portanto, não percebo a sua referência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A intervenção na Escola Manuel de Arriaga, pronto, pois é, uma obra que tem pouco mais de meia dúzia de anos e que está a ruir, construção má.

Deputada Ana Luís (PS): Meia dúzia de anos?! Tem 20 anos aquela escola!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os danos no auditório não foram identificados por negligência do Governo do PS, decorrentes do Lorenzo. E, portanto, dois concursos lançados, com um reforço financeiro, por este Governo, recentemente, no espaço temporal de um mês e meio em que é lançado o segundo concurso. E, portanto, estão assim apreciadas as obras.

Deputada Ana Luís (PS): Como é que faz a obra com 50 mil euros?

A Oradora: Olhe, perguntámos isso por 20 anos e não tivemos resposta. Aguarde um pouco, vamos responder.

E, portanto, como me falta o tempo, dizer que, relativamente aos investimentos no Plano para 2024, todos os que são prioritários, o conselho de ilha, inclusive, foi unânime nessa matéria, os investimentos que estão previstos são fundamentais e são aqueles que têm de ser feitos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): E o que é que o conselho de ilha disse também?

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tenho pouquíssimo tempo, não irei falar das urgências no Centro de Saúde de Ponta Delgada, nem do ar-condicionado na Madalena do Pico, nem dos carrinhos de bombeiros, nem do Cheque Saúde. Mas há uma coisa que eu gostava de referenciar e isso, sim, merece gastar algum tempo e empregar algum tempo, é o combate ao grande flagelo que nós temos de droga, especialmente das sintéticas, algo que temos inúmeras vezes falado neste Parlamento e, infelizmente, não vamos vendo nada de concreto. Quero saber para o futuro, daqui para a frente. Sei que é um problema grave. É um problema que não é fácil qualquer Governo resolver, mas tem que resolver e tem que contribuir para isso, em articulação com

outras Secretarias.

Sra. Secretária, o que é que vai fazer? Sra. Secretária, a verba inscrita é suficiente?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

A Sra. Deputada Ana Luís apresentou-nos aqui uma intervenção sobre o tema: Tudo o que eu não fiz.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Podemos começar logo pela Sra. Deputada Ana Luís e pela sua colega de bancada que está à frente, a Sra. Deputada Andreia Cardoso: CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial da Horta, 20 anos! 20 anos de inércia! A Sra. Deputada, à altura Secretária Regional da Solidariedade, prometeu para 2018 o fim do projeto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é tão baixo!

O Orador: Sabe o que é que foi feito? Zero! Zero!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste momento, para 2024, estão inscritos 600 mil euros. Foi o provedor da Santa Casa que disse que é muito mau chumbar-se este Orçamento

porque, finalmente, temos um projeto, que foi feito em 2023 e há 600 mil euros de verba para iniciar a obra. E o Partido Socialista vai votar contra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Obra de quê?

O Orador: Do CACI! Do CACI, Sra. Deputada!

Depois, segunda fase da variante à cidade da Horta, Sra. Deputada Ana Luís, 20 anos! Foi este Governo que lançou a obra. É este Governo que a vai executar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, Hospital da Horta, já foi dito, as propostas estão em fase de análise e será adjudicado.

Deputada Ana Luís (PS): Vamos ver!

O Orador: Centro de Saúde da Horta, fizeram uma obra que obriga a que as consultas de terapia da fala tenham que ser dadas à porta aberta. Porquê? Porque nem sequer dá para as consultas. Isso foi o vosso investimento!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Uma vergonha!

O Orador: Depois, a Sra. Deputada vem dizer que eu antes exigia. Continuo a exigir.

Deputada Ana Luís (PS): Vê-se!

O Orador: Estou aqui e continuo a exigir, ao contrário da Sra. Deputada, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que em oito anos a sua ação política resumiu-se a “estão abertos os trabalhos, está encerrada a sessão...” De resto, lá fora, fez zero!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, devo dizer mais, e termino, porque, Sra. Deputada, eu lembro-me muito bem da sua ação política e vou-lhe dar o exemplo com o Centro Intergeracional da Feteira. Manifesto socialista de 2008: Lançamento do projeto. Manifesto Socialista de 2012: Continuação do Centro Intergeracional da Feteira. Manifesto de 2016: Conclusão da obra. Ainda nem sequer tinha iniciado! Nem tinha iniciado! Isto é o seu legado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E devo-lhe dizer, Sra. Deputada: a Sra. Deputada Ana Luís quer que este Governo em três anos de governação conclua, faça e execute aquilo que foram 20 anos de esquecimento socialista, da sua bancada e dos seus Governos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): O que o senhor disse que ia fazer? Zero! No final é que se fazem as contas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O que dirão de mim daqui a alguns anos? Sr. Deputado e Sra. Deputada, eu sei que o tema é interessantíssimo, mas deixem-me continuar com os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia, o que dirão daqui a uns anos de si, destas bancadas? Da intervenção que a Sra. Secretária da Saúde e Desporto fez há pouco, já aqui lembrou o Sr. Deputado Pedro Neves, e bem, que este estatuto do bombeiro é um *copy/paste* daquilo que já existia no passado, com 5% de novidade que acrescenta (acrescenta será aqui um eufemismo já que acrescenta muito pouco).

Quanto ao subsídio de risco, ficou para as calendas gregas, mas isso também para mim não era novidade, pois fui o único Deputado aqui nesta Casa que teve a coragem de dizer aos bombeiros dos Açores que não iam ter aquele subsídio de risco, quando todos os outros fizeram deste desígnio uma bandeira eleitoral. Pois, os bombeiros dos Açores não vão ter subsídio de risco, tal como o Deputado da Iniciativa Liberal na altura teve a coragem de lhes dizer a verdade.

E essa verdade tem que ser sempre realçada, porque o subsídio de risco tem regras, tem regras que são nacionais, tem regras que têm a ver com a exposição permanente ao risco. E, como tal, não se podem aplicar aos bombeiros dos Açores. Quem andou a dizer que se podia e que se queria, andou a mentir aos bombeiros dos Açores.

Mas há mais, há, neste Plano e Orçamento e na área da saúde, duas coisas que deixam a Iniciativa Liberal deveras desconfortável, que são: o Centro de Saúde da Maia e o Centro de Saúde de São Roque/Livramento. Inscrevemos, no Orçamento de 2022, 20 mil euros para a Maia, 200 mil euros para São Roque, sendo que na Maia fizemos um esforço para encontrar um terreno cedido gratuitamente, um projeto cedido gratuitamente pela Câmara Municipal da Ribeira Grande. E no Plano de 2023 foram inscritos 25 mil euros para cada um desses centros de saúde. Nada foi feito em 2022. Nada foi feito em 2023. E agora apresentam-nos 20 mil euros para a Maia e 100 mil euros para o Centro de Saúde

de São Roque.

A mim, apetece-me parafrasear o meu camarada e colega da Iniciativa Liberal da Madeira: acordos com essa gente?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois é!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É o que é!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados:

Nesta primeira ronda de perguntas, aproveito para tecer alguns esclarecimentos e desde já alguns considerados, mas também não vou perder muito tempo, porque, realmente, fica a desejar no calor do debate que atuais Deputados nesta Casa com responsabilidades acrescidas venham à tribuna tecer algumas considerações, passando uma borracha por completo no passado da governação do Partido Socialista e, neste caso em concreto, da ilha do Faial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária quer branquear a realidade!

A Oradora: E recordo, por exemplo, à Sra. Deputada Ana Luís, quando este Governo, no passado mês de junho, foi inaugurar a unidade de saúde de ilha do Faial, aquilo que encontrou, ainda antes de a unidade de saúde da ilha entrar em funcionamento, foi uma unidade já subdimensionada, que não permitirá crescer a sua atividade assistencial. Sabe quem é que sofre com isso? Não é o Governo Regional, é o Faial e os faialenses. E é isso que tem que ser passado nesta Casa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Branco (PS): E os três mil sem médico de família?

A Oradora: Uma unidade de saúde familiar que não prevê consultas de adictologia, em que as consultas de adictologia têm que ser realizadas num anexo, porque, infelizmente, o espaço dimensionado para as mesmas não corresponde às necessidades.

Uma unidade de saúde familiar que não prevê, por exemplo, segurança nas casas de banho para que as crianças possam utilizar as mesmas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Segurança nas casas de banho?!

A Oradora: ... atendendo à forma como as portas são abertas. E, portanto, estamos a falar de pormenores que parecem ser pouco, mas que dizem muito da falta de planeamento deste Partido Socialista, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): A senhora não vai falar de falta de planeamento!

A Oradora: ... que, infelizmente, é o mesmo que fez uma data de obras e planeou uma data de obras para a Região.

Mas vamos falar de coisas concretas, Sra. Deputada, que de forma propositada ignorou: a câmara hiperbárica do Hospital da Horta, esqueceu-se? Esqueceu-se dela? É este Governo que no Plano para 2024 inscreveu uma verba que prevê que nos próximos cinco anos a câmara hiperbárica possa funcionar de forma ininterrupta, porque garantiremos que anualmente a sua certificação e manutenção

seja feita. Portanto, Sra. Deputada, o Partido Socialista, em 2020, abandonou por completo a medicina hiperbárica na Região, mais concretamente na ilha do Faial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação às considerações feitas pelo Sr. Deputado António Lima, lamento imenso algumas das mesmas. Concordamos, e já disse nesta Casa, em relação ao subfinanciamento crónico do Serviço Regional de Saúde, já o afirmei e irei continuar a fazê-lo, não irei esconder essa situação. Mas também este Governo é sério, digo-lhe. E é sério por dois motivos: não anda aqui a responder às pretensões de partidos que, sem responsabilidade governativa, fazem propostas irresponsáveis nesta Assembleia. E digo-lhe isto em relação aos “contratos Covid”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estamos a falar da integração de 536 profissionais. Obviamente que o Governo concorda com a integração dos mesmos, mas primeiro foi preciso fazer um levantamento das necessidades, ...

Deputada Ana Luís (PS): Ó Sra. Secretária, mas que desculpa mais esfarrapada!

A Oradora: ... porque alguns desses contratados, se calhar, já nem estavam a prestar serviço nas instituições do Serviço Regional de Saúde. Foi preciso perceber o que é que eram efetivamente as necessidades permanentes. E após a realização deste trabalho, sim, pudemos perceber que efetivamente correspondem a necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde. E é por isso que vão ser integrados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ainda em relação às críticas do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado, eu sei que custa ouvir que finalmente há um terreno para o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Eu imagino, dói-lhe a alma de perceber que este Governo teve a coragem política de identificar um terreno para o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande.

Deputado Carlos Silva (PS): Identificar?!

A Oradora: E como o Sr. Deputado sabe, a obra do centro de saúde, os 20 milhões não vão ser todos executados em 2024.

Deputado António Lima (BE): O Sr. Presidente é que disse!

A Oradora: Isso é básico, Sr. Deputado, por amor de Deus!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado sabe que a verba que está lá inscrita corresponde à aquisição do terreno e ao projeto de execução. E, portanto, é muito normal que seja uma verba reduzida e não os 20 milhões. O Sr. Deputado já anda nesta Casa há anos

suficientes...

Deputado António Lima (BE): Já estava no Orçamento anterior!

A Oradora: Este Governo Regional inscreve aquilo que corresponde à verdade, aquilo que é capaz de executar durante o ano de 2024.

Em relação às dependências e às considerações do Sr. Deputado José Pacheco, dizer-lhe, e permita-me, que as viaturas de bombeiros, como já tive oportunidade de explicar, estão em fase de transformação.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim. Vão passar a ser naves espaciais.

A Oradora: E como também já tive a possibilidade de lhe mostrar as fotografias, serão entregues e ficarão concluídas em maio de 2024, porque o chassi tem que ser transformado.

E, portanto, o Sr. Deputado insiste com esta necessidade de passar uma informação que não é clara, mas eu já tive oportunidade de clarificar.

Em relação ao Cheque Saúde, permita-me, muito rapidamente, ele entrou na Assembleia no dia 5 de abril. Foi discutido em maio de 2023. Ainda durante a discussão ou antes, conversamos sobre a importância da medida. Portanto, da minha parte, houve sempre a assunção de que era mais uma ferramenta para os açorianos e para o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi publicada a Resolução em Jornal Oficial, no dia 17 de outubro. E está neste momento em fase final de regulamentação, porque precisamos de perceber se, sobretudo os convencionados da Região, têm interesse em colaborar com o Serviço Regional de Saúde. Portanto, não é algo que se faça de um dia para o outro, mas é algo que este Governo está a fazer. E, portanto, estamos aqui para dar resposta aos acordos e aos compromissos que foram efetuados com este Governo Regional.

Em relação às dependências, permitam-me gastar mais algum tempo do que

aquilo que eu tinha pensado, mas efetivamente temos aqui uma situação que merece a nossa atenção. Sr. Deputado, a Direção Regional de Combate às Dependências foi criada ou foi recriada novamente em 2016.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Recriada!

A Oradora: Só para só para ter ideia, sabe qual era o valor inscrito no Plano de Investimentos em 2017, que o Governo do Partido Socialista inscreveu para esta Direção Regional? 700 mil euros.

Deputado José Pacheco (CH): Vamos em frente!

A Oradora: Este Governo, este ano, reconhecendo que é urgente termos aqui uma mudança na abordagem a este problema, inscreveu mais 600 mil euros do que no ano anterior, temos 1,8 milhões de euros destinados às dependências.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Vice-Presidente não concorda com essa abordagem!

A Oradora: Assumimos, é um flagelo, que neste momento merece um combate total desta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E como é que pretendemos gastar o dinheiro? Desde já, atuando a nível dos cinco eixos que estão programados a nível internacional, através de *guidelines*. Não é o Governo que diz que se vai fazer desta maneira. Não, são programas e modelos que já estão em funcionamento a nível internacional. Cabe ao Governo encaixar os projetos que de facto se adequam à nossa realidade.

A nível da prevenção, iremos criar as equipas de prevenção em São Miguel, na Terceira e no Faial, que vão atuar na mesma área de abrangência que as CDT. Portanto, são duas equipas em São Miguel, uma no Faial e outra na Terceira, que irão dar a cobertura a todo o arquipélago.

Deputado José Pacheco (CH): Levaram três anos para dizer isso!

A Oradora: Iremos, por exemplo, a nível desta mesma ação, aumentar aquilo que são as campanhas publicitárias e de sensibilização, adequando as mesmas às

faixas etárias.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Esse é um trabalho que, ainda lhe digo mais, no passado dia 17 de novembro, no âmbito da ‘task force’, foi amplamente discutido por todos os parceiros que têm assento na ‘task force’.

Iremos ainda, a nível da dissuasão, reforçar o papel das CDT, porque, imagine-se só, estas equipas, em muitas das ilhas, não têm condições para trabalhar, precisam de renovação do material informático, precisam de ter outras condições para que possam ir ao terreno e ajudar efetivamente quem mais precisa.

A nível da redução de riscos e minimização de danos, temos já o trabalho com duas equipas de rua, que provavelmente terão de ser alargadas à Região. E este trabalho já foi iniciado no concelho de Ponta Delgada e no concelho da Ribeira Grande. E está efetivamente a dar frutos.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual trabalho?

A Oradora: É um trabalho que tem que ser reforçado e ao qual deverá ser, obviamente, dada continuidade, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de forma a conseguirmos inverter o rumo desta situação, até porque nessas equipas de rua, que já funcionavam no setor social, o que fizemos foi introduzir um psiquiatra e um infeciologista, que no âmbito desta população fará toda a diferença.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A nível do tratamento, iremos manter os protocolos que temos com

as IPSS e que trabalham neste sentido.

E, para finalizar, a nível da reinserção, temos uma ação nova, com cerca de 100 mil euros, para criar, finalmente, as casas de reinserção e ajudar numa transição mais saudável àqueles que abandonam as dependências e têm que ser integrados na nossa sociedade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço para intervir neste debate apenas para informar a Câmara que tenho seis propostas de alteração para apresentar a esse programa do Governo, nomeadamente:

Relativamente à revisão da remuneração base dos bombeiros voluntários dos Açores;

Também na estratégia para implementar o enfermeiro de família nos Açores; ...

Deputado Carlos Silva (PS): É para justificar o ordenado!

O Orador: Também na área da telemedicina, um diploma que também tenho na Assembleia Regional e que ainda espera o dia de ser aprovado, mas que eu entendo que neste momento é preciso reforçar essa verba;

Também no Vale Saúde, que entendo que é importante um aumento de verba e é

um sinal importante por parte do Governo da Região relativamente a essa matéria, fazer um reforço de dotação no Vale Saúde, mas também no Cheque Saúde, portanto, as dotações do ano passado acho que são insuficientes para esta matéria; E ainda, também, um reforço na ação de conservação e modernização dos edifícios que prestam serviços na área da saúde.

Portanto, essas são as situações que identifiquei neste Plano como necessárias para terem um reforço de dotação de verbas.

Realço que, de todas as propostas de alteração que até agora projetei, em nenhuma delas se sacrifica a dotação previsional, que eu acho que é um instrumento importante e que deve ser acautelado para o bem-estar da Região e das finanças da Região para o ano 2024.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vai votar contra senão fica sem dinheiro para a sua associação!

(*) Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no princípio desta legislatura, apresentou aqui as suas preocupações em relação aos comportamentos aditivos e às dependências, tema que muito nos preocupava e que continua a preocupar. E pedimos que fosse colocado nas prioridades do Governo Regional este tema que nos apoquentava a todos. E porquê? A justificação dada é porque os índices expressos pelas percentagens associadas à vulnerabilidade social na nossa Região já evidenciavam uma forte necessidade de acompanhamento psicossocial a esta população jovem.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: O combate a tais vulnerabilidades, sabemos, sem dúvida, que é um objetivo social, que exige uma intervenção pluridisciplinar e em união de esforços entre todos os organismos: associações, fundações, IPSS e a colaboração da comunidade na busca de iniciativas e estratégias promotoras de inclusão.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Foi sempre esta a preocupação do Partido Socialista. Daí as várias ações implementadas e que fizeram parte do Plano Regional até 2020, que consistia na prevenção em ambiente escolar, o que muito contribuiu para que, no ano de 2019, apesar do aumento das substâncias psicoativas na Região, sentíssemos, e foi registado, uma diminuição do consumo de algumas drogas, como a heroína, a canábis, as anfetaminas, e até a diminuição substancial de álcool.

Passados quase três anos, assistimos todos, com grande preocupação, ao aumento do consumo de drogas na nossa Região, o qual correlaciona o aumento muito substancial do número de jovens e adultos sem abrigo e o aumento da pobreza e da exclusão social.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: O número de jovens com problemas de saúde mental que habitam nas nossas ruas de Ponta Delgada e em freguesias que nós todos conhecemos, Deus nos livre se não fossem as Câmaras Municipais para o acompanhamento destes rapazes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E as associações!

A Oradora: E é um fator, de facto, que nos devia preocupar e até envergonhar a todos nós, senão do ponto de vista humano e ético, pelo menos do ponto de vista social.

Aqui, o Governo devia ter atuado de forma célere, com ideias centralizadas na prioridade de cada local onde maior incidência temos.

Reconhecemos todos a eficácia de medidas políticas para problemas tão complexos, como são os comportamentos aditivos. E também sabemos que não cabem habitualmente numa legislatura. Nós todos sabemos isso.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Ainda bem que alguém do Partido Socialista reconhece isso!

A Oradora: Mas é possível antecipar sucessos e fracassos com alguma segurança se olharmos para as medidas. Se olharmos para as medidas deste Governo recentemente criadas, como a ‘task force’ e a equipa de trabalho de rua, é importante, não há dúvida que é importante, mas são meras gotas no oceano, são poucas.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: E, aliás, também gostaria aqui de dizer que o Partido Socialista, com pouco dinheiro na altura, fez muito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pouco?!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Que horror!

A Oradora: Não, não é “que horror”! Ó Sra. Secretária Regional, não é “que horror”! A senhora não esteve nas ruas onde eu estive! Pelo amor de Deus!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Carlos Silva (PS): Flávio, aprende, ouve!

A Oradora: Olhe, face à dimensão do grande problema entre mãos sobre os comportamentos aditivos e dependências, deve o Governo contribuir para uma mudança substancial nesta área e demonstrar um verdadeiro sentido de compromisso social. Não há qualquer dúvida.

E quer estes jovens, quer as famílias em sofrimento, nada mais pedem. Não estão aqui a pedir um ministério, nem estão a pedir imperatrizes e imperadores. Não, o que estamos a pedir é tão somente residências nas ilhas onde existem mais

consumos, residências terapêuticas, para a continuação do trabalho da desabilitação.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Quer mesmo falar disso?

A Oradora: É isso que se está a pedir. Na página 62 do Plano Anual de 2024, o Governo diz que fará uma aposta forte a este nível. Muito bem. E, de facto, foi feita, mas é reconhecido que a aposta não foi grande, foi uma aposta fraca, o que, aliás, se confirma pelas cativações e pelas reduções nos protocolos de algumas instituições.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Onde?

A Oradora: Ó Sr. Vice-Presidente, a Casa de Saúde de São Miguel. Foi permitido, no ano passado, o aumento de 42 para 50 euros...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): A ARRISCA e a Novo Dia!

A Oradora: Pronto, Sr. Vice-Presidente, mas o que eu estou a falar é em algumas instituições.

Na verdade, não é apenas fundamental intervir substancialmente aqui, mas é moralmente imperativo fazê-lo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Repetimos: é moralmente imperativo o Governo fazer mais, principalmente fazer melhor, nomeadamente reconhecendo uma prevenção mais organizada, fundamentada com ciência, preparando caminho para o futuro e, ainda, a necessidade de articulação entre pastas numa resposta concertada entre a intervenção na saúde mental e a promoção da reinserção social.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Carlos Silva (PS): Flávio, aprende!

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não me surpreende, de todo, a posição e a atitude com que o Partido Socialista vem a este debate. É um partido que tenta passar uma borracha pelo seu passado, por aquela que foi a herança que deixou a este Governo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Flávio, essa cassete já está gasta!

O Orador: ... mas também deixou a todas as gerações, em especial às gerações mais novas, que vão ter no futuro que assumir essas mesmas responsabilidades.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: São os arautos da desgraça, tentam, uma vez mais, como temos vindo a ver desde 2020, puxar os Açores para baixo. E a intervenção da Sra. Deputada Valdemira representa isso mesmo. Representa, Sra. Deputada, uma mão cheia de críticas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e outra mão vazia de propostas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Partido Socialista, desde novembro de 2020, apenas apresentou a esta Casa um projeto de resolução, projeto esse que não apresentava mais nada do

que medidas que estavam a ser implementadas pelo Governo Regional.

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

O Orador: E, portanto, sobre propostas apresentadas pelo Partido Socialista, sobre possíveis contributos que o Partido Socialista nos deixou, estamos conversados, foram zero as propostas, foram zero as iniciativas, foram zero os contributos deixados para colmatar esta dificuldade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas vamos à ação. E é importante nós fazermos uma visão daquilo que foi o passado recente, mas uma visão também daquele que tem sido o percurso por este Governo. E no que concerne às dependências, Sra. Deputada Valdemira, muito se poderia dizer, mas os resultados estão à vista. A ‘task force’ tem dado contributos extremamente importantes. As equipas que estão constantemente e diariamente na rua estão a fazer um trabalho exemplar e meritório.

E, Sra. Deputada, este é um problema muito sério. E custa-me acreditar que o Partido Socialista tente fazer manobras de diversão ou distração com uma problemática desta dimensão.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Não diga isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quais manobras?

O Orador: São problemas sérios, que afetam milhares de famílias nos Açores, mas que o Governo Regional não descarta destes problemas, está a tentar encontrar as soluções para os mesmos e a lutar diariamente, com os partidos da coligação, para encontrar as melhores soluções. E é isso que este Governo está a fazer, ao contrário do Partido Socialista, que nunca o fez!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde apresenta sinais preocupantes.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah!

O Orador: E disso mesmo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem dado nota nos últimos meses.

Vejamos como exemplo os dados relativos ao aumento do número de cancelamentos de cirurgias, com recordes atingidos em 2021 e 2022. Três anos passaram e temos dado nota disso nos debates parlamentares que nós temos realizado, sem qualquer resposta por parte do Governo.

Vejamos o aumento do número de utentes em lista de espera, sem marcação, para consultas de especialidade, por exemplo, no Hospital do Divino Espírito Santo: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No Continente é que é bom!

O Orador: ... de 9273 em 2019 passamos para 12695 em 2022.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não sei onde é que vai buscar esses dados!

O Orador: Diz a Sra. Secretária, em aparte, que não sabe onde é que eu fui buscar estes números. E isto é preocupante, porque são dados dos hospitais. Se a Sra. Secretária não sabe os números, se calhar, por isso é que nos dá sempre números que não batem a bota com a perdigota.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso era no seu tempo!

O Orador: A estes juntam-se as consultas em lista de espera. De 2018 a 2022, temos: anestesiologia, de 17 passamos para 619; dermatologia, de 513 para 1239; endocrinologia, de 402 para 820; neurocirurgia, de 263 para 443; neurologia, de 346 para 822; e psicologia, só para citar algumas, de 72 para 482.

Já no que concerne aos pedidos de consulta fora do tempo máximo de resposta garantido, passamos de 3399 em 2018 para 6458 em 2022.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E no Nordeste?

O Orador: Este Governo, quando tomou posse, disse que o Serviço Regional de Saúde estava nas urgências. Vejamos, então, o que se passa no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira: o número de episódios na urgência geral aumentou 3,5% em 2022 relativamente a 2019. Portanto, é com este Governo que o Serviço Regional de Saúde se encontra efetivamente nas urgências.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É!

O Orador: E destes factos não podemos dissociar a degradação das contas das unidades de saúde. Só nos últimos três anos, com cortes sucessivos nos orçamentos, com o agravamento dos resultados operacionais líquidos, com o aumento dos passivos e da dívida a fornecedores, questiona-se, por exemplo, como é que em 2024, tomando novamente como exemplo o maior hospital da Região – o Hospital de Ponta Delgada, com cerca de 100 mil euros de aumento no seu orçamento, como é que será capaz de fazer face e de responder a esta situação e de responder às necessidades de saúde da população e à regularização das carreiras da saúde. Eu relembro que, relativamente aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e aos farmacêuticos, nada foi feito, ainda, neste momento.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso é mentira!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): No seu tempo, o senhor fez muita coisa!

O Orador: Temos uma petição, aliás, na Comissão de Política Geral, relativamente aos farmacêuticos. Toda a calendarização prometida por este Governo em 2021 não está a ser cumprida.

E, portanto, como é que o Hospital do Divino Espírito Santo, com mais 100 mil euros do orçamento, vai regularizar carreiras, proceder ao aumento da massa salarial dos funcionários públicos e pagar a dívida a fornecedores?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): O senhor não se preocupe!

O Orador: E como é que irá, por exemplo, cumprir a promessa do Governo de aumentar a diária às casas de saúde? E, portanto, não é possível crer que com menos se irá fazer mais.

Ainda ontem ficámos a saber que a interrupção voluntária da gravidez irá ser retomada no HDES, fora do horário normal, em produção acrescida. Ou seja, mais necessidade de componente financeira para pagar aos profissionais de saúde.

E é por isso que estes documentos não são credíveis. Estes documentos fazem de conta apenas e só aos interesses político-partidários desta coligação, não servem os interesses das açorianas e dos açorianos!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-

Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para a Região, para 2024, comprova que a saúde é e será sempre uma prioridade deste Governo de coligação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Graças à ação do Governo do PSD, do CDS e do PPM, a saúde nos Açores distingue-se claramente do caos dos serviços de saúde pública no Continente, com o fecho intermitente de serviços hospitalares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): No Continente, a saúde é uma maravilha, com urgências fechadas!

A Oradora: Um total desrespeito pelos profissionais de saúde e pelos utentes a nível do Serviço Nacional de Saúde.

O caos em muitos hospitais no Continente é bem prova da falta de soluções de uma governação socialista para o setor da saúde. Aliás, este debate que aqui temos desde ontem é disto um exemplo, à falta de propostas do PS sobram os adjetivos grosseiros utilizados ontem e hoje.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não era assim!

A Oradora: Sim, Sr. Deputado Carlos.

A argumentação do Partido Socialista limita-se praticamente à utilização dos termos, e isso todos nós ouvimos: mentira, miserável, chantagem, ridículo. Foram os termos utilizados ontem e hoje, aqui.

Então, vejamos:

“Mentira”, exclama o Partido Socialista sobre este Orçamento para 2024. Mentira, Srs. Deputados do PS, foi o primeiro Governo de Vasco Cordeiro ao prometer aos utentes 100% de cobertura de médico de família até 2016.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mentira foi o segundo Governo de Vasco Cordeiro ter prometido 100% de cobertura à população até 2020. Isto é que é mentira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Pelo contrário, com este Governo da coligação, a cobertura para médico de família tem vindo gradualmente a subir, a aumentar. À data de hoje, 93 em cada 100 utentes açorianos têm médico de família.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

No Continente, apenas 84% da população tem médico de família, um número que está em queda desde 2019.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

A Oradora: “Miserável”, outro adjetivo exclamado pelo Partido Socialista sobre o Orçamento para 2024. Miserável, Srs. Deputados do PS, é esperar 1100 dias por uma cirurgia, como acontece no Continente, devido às más políticas da governação na República, que V. Exas. tanto defendem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pelo contrário, nos Açores, o tempo médio de espera por uma cirurgia baixou ao longo destes três anos de 540 para 386 dias, são menos 150 dias que os açorianos esperam por uma cirurgia

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

A Oradora: “Chantagem”, exclama o PS sobre o Orçamento de 2024. Chantagem, Srs. Deputados do PS, é prometer em vésperas de eleições, em outubro de 2020, a contagem do tempo de serviço e as regularizações das carreiras dos enfermeiros, após anos a desprezar os enfermeiros.

Deputado Luís Soares (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Sim, o Sr. Deputado Tiago Lopes era Diretor Regional de Saúde à data e por três anos seguidos prometeu aos enfermeiros e não cumpriu.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Pelo contrário, é com este Governo do PSD, do CDS e do PPM que as carreiras de enfermagem estão a ser regularizadas. E, sim, desde o último mês de 2021. Porquê? Porque são três anos extremamente difíceis. Um imbróglio nas carreiras que os senhores deixaram na saúde e na enfermagem, extremamente complicado de resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E é com este Orçamento que vamos acabar de resolver todos os problemas da carreira de enfermagem e da carreira dos técnicos de saúde.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Se fosse fácil, tinha feito!

A Oradora: Exatamente, se fosse fácil, tinha feito, mas não o fez!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Eram só *pullovers*!

A Oradora: “Ridículo”, exclama o Partido Socialista sobre o Orçamento para 2024. Ridículo, Srs. Deputados do PS, é ouvir o Deputado socialista fazer pouco da compra do terreno para o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande. Para atacar o Governo da coligação, o PS até desdiz os seus próprios autarcas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PS diz que o anúncio da compra do terreno do novo centro de saúde é ridículo. Imaginem, a Presidente da Junta de Freguesia da Conceição, eleita pelo PS, diz que está de coração cheio por ter colaborado na solução encontrada pelo Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não houve compra nenhuma ainda!

Deputado António Lima (BE): Já compraram? Onde é que está a escritura?

A Oradora: Está aqui a prova. Posso entregar na Mesa.

(Neste momento, a Sra. Deputada Ana Quental mostra um documento à câmara)

A Sra. Presidente da Junta, do PS, diz que está de coração cheio por ter colaborado e por ter servido de intermediária na compra.

Realmente, Srs. Deputados, o Partido Socialista não tem propostas e perdeu a noção do ridículo!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Quental, na sua lógica de argumentação, a Sra. Deputada e os Srs. Deputados do seu Grupo Parlamentar concordam, então, também, que este Governo mentiu, ...

Deputada Ana Quental (PSD): O quê?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Refinadas mentiras era do seu Governo!

O Orador: ... porque, em outubro de 2022, anunciou: a ilha Terceira terá 93% de cobertura de médico de família em novembro de 2022.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto é que tinha com o PS?

O Orador: O relatório de gestão da Unidade de Saúde da Ilha Terceira dá uma cobertura de 87,2%.

Mentiu, então, o Governo, posso depreender das palavras da Sra. Deputada Ana Quental.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os senhores é que andam a mentir!

O Orador: Relativamente às questões e à comparação que gostam muito de fazer agora com aquilo que se passa em território continental, SIC Notícias, em setembro de 2023, este ano, uma desgraça: “Um utente com cancro espera por TAC há mais de um ano.” E dizia ao Grupo Parlamentar do PSD, em dezembro de 2020: “Não é admissível, Sras. e Srs. Deputados, que estivessem utentes com TAC à espera, com nódulos pulmonares para serem resolvidos. Não é admissível

que uma pessoa com um tumor renal fique oito meses à espera para ser encaminhado.” Sr. Deputado João Bruto da Costa, concorda com isto? Acha que o Serviço Regional de Saúde está a dar uma boa resposta?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho!

O Orador: Depois temos notícias destas também: “Constrangimentos no serviço de urgência do Centro de Saúde de Ponta Delgada [há poucos dias], utentes de madrugada à espera de consulta.”

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foi mal feito, mal planeado!

O Orador: Deslocação de doentes: “Há falta de lugares nos aviões e está a dificultar a deslocação de doentes das ilhas sem hospital. Uma utente na Graciosa esperou dois dias, com três fraturas na perna, para ser transportada.”

“Centro de Saúde das Lajes do Pico sem médico de urgência durante 24 horas.”

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Quando é que foi isso?

O Orador: Unidade de AVC do HDES, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Está em obras!

O Orador: ... desde março de 2020 que não é reaberta.

E, portanto, querem falar de constrangimentos entre o território continental e a Região Autónoma dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Queremos!

O Orador: Temos, efetivamente, muitos constrangimentos na Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): As urgências estão fechadas!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E o Natal dos Hospitais?

Deputado Joaquim Machado (PSD): A RTP está à rasca, não consegue fazer o Natal dos Hospitais porque não tem as urgências abertas!

O Orador: Temos, efetivamente, muitos constrangimentos na Região Autónoma dos Açores.

E sobre a questão do rigor e da falta de verdade e sobre a definição de prioridades, a Sra. Secretária da tribuna disse mais uma incorreção, não quero chamar outro nome, disse que o número de utentes operados apresenta uma tendência crescente. Ora, vejamos os dados de setembro de 2023 comparado com o período homólogo de setembro de 2022: em 2022, 7648 utentes operados; em setembro de 2023, 7071. Não corresponde à verdade aquilo que a Sra. Secretária disse.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu esperava tudo neste debate do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, esperava tudo menos esta confirmação, por parte do Partido Socialista, de que se fossem Governo na Região estavam orgulhosos e gostariam de fazer exatamente o que estão a fazer na República, na saúde. É incrível, da vossa parte, os senhores virem dizer que queriam que estivéssemos como está a República em relação à saúde!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Tiago Lopes, o senhor sabe o que é que se passa lá fora relativamente à saúde? É o caos, o absoluto caos, com os médicos e os profissionais a avisar de uma catástrofe. Catástrofe! Com o maior hospital do país, como o de Santa Maria, a fechar serviços e a impedir pessoas de encontrarem tratamento, com urgências fechadas. Um absoluto caos e catástrofe que os senhores fizeram na saúde do país e que, naturalmente, tem repercussões e efeitos nos Açores, negativos. Nós estamos a conseguir debelar com uma ação concreta, efetiva e dedicada a resolver os problemas que os senhores deixaram no Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E essa é que devia ser a sua intervenção, de reconhecimento que não é melhor estar com o Partido Socialista, porque não queremos, nunca, que se passe nos Açores o que se está a passar na República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados:

Não tenho tempo, vou tentar abreviar o máximo possível.

Deputado Berto Messias (PS): Não tem tempo?!

A Oradora: Vamos falar então dos tesourinhos do Sr. Deputado Tiago Lopes. Resultados operacionais. Nos últimos sete anos, sabe qual foi o ano em que tivemos os piores resultados líquidos nos três hospitais? 2019, menos 44 milhões de euros, quando o Sr. Deputado era só Diretor Regional da Saúde. O que é que o senhor fez para inverter esta situação?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Que plano de redução de custos obrigou o Sr. Deputado a que os hospitais e unidades de saúde fizessem? Depois, o que é que aconteceu? Escondeu-o numa gaveta porque não o concretizou. Onde estão as suas responsabilidades, Sr. Deputado?

IVG. Sabe a que é que este Governo se dignificou a fazer? Pois, eu vou dizer-lhe: infelizmente, Sr. Deputado, a IVG, até 2021, no HDES, sempre se fez. O que é que acontece? O Sr. Deputado permitiu que a técnica fosse processada de forma ilegal. Sabe porquê? Porque a portaria da produção acrescida, realmente, que estava em vigor até hoje não prevê a IVG em produção acrescida. O que este Governo fez foi, de forma transparente, permitir que a IVG se faça fora do horário normal e que não colida com a rotina normal do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... porque não nos parece justo que uma grávida de outra ilha que se desloque até ao HDES, que é o hospital de referência para o Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, veja a sua consulta cancelada, para que seja feita uma interrupção voluntária da gravidez ou outra técnica qualquer.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que chantagem é essa?

A Oradora: Não é chantagem, nós temos um tempo de atuação muito curto, temos cerca de dez semanas para permitir a realização da técnica.

E até lhe digo mais: sabe quanto é que a gente poupa em cada grávida em que é feita a interrupção voluntária da gravidez na Região? Sabe qual é a poupança para a Região? Das 140 técnicas que são feitas anualmente, são cerca de 80 mil euros que podemos investir a mais no Serviço Regional de Saúde, porque as grávidas não vão para fora da Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, mesmo fazendo em produção acrescida, há uma poupança muito significativa.

Deputado António Lima (BE): Produção acrescida, porquê?

A Oradora: E vou-lhe dizer: o custo da técnica medicamentosa é cerca de 302 euros. Se as grávidas forem para fora, gastam uma média de 1600 euros. Quer investimento melhor do que este no Serviço Regional de Saúde, fazer a técnica dentro de portas e dar a resposta às nossas utentes dentro da Região, permitindo poupar no Serviço Regional de Saúde?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Que horror!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que horror!

A Oradora: O que este Governo fez foi tornar legal aquilo que durante anos o Partido Socialista andou a fazer às escondidas no Hospital do Divino Espírito Santo. Foi esta a solução que este Governo fez porque percebeu que, efetivamente, era necessário regularizar uma situação que acontecia de forma indevida.

Vamos falar ainda das casas de saúde. Sr. Deputado Tiago Lopes, casas de saúde, digo-lhe que, efetivamente, o valor das diárias foi atualizado na fatura de julho de 2023 e que já foi pago de forma devida em agosto de 2023. Portanto, é falso que o Governo esteja em atraso com a atualização dos valores. É falso, porque, como já referi, esta atualização foi feita na fatura de agosto de 2023.

Mas, Sr. Deputado, digo-lhe com toda a sinceridade, este Governo tomou posse no final de novembro de 2020, qual não é a nossa estranheza quando, em janeiro de 2021, numa das casas de saúde que presta serviço ao Serviço Regional de Saúde, surge uma dívida de 4 milhões (4 milhões!), correspondente à faturação do ano de 2020. Sabe o que é que aconteceu, Sr. Deputado? Estas faturas, durante um ano, não foram lançadas contabilisticamente no HDES. O senhor sabia disto? O senhor, que era Diretor Regional na altura, permitiu que isto acontecesse?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mandou esconder! Uma vergonha!

A Oradora: Em qual foi a gaveta que estas faturas foram escondidas? Diga lá, Sr. Deputado! Foi este Governo, já em janeiro de 2021, que se deparou com uma dívida de 4 milhões e que procedeu ao seu pagamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para terminar, porque já não tenho muito mais tempo, eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Tiago Lopes, em relação à comparticipação da ADSE, aos 4 milhões, até hoje, correspondentes ao adiantamento que a Região fez na comparticipação de medicamentos, relativamente à prescrição ocorrida entre setembro de 2018 e outubro de 2019, qual foi o papel do Sr. Deputado em exigir que a República devolvesse à Região 4 milhões em comparticipação de medicamentos. Que diligências é que o Sr. Deputado, na altura Diretor Regional da Saúde, fez? Porque até agora esse dinheiro não chegou à Região. E obviamente que ajudaria muito as unidades de saúde da nossa Região.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Eu peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente, na sequência das declarações da Sra. Secretária, ...

Presidente: Quais são as afirmações que levam ao seu protesto?

Deputado Tiago Lopes (PS): É isso que eu ia dizer.

... a dizer que foram escondidas faturas.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Onde é que foram escondidas...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Uma pergunta.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não me diga que vai falar de máscaras chinesas!

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à dívida às casas de saúde, Sra. Secretária, deixe-me dizer o seguinte, e já foi dito nesta Casa e não teve o contrário da parte do Governo: a dívida às casas de saúde aumentou em mais de 50% desde que este Governo iniciou funções.

E a questão das faturas escondidas, Sra. Secretária, pela segunda vez desde que tomou posse, coloca em questão não o anterior Governo, mas os conselhos de administração.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Escolhidos pelo senhor!

O Orador: Escolhidos pelo senhor?! Ó Sr. Secretária, a Sra. Secretária disse, aqui, ainda há poucas semanas, que as unidades de saúde da Região, nomeadamente as unidades de saúde de ilha, não cumpriram com a lei dos compromissos, conselhos de administração escolhidos por si. E agora vem dizer faturas escondidas e conselhos de administração escolhidos pelo Partido Socialista, Sra. Secretária?!

Não posso aceitar isso, Sra. Secretária! E se dúvidas houvesse sobre faturas escondidas, deveria ter feito aquilo que lhe competia, que era chamar à razão o conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo, que não tem nada a ver com a governação do Partido Socialista anteriormente.

Agora, a Sra. Secretária, para sacudir a água do capote, gosta muito de, efetivamente, pôr as culpas no conselho de administração, neste caso escolhido por si e a exercer funções de forma ilegítima, como disse ainda há bem pouco tempo, não cumprindo com a lei dos compromissos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, para um contraprotesto, querendo... Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada.

Exmo. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados:

Eu perguntei ao Sr. Deputado Lopes, efetivamente, onde é que estariam escondidas as faturas, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não foi isso!

A Oradora: ... que factualmente não foram lançadas na contabilidade do HDES em janeiro de 2021.

Está provado. Não é nada inventado da minha cabeça. E até lhe posso dizer exatamente qual é o valor a que corresponde esta dívida que não foi lançada ao longo de 2020. Portanto, Sr. Deputado, pode tentar fugir da maneira que quiser, mas isto corresponde à verdade.

Foi este Governo que, durante o ano de 2021, teve que pagar esta dívida, à semelhança de outras.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Qual é o valor em dívida?

A Oradora: Por exemplo, o *factoring* que foi feito no HDES, que correspondeu a dívida entre 2017 e 2020, pasme-se só, que este Governo termina este mês de pagar cerca de 16 milhões de milhões de dívida efetuada pelo Partido Socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, Sr. Deputado, não tem legitimidade para vir falar de dívida, muito mais

quando ainda temos um processo pendente, que foi altamente danoso para a Região: a questão das máscaras. Três milhões de euros em máscaras, que até agora não sabemos de quem é a responsabilidade, nem como foram efetuadas, se foram testadas. Não sabemos os pormenores. A única coisa que sabemos é que efetivamente a Região foi lesada em cerca de 3 milhões de euros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

(Diálogo entre os Srs. Deputados)

Sras. e Srs. Deputados...

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pede a palavra para...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estou verdadeiramente incomodada... Nós já informamos a Mesa de que estavam aqui a suceder gravações e fotografias de elementos de gabinetes dos Membros do Governo indevidamente. Isto está a acontecer à nossa bancada. E eu acho que o Sr. Presidente devia alertar os Srs. Membros do Governo para que isso não se repita. Isso não pode acontecer aqui dentro. O Sr. Presidente sabe que não. E acho que concorda connosco. Portanto, não é adequado, é incomodativo. Nós já temos, com Deputados a intervir da tribuna, galhofa e gargalhadas enquanto se intervém, de membros de gabinete. Isso não é, penso, Sr. Presidente, sequer

permitido nem adequado.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, efetivamente, eu alerto as pessoas que estão a assessorar, quer os Grupos Parlamentares, quer o Governo Regional, de que não têm o direito a se manifestar nesta sala nem a fazer apartes.

Mas também, Sra. Deputada, já que é para ser transparente, se há queixas desse lado com adjuntos, há queixas daquele de que há fotografias aos computadores.

E, portanto, eu aproveito a ocasião para, de uma vez por todas, pedir aos senhores assessores e aos senhores fotógrafos para se cingirem ao seu trabalho, senão, caso contrário, terão que sair da sala. Eu também já ouvi apartes de outras pessoas que não podem fazer apartes. E, portanto, eu peço a vossa atenção nesse sentido.

Sr. Vice-Presidente, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para uma interpelação, Sr. Presidente.

Nós, também, no Governo, nos sentimos incomodados por algumas vezes, e não foram poucas, por assessores andarem aqui a fotografar e a comentar. Nisso o Sr. Presidente tem toda a razão. E eu queria também relatar isto.

Mas permita-me, também, Sr. Presidente, nesta interpelação, dizer-lhe o seguinte: a Sra. Deputada Andreia Cardoso tem toda a legitimidade para se sentir incomodada, não tem é a legitimidade para se levantar e ir a ali repreender.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Sra. Deputada, primeiro, tinha feito a interpelação ao Sr. Presidente e depois tinha ido lá.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Ó Sra. Deputada Andreia Cardoso, a senhora, já em apartes, quer na sua interpelação, disse que já tinham avisado a Mesa. Foi neste Plenário? A senhora confirma isso?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim.

Presidente: Confirma? Então, é melhor perguntar a quem informou a Mesa dessa situação o que é que pediu a seguir, para poder falar. Está bem?

Muito obrigado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 13 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Tiago Lopes, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Tiago Lopes (PS): Peço a palavra para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a palavra para uma interpelação, para informar a Mesa de que irei fazer

chegar à Mesa a página 180 do relatório e contas do Hospital do Divino Espírito Santo de 2020, que desmente a afirmação da Sra. Secretária Regional da Saúde, categoricamente.

Na tabela 77 – Subcontratos, podemos ver: casas de saúde, 4414083 euros.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Vai ler ou vai entregar o documento?

Deputado Carlos Silva (PS): Está contabilizado!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso é uma intervenção!

O Orador: E, portanto, eu vou fazer chegar à Mesa e pedir que distribua a todas as Sras. e Srs. Deputados este relatório e contas, onde desmente categoricamente a afirmação da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais uma inverdade, Sra. Secretária! Se está no relatório e contas, como é que está escondido?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar, o documento será distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

A Mesa não tem mais inscrições nesta área sectorial...

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento demonstra bem a forma atenciosa e dedicada como o Governo tem exercido as políticas na área da proteção civil e dos bombeiros nos Açores. Sim, porque foi este Governo que aumentou o vencimento dos bombeiros em 8%, o que equivale a um esforço de 810 mil euros por ano. Foi este Governo que aumentou o apoio aos combustíveis em 45%, passou de 440 mil euros para 640 mil euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Foi este Governo que iniciou o processo de renovação da frota vermelha. E é este Governo, com este Orçamento, que pretende dar continuidade

a esta renovação da frota vermelha dos bombeiros, que está desadequada e antiquada. Portanto, é com este Governo que é possível a renovação desta frota. Será também com este Governo e com este Orçamento que será possível atualizar os rácios dos TAS, dos tripulantes da ambulância de socorro. Quando este Governo iniciou funções em 2020, eram 220. Hoje, são 248. Mas para que os rácios fiquem atualizados são precisos mais quatro TAS. São tripulantes de ambulância de socorro, que são extremamente necessários à prestação de auxílio às populações.

Mas é também com este Orçamento e com este Governo que será possível ter um modelo de financiamento das associações que há tanto reivindicam, que lhes dará sustentabilidade e previsibilidade financeira para fazer face às suas despesas de funcionamento.

É também com este Orçamento e com este Governo que será possível implementar nos Açores o Estatuto do Bombeiro, que tanto se tem falado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Salomé Matos (PSD): Muito bem!

O Orador: O Estatuto do Bombeiro é um documento essencial, é o regime jurídico do bombeiro, possibilitará ao bombeiro se reformar aos 61 anos, com 25% pago pelo Governo do valor que é imputado ao bombeiro com a antecipação do tempo de reforma.

Vai permitir também ao bombeiro, não é um subsídio, mas um apoio monetário de 50% do rendimento mínimo mensal garantido, por forma a atenuar, por forma a compensar a penosidade da função que exerce.

Portanto, somando ao apoio psicológico, ao apoio judiciário, à isenção das taxas, são tudo medidas para os bombeiros.

Este Governo preocupa-se em motivar os profissionais e equipar as associações.

Este Governo não brinca com questões de proteção civil.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para a próxima área governativa.

(Neste momento, o Deputado Paulo Silveira substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (*PS*): Combate às alterações climáticas!

O Orador: A produção agrícola expedida pela Região atingiu o valor mais alto dos últimos anos, ascendendo a mais de 600 milhões de euros. Este número espelha a importância da agricultura nos Açores. E é percebendo esta relevância, mas também compreendendo as dificuldades atuais de quem produz agroalimentos, que o Orçamento para 2024 aumenta 14%.

Em especial, aumenta dois milhões de euros na medida relativa ao rendimento e

à resiliência da atividade agrícola. No passado, em tempos de dificuldades, fazia-se o contrário, diminuía-se as verbas. É exemplo o que ocorreu em 2020, onde a mesma medida que agora sobe dois milhões, desceu três milhões de euros, por vontade única da governação do PS. Em 2021, repusemos os valores cortados.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para o próximo ano, elevamos as taxas de apoio para 80% no PEPAC. São as maiores taxas de comparticipação desde que existem fundos comunitários para a agricultura.

Iniciaremos um convite para a Florestação e a instalação de cortinas de abrigo, com uma dotação de 2,8 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Será atribuído um prémio de 18 mil euros às empresas que se instalarem em meio rural. Queremos fixar pessoas e empresas. Assumimos um POSEI sem rateios. O Governo anterior cortava numa média superior a 10 milhões de euros por ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Mentira! Isso é mentira!

O Orador: Nos caminhos agrícolas e para recuperar a degradação que herdámos, investiremos 10 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para a formação e a literacia são 2,4 milhões, o que corresponde ao maior investimento dos últimos dez anos.

Vamos disponibilizar três mil direitos de vacas aleitantes, destinados a todas as ilhas e a todos os produtores. O que representa a maior atribuição de direitos desde 2004.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi um Governo da República da responsabilidade do PSD e do CDS/PP que transferiu para a Região, em 2004, dez mil direitos de vacas aleitantes. Era então Ministro da Agricultura o Dr. Carlos Costa Neves.

Vão existir ajudas de 80% para a inovação e a diversidade produtiva.

Será criada uma ajuda de 50% na compra de equipamentos até 10 mil euros, majorada em 5% para jovens.

Sras. e Srs. Deputados:

Importa igualmente conhecer algumas medidas realizadas e que tiveram por base um diálogo permanente de trabalho com a Federação Agrícola dos Açores.

Implementamos uma política de redução da produção de leite nas ilhas São Miguel, Terceira e Graciosa que nada tem a ver com os tradicionais rateios de 2009, 2011 e 2016, que eram ações de diminuir o número de explorações agrícolas.

Deputado José San-Bento (PS): Um grande sucesso!

O Orador: Agora reduzimos a produção de leite nas explorações como parte de uma estratégia que inclui uma alimentação animal sustentável, uma investigação científica aplicada, uma promoção na saúde humana e uma resiliência para quem produz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Apoiámos em 80% a compra de sementes de milho, abrangendo mais de dois mil agricultores por ano, o que originou um recorde regional nesta produção. Apoiámos em 50% a compra de sementes de leguminosas para a instalação de pastagens biodiversas, tendo sido beneficiados mais de 800 hectares. Regularizámos os parcelários de 1263 agricultores, correspondendo a nove mil hectares, evitando-se a perda de aproximadamente cinco milhões de euros em ajudas comunitárias.

Apoiámos em 70% a comparticipação nos custos das certificações biológicas. Criámos mais sete perímetros de ordenamento agrário e procedemos ao alargamento de seis. Temos, agora, perímetros em todas as ilhas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O montante de investimento da IROA, SA. em caminhos aumentou 41% em 2022, quando comparado com 2020. Certificámos os matadouros de São Miguel e da Terceira para o bem-estar animal e estão em avaliação os outros sete. Elaborámos os planos estratégicos para o leite, carne, horticultura, floricultura e vitivinicultura.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é dinheiro no papel! No papel cabe tudo, Sr. Secretário! Os lavradores inquietam-se!

O Orador: Reabrimos as medidas comunitárias fechadas em 2018 e repusemos os valores deliberadamente cortados na principal medida de apoio à pequena e média agricultura. A área da fruticultura subiu 25%, aumentaram os produtores da diversificação agrícola e subiram as produções qualificadas DOP e IGP.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O vinho certificado exportado atingiu um novo recorde e ultrapassamos as sessenta marcas e as cem referências comerciais. Aprovámos 120 reformas

antecipadas, no montante global cinco milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Instalámos o Observatório Agroalimentar, para conhecimento da formação dos preços em todas as ilhas.

Muito mais havia para dizer e, humildemente, também dizemos que muito ainda há para fazer. Certo é que os Açores cresceram na sua produção agroalimentar e, logo, cresceram na sua riqueza. Porém, deixemos que as políticas públicas sejam avaliadas no seu tempo normal, a não ser que exista receio dos bons resultados.

Muito obrigado,

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado José Eduardo, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta sessão em que nos encontramos a apreciar as propostas de investimento público para o ano de 2024, é com sentido de responsabilidade que subo a esta tribuna, enquanto representante eleito pelos florentinos, para em seu nome expressar a minha inquietação em relação à credibilidade desta proposta e legitimamente questionar por que razão devem os florentinos acreditar na sua real

execução, quando os anos anteriores foram marcados por promessas não cumpridas e uma execução deficitária.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): 20 anos de promessas não cumpridas!

O Orador: O documento em discussão pode ser eloquente em números, no entanto, afirmo que não basta a mera inscrição desses valores em papel para garantir o seu impacto efetivo no desenvolvimento da nossa ilha. A credibilidade de um plano de investimentos não se mede apenas pelos números no papel, mas pela sua execução eficiente e pelos resultados visíveis que trazem para a comunidade que representa.

Ao analisar a história recente, mais concretamente os últimos três anos, observamos uma tendência preocupante de baixas taxas de execução das verbas alocadas à ilha das Flores e a falta de ações concretas que impulsionem o desenvolvimento económico, social e ambiental da nossa ilha. É imperativo que as promessas feitas se transformem em realizações palpáveis que beneficiem diretamente os florentinos.

O Governo Regional necessita prestar uma atenção especial a áreas cruciais que necessitam de investimento na ilha das Flores, como a saúde, a habitação, as acessibilidades, as infraestruturas portuárias, a agricultura, as pescas, a preservação da orla costeira, entre outras.

É, pois, com preocupação e sentido de urgência que trago à atenção desta Câmara as questões prementes enfrentadas pela população da ilha das Flores, especialmente no que diz respeito à saúde e ao acesso aos cuidados médicos essenciais.

As propostas apresentadas até agora, embora válidas em muitos aspetos, não abordam adequadamente os desafios únicos que a insularidade e o isolamento agravados da ilha das Flores impõem. A precariedade dos serviços de saúde é um problema urgente. Os florentinos enfrentam desafios significativos ao procurar

cuidados médicos, seja pela demora em consultas especializadas ou pela necessidade de deslocação a outras ilhas para receber tratamentos específicos.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso não é verdade!

O Orador: A falta de execução das promessas de ampliação da unidade de saúde e a falta de contratação de profissionais médicos são preocupações que não podem ser ignoradas.

Os profissionais de saúde na ilha das Flores merecem o nosso reconhecimento e respeito pelo trabalho árduo que desempenham diariamente. No entanto, as carências em termos de recursos humanos, como médicos, enfermeiros, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, técnicos de análises clínicas, psicólogos e outros profissionais de saúde, são inegáveis e são uma reivindicação justa e urgente da população florentina, que não pode continuar a sentir-se abandonada quando mais precisa de cuidados de saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Apelo para o reforço significativo nas consultas de especialidade realizadas no Centro de Saúde das Flores para reduzir as listas de espera insustentáveis.

A comunicação entre o centro de saúde e os serviços de urgência dos hospitais regionais deve ser melhorada para facilitar a deslocação dos utentes para consultas e tratamentos fora da ilha. As barreiras que impedem a rápida realização de exames complementares de diagnóstico precisam ser superadas para garantir diagnósticos atempados.

Finalmente, faço um apelo para a criação de equipas de cuidados continuados e paliativos na ilha das Flores. É essencial garantir que os cidadãos tenham acesso a cuidados de qualidade, especialmente em momentos delicados da vida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A falta de oportunidades de emprego para os jovens florentinos após a conclusão

da formação é uma realidade que precisa de ser resolvida.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vai-se resolver agora em três anos!

O Orador: A insularidade não pode ser uma barreira para o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico. Precisamos de medidas específicas que incentivem a criação de postos de trabalho na nossa ilha e que evitem a fuga de talentos para outras paragens.

Nas áreas da agricultura e das pescas, a realidade atual contrasta com as promessas e anúncios que foram feitos pelos responsáveis por essas áreas. Na agricultura, constatamos que os compromissos assumidos em reuniões com o conselho de ilha, como a asfaltagem de estradas, a eletrificação de explorações e o apoio para a construção de currais de gado e redes de abastecimento de água, não foram concretizados.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas isso está cumprido!

O Orador: Além disso, os atrasos nos pagamentos à associação agrícola da ilha geram preocupações adicionais e evidencia uma falta de cumprimento das obrigações assumidas.

Nas pescas, a situação é ainda mais preocupante, a falta de ação e presença do Secretário Regional das Pescas nas Flores é bem mais sentida, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ele é que vai pescar?

O Orador: ... uma vez que este titular da área, em três anos de governação, nunca se dignou sequer a entrar na sede da Associação de Pescadores, sintoma de uma abordagem que parece negligenciar as necessidades urgentes dessa importante comunidade.

Além disso, assuntos pendentes, como o assinalamento marítimo do Porto de Ponta Delgada, as obras na lota de Santa Cruz, a reparação da grua das Lajes, continuam sem resolução.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E a grua que estava na lixeira, já funciona?

O Orador: Aqui destaco, também, o adiamento das intervenções na orla costeira de Santa Cruz, um compromisso que, apesar de anunciado como uma realidade em 2024, não se encontra refletido nos documentos que estamos a analisar.

Não podia deixar de mencionar também a construção do Porto das Flores, que se espera que avance agora, após lamentáveis e injustificáveis atrasos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E pagar?

O Orador: E aguardamos que o lançamento, anunciado e infelizmente esquecido, da obra da segunda fase do Porto das Poças seja uma realidade, que não continue a sofrer atrasos injustificados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E pagar o que se deve?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Na área da habitação, a ilha das Flores enfrenta desafios significativos, com a necessidade urgente de oferecer mais opções habitacionais.

Esta questão não é apenas uma preocupação habitacional, mas também um entrave ao desenvolvimento de setores de atividade que poderiam ser impulsionados por uma política de apoio a empresas e serviços.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): As Camaras? Zero!

O Orador: Foi anunciado que a autarquia de Santa Cruz das Flores solicitou apoio para a recuperação e adaptação do antigo edifício da Siturflor.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso!

O Orador: O Governo demonstrou na altura disponibilidade para ajudar a resolver o problema habitacional na ilha. No entanto, a comunidade florentina testemunha, mais uma vez, apesar das promessas, que pouco ou nada acontece.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É fundamental que o Governo cumpra os compromissos assumidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não quer fazer a obra! 3 milhões!

O Orador: Permitam-me, a terminar, abordar outra área de preocupação fundamental para a ilha das Flores, que é a falta de transparência e informação sobre o processo de instalação da estação RAEGE e o atraso da anunciada instalação até ao final de 2023 do radar meteorológico no Morro Alto.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é da República!

O Orador: É imperativo que o Governo Regional forneça esclarecimentos e atualizações regulares sobre o estado destes projetos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Em Santa Maria já está!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, hoje, vejo-me incapaz de me juntar ao coro de louvores provenientes da bancada da coligação em relação às propostas do Plano e Orçamento que aqui debatemos. Não posso e, ainda mais, não devo. Não posso porque estas propostas são falsas. E não devo porque são injustas para com os florentinos.

Perante o cenário que descrevi, como podemos esperar que os florentinos acreditem nas propostas incluídas neste Plano para 2024? As promessas vazias...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Promessas vazias?!

O Orador: ... criaram uma desconfiança justificada na capacidade do Governo Regional em cumprir as suas obrigações para com a ilha das Flores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Estiveram 24 anos no esquecimento!

O Orador: É necessário um compromisso sério e uma ação efetiva para que a ilha das Flores não seja mais uma vez relegada ao esquecimento. Os florentinos merecem respeito e a garantia que as promessas feitas serão cumpridas.

A ilha das Flores clama por outras políticas e por outro Governo que verdadeiramente compreenda as necessidades específicas desta comunidade única.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Compreendo!

O Orador: Acredito que este dia brevemente chegará.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ó Sr. Deputado, a sua especialidade realmente é música!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu sendo filho de um professor de história, rapidamente aprendi que não devemos fazer tábula rasa da história.

E, então, o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo menciona, primeiro, que não devemos dar importância aos números no papel, o que interessa é a ação executada, mas, depois, fala de taxas de execução do atual Governo.

Falando em taxas de execução e não fazendo tábua rasa da história, gostava de relembrar aqui alguns valores, nomeadamente (e não precisa ir muito atrás): 2014, uma taxa de execução para as Flores de 20%, um valor que não chega a 4,5 milhões de investimento; ora bem, continuando, 2017, taxa de execução por ilha, nas Flores, de 24%; 2013, taxa de execução de 26%; depois, temos uma taxa de execução, em 2021, ainda longe do ideal, mas de 49%; em 2022, uma taxa de execução longe do ideal, mas atendendo à verba executada...

Gostava que os florentinos tomassem nota destes valores: em 2014, o Partido Socialista executou, nas Flores, 4 milhões, como já disse; em 2013, cerca de 5 milhões; e este Governo, em 2021, executou 21,5 milhões de euros nas Flores; ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... em 2022, apesar de todos os concursos que ficaram desertos das obras na ilha das Flores lançadas pelo Governo, mesmo assim este Governo de coligação executou perto de 9 milhões de euros. Se atendermos a 2017, 7 milhões, e a 2019, menos de 8 milhões de euros, diria que estamos num melhor caminho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já foi largamente discutida nesta Casa a questão da função pública. As Flores, sendo uma ilha com difícil captação de pessoas, a função pública tem um peso grande na fixação de pessoas. Este Plano e Orçamento prevê que os florentinos que estejam ingressados na função pública tenham um aumento que não veem há muitos e muitos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação à saúde, também quero destacar a questão que foi levantada, a fisioterapia esteve abandonada desde o fim da obra do Partido Socialista. Remodelaram o centro de saúde e esqueceram-se da parte da fisioterapia.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Em relação à saúde, temos um reforço de 19 recursos humanos no nosso centro de saúde.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Tivemos um aumento das deslocações de especialistas. E relembro que em 2022 tivemos 11 especialistas e 22 deslocações nas Flores, enquanto que em 2019 tivemos 11, ou seja, tivemos um aumento.

A questão das acessibilidades aéreas, tivemos este ano o maior número de voos disponíveis para as Flores, o maior nível de acessibilidade dos florentinos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isto não é fazer melhor?! Isto é um Governo que não tem credibilidade?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Falou-se também na questão da habitação. E gostava de dar um número: entre 2016 a 2020, quantas habitações foram feitas pelo Partido Socialista nas Flores?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Zero!

O Orador: É o zero alfanumérico do Sr. Deputado Nuno Barata. Zero! Zero habitação! E agora vêm-nos dizer que falta habitação nas Flores?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para terminar, rapidamente, o Sr. Deputado José Eduardo mencionou o Porto das Lajes. E segui com muita atenção todos os requerimentos que fez. E no seu trabalho parlamentar acho que esteve muito bem. Só que tinha uma pequena gralha nos seus requerimentos, é que o Sr. Deputado endereçou os requerimentos ao Governo dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós vamos enviar primeiro para vocês!

O Orador: A pequena gralha é que devia ter endereçado ao Governo da República o porquê de não estar a pagar os milhões que está a dever de uma obra que está a avançar graças ao esforço orçamental deste Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Portanto, não fazendo tábua rasa da história, gostava de relembrar que os soviéticos tiveram Outubro Vermelho, e nós, florentinos, tivemos o outubro de 2020. E estar a fazer bem e melhor pelas Flores vale a pena, sim, senhor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Gustavo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos aqui uma intervenção do Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, relativamente à ilha das Flores, em que mostra uma grande preocupação relativamente a vários assuntos. São vários assuntos que quer ver resolvidos em três anos, mas, surpreendentemente, são assuntos que não foram resolvidos dentro dos 24 anos em que estiveram a governar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação à saúde, reclama que não temos diversos quadros. Pois, não temos quadros porque temos dificuldades na habitação.

Deputado Carlos Silva (PS): Paulo, vais ficar sem tempo!

O Orador: Vai-se resolver a habitação em três anos? Não, não é fácil. Como é que vai ser atrativo para vários quadros especialistas, como a terapia da fala, para se integrarem nas Flores e não em São Miguel ou na Terceira, por exemplo? É um drama que estamos a atravessar. E queremos resolver, mas não é em três anos, obviamente.

Falam nos cuidados continuados integrados, criados em 2015, e nunca foi resolvido esse problema! Como têm utentes que têm que ficar lá integrados, agora é que querem resolver essa situação. Nós também queremos resolver. E estamos a resolver, já existe a Comissão do Cuidados Integrados. Essa Comissão vai resolver esse assunto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: De tudo o que o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo falou, fico estupefacto com a parte das pescas. Fala-me no assinalamento marítimo de Ponta Delgada, das Flores. Não é que esse assinalamento marítimo estava numa gaveta qualquer da Secretaria já desde 2015 ou 2016?! E agora é que querem?! E está a ser feito! É verdade, sim, senhor! E vai existir!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E é naquele porto também, naquele porto que foi feito em 2009, nunca mais fizeram manutenção nenhuma. E na parte da proteção do molhe, em que tem os antiferes. No tempo do Partido Socialista, o mar levava o antifer para a entrada da

barra, e o Partido Socialista explodia o antifer. Ia outro e explodia. Íamos acabar sem nada! O que é que vamos fazer? Pegar nos restantes e compor o que tem que ser composto. Isso é que é trabalhar! Não há dinheiro para desperdiçar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação à grua das Lajes, isso é demagogia, populismo. A grua está lá deitada porque está a ser arranjada. Sabe muito bem disso. Já foi respondido um requerimento ao Sr. José Pacheco! Sabe muito bem!

(Aparte inaudível)

Não há calma aqui! Não há calma quando é para defender os florentinos e os açorianos! Não há calma!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A ilha das Flores foi renegada ao esquecimento.

Deputado Carlos Silva (PS): Tens mais seis minutos!

O Orador: Preciso de outro Governo?! Outro Governo esteve 24 anos e não resolveu. Agora, em três anos, querem que se resolva tudo?! Não, não é fácil, mas está-se a fazer o possível. E queremos sempre fazer melhor.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: A RAEGE, outra promessa. Ia haver RAEGE em vários sítios, em 2010. Em 2015, ia existir nas Flores. Agora, em 2023, em que as coisas dobraram o preço é que quer que a RAEGE apareça?! Por amor de Deus!

Eu quero dizer uma coisa: várias coisas foram feitas ao longo destes três anos. Estes três anos parece que foram 30 para V. Exas. Garantimos o navio até ao fim das obras do porto que V. Exas. deixaram destruir. Sabem muito bem disso! Isso já foi dito aqui dentro! Sabem muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Resolvemos diversos problemas na ilha das Flores, mas como o tempo está a passar, vou-me cingir a duas medidas que estão neste Plano e a uma outra que vai marcar a ilha das Flores, vai metê-la no mapa. O primeiro, V. Exas. têm medo do Fundo para o Desenvolvimento das Freguesias. Isto sim, vai dar capacidade às Juntas de Freguesia, nunca antes visto. As Juntas de Freguesia não pedem carrinhas para o transporte de funcionários e materiais?! Não pedem ajudas para despesas públicas, com equipamentos públicos, cultura, tempos livres e outros?! Está aqui neste Plano para 2024. Está aqui essa garantia, para dar capacidade às freguesias, para, sem cores partidárias, ajudarem a população, ajudarem os Açores todos. Isto, sim, é uma boa medida. Têm medo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E a segunda medida é o que já foi falado várias vezes aqui, o fim das quotas, sugerido pelo Sr. Deputado do PAN, e muito bem.

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda tens quatro minutos e meio!

O Orador: V. Exas. têm medo é desta medida, que os funcionários públicos se sintam, agora, novamente, motivados para trabalhar, porque receber pouco não é motivador. É disso que têm medo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, estas são as duas medidas.

A última medida que eu quero dizer, que é, para mim, emblemática, e que o Sr. Deputado José Gabriel está preocupado, é ter a possibilidade de emprego.

Deputado Carlos Silva (PS): O fim da fábrica!

O Orador: Vamos criar com a renovação da ex-Cooperativa Ocidental, para fazer a fábrica da cana-roca. Para aí vai ser preciso gente especializada e pessoas para trabalhar. Isto, sim, uma coisa que o Partido Socialista não acreditou. E este Governo acreditou, juntamente com a Cooperativa União Agrícola. E vai ser feito na ilha das Flores. Isto vai ser um marco sobre a sustentabilidade e o ambiente. Portanto, este Plano e Orçamento de 2024 é muito bom e tem muitas medidas. Não temos é tempo para as discutir.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sendo filho de historiador, gostaria de dizer que as questões que abordei vêm na sequência...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Dos 24 anos!

O Orador: ... das suas intervenções, Sr. Deputado Gustavo e Sr. Deputado Ricardo, aquando da aprovação do Plano de 2023. Os valores que apresentei naquela altura basearam-se em valores dizendo que 2021 tinha sido o ano do sucesso. Bem, eu vim agora dizer que 2022 foi o ano do insucesso. Portanto, acho que sobre isso, Sr. Deputado Ricardo e o Sr. Deputado Gustavo, estamos resolvidos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe como é que há de sair daí, uma intervenção redonda!

O Orador: Estava inscrita, em 2022, a verba de 44 milhões. Foram utilizados, nas Flores, 8 milhões, ou seja, 80% da verba ficou por executar nas Flores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sabe qual é a razão?

O Orador: Mas muito havia para dizer sobre aquilo. Nós tínhamos um debate inteiro. Talvez não nos deixassem fazê-lo, mas eu gosto de o fazer aqui na ilha.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não dava!

O Orador: Estes foram os manifestos apresentados para as Flores. Os Srs. Deputados têm que responder é por estes manifestos e não pelos manifestos antigos do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E eu tenho que responder por este, onde afixei o meu nome e a minha cara. Eu tenho que responder por este. E os Srs. Deputados têm que responder pelos vossos que vos fizeram ser eleitos. É assim que eu entendo a política que tenho feito aqui e é assim que eu falo para aqueles dois Srs. Deputados. E sempre falei com a sinceridade com que me merecem e com a lealdade com que me merecem.

Ó Srs. Deputados, o que eu ouço nas Flores não é aquilo que os senhores veem e ouvem todos os dias também? Chegam-vos os e-mails, chegam-vos as notícias,

chega aquilo que o conselho de ilha ouve, como o e-mail em que o próprio Presidente da Associação Agrícola respondeu ao Sr. Deputado Gustavo, é público, é dos conselheiros todos da ilha, a dizer que a execução nas Flores, o ano passado, nas estradas do caminho florestal do Rochão do Junco, foi zero!

Deputado Carlos Silva (PS): Zero!

O Orador: Foi dizendo que o que interessava nas Flores era execução e não valores. Eu relatei aqui aquilo que me chega. Eu relato daquela tribuna os valores e as opiniões que me chegam da ilha das Flores, dos pescadores, dos agricultores e dos empresários. Empresários esses que dizem que estão sem receber. Há fornecedores de bens e de serviços que não recebem na ilha das Flores. Ou seja, não se pode apregoar uma coisa e depois ela ser outra.

Deputado Flávio Soares (PSD): Tem que respirar!

O Orador: A escola, que eu denunciei há bem pouco tempo, não tem papel. Foram 15 caixas de papel fornecidas por outros serviços da ilha, para a escola poder funcionar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal, tem papel!

O Orador: O papel higiénico foi oferecido por uma empresa da ilha, que foi oferecer o papel higiénico à escola, para que os miúdos pudessem utilizar as casas de banho!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Chegou-me, ainda durante esta discussão, a falta das lâmpadas no pavilhão da escola.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ó Jesus!...

O Orador: Neste momento, o clube – o CDEF, que é reconhecido a nível do voleibol açoriano, está a treinar quase à luz do Halloween, dito por um dirigente do CDEF.

Deputado Joaquim Machado (PSD): À luz da vela!

O Orador: E sabem o que a escola diz? Não temos dinheiro para repor as lâmpadas. Mandem-nos só o dinheiro das lâmpadas, que nós vamos lá com alguns escadotes e alguns empresários da ilha compor as lâmpadas. Ou seja, isto está sendo feito.

E para terminar, porque tenho que terminar, meus senhores, a ilha das Flores está ao abandono. A ilha sofre com este Governo. Infelizmente, só assistimos ao definhar e até ao enterro de muitos assuntos. Foi o enterro da cooperativa, o enterramento de resíduos, o abate de gamos, a RAEGE que não sai do papel, o radar meteorológico que não avança, a segunda fase do Porto das Poças que mergulha em vez de emergir, e o Porto das Lajes que sofre com este Governo e com a inação deste Governo!

Deputada Salomé Matos (PSD): Calma!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: Ou seja, a velocidade de cruzeiro da Sra. Secretária Berta Cabral não atingiu o extremo ocidental deste arquipélago.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado, tanto quis criticar o Governo. Diz V. Exa.: mergulha em vez de emergir.

Deputado José Eduardo (PS): Emergir!

O Orador: Não é preciso essa redundância toda.

O que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que, neste momento, as Flores têm ligações aéreas que não tinham, têm acessibilidades que não tinham! O que lhe quero dizer é que, neste momento, têm transportes marítimos regulares que não tinham, Sr. Deputado!

Deputado José Eduardo (PS): Que não tinham?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que lhe quero dizer é que o rendimento dos pescadores é superior, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: É superior! É 50% superior, Sr. Deputado! E o Sr. Deputado sabe isso! E está aqui a mentir, Sr. Deputado!

E o que lhe quero dizer também, Sr. Deputado, é que as melhorias são significativas. E o que foi feito em relação à cooperativa, o senhor ainda tem a coragem de falar da cooperativa, que deixou completamente falida?! Falida, Sr. Deputado! Como é que o senhor tem coragem de falar nisso?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso foi uma descarga hormonal, não foi?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A capacidade de um Governo mede-se também pela capacidade de investir. E investir na agricultura é sinal de inovação. E uma forma de comprovar isto é olhando para os planos de investimento e para as suas taxas de execução, até porque há mesmo quem diga que não vale a pena anunciar milhões quando se apenas executa tostões.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Não é verdade!

A Oradora: Ora bem, se nós analisarmos esses documentos, até 2020, nós víamos e vemos uma evolução crescente. Desde 2020, curioso que foi desde que este Governo assumiu funções, nós temos visto é um decrescimento sucessivo.

Em 2021, por exemplo, a Secretaria da Agricultura abdicou de cerca de 8 milhões de euros. Em 2022, abdicou de 14 milhões de euros. Este ano, faltam apenas três meses para o ano terminar e ainda faltam executar 19 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Lamentável!

A Oradora: Ora bem, se a execução de 2022 é o desastre que todos nós conhecemos, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): O PS foi 200 milhões!

A Oradora: ... abdicando este Governo de executar 14 milhões de euros, querem agora que os agricultores açorianos acreditem que terão capacidade para executar aquilo que hoje aqui nos apresentam?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António

Ventura): 200 milhões!

A Oradora: Bom, nos últimos três anos, a agricultura açoriana estagnou, está embriagada em falsas estratégias e promessas gratuitas. Este Governo apresenta-se em último lugar do *ranking* de execução do PRORURAL, pondo em causa os investimentos públicos e o acesso dos jovens agricultores a este setor.

Não é assim que se defende a agricultura! Não é assim que se apresenta credibilidade nas ações! E não é assim que se pode falar em futuro!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): 87% maior!

A Oradora: Nos últimos três anos, a agricultura açoriana ficou embrenhada, volto a repetir, em falsas estratégias e em promessas gratuitas.

Por exemplo, falando na produção de leite, em 2021, apostava este Governo na produção leiteira, apoiava para produzir. Em 2022, a estratégia foi reduzir a produção leiteira como forma de valorizar o preço pago à produção. E, agora, o preço do leite começou a descer. Em algumas ilhas já baixou mais de 11 cêntimos, 20%. Qual é, agora, a estratégia deste Governo para a produção de leite nos Açores? O que tem este Governo a dizer aos produtores de leite sobre este assunto? Nada, silêncio absoluto.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Lamentável, Sr. Secretário!

A Oradora: Mas questionado na audição da Comissão de Economia, a propósito deste plano, o Sr. Secretário da Agricultura dizia assim: quando for necessário acudir, acudiremos; quando for necessário implementar novas medias, assim o faremos.

Pois bem, este Governo continua a ignorar que houve um brutal aumento dos custos de produção, as taxas de juro estão pela hora da morte e o gasóleo nunca esteve tão alto.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António*

Ventura): Olhe a República!

A Oradora: Não, Sr. Secretário, não basta dizer que se agirá conforme as necessidades. As necessidades estão aí à vista de todos. Só este Governo Regional é que as ignora. Para o problema da baixa de preço à produção, também diz este Governo, e bem, concordo plenamente, é preciso produzir-se valor acrescentado. Pois bem, em 2021, anunciavam o conselho científico agroalimentar e, depois, anunciavam o laboratório de inovação em produtos lácteos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde é que isso está?

A Oradora: Em três anos, nenhum destes dois viram a luz do dia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas querem que eu fale dos vossos?

A Oradora: Falam também nos planos estratégicos para a produção de leite. Sr. Secretário, para que é que serve este plano, se nós continuamos a receber um preço miserável à nossa produção?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Vocês não sabem o que é o PEPAC?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ela sabe o que é o PEPAC!

A Oradora: Sr. Presidente, eu gostava...

Presidente: Gostava e vai fazer a sua intervenção.

Sras. e Srs. Deputados, permitam a intervenção da Sra. Deputada.

Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Secretário, pela sua experiência política e o tempo que tem desta ação, isto que está a fazer fica-lhe mal, fica-lhe muito mal essa atitude!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é pessoal!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas recentremo-nos no debate. O Sr. Secretário gosta muito de falar no futuro. Pois bem, mas falando do futuro, é preciso falar em jovens. Eu percebo que já não seja jovem, mas nós temos muitos jovens que ainda têm interesse nesta

atividade, só não têm é as medidas que deviam ter para os apoiar.

Mais um ano, mais um plano e, mais uma vez, nós temos documentos que não dão valor aos jovens agricultores.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Nem uma palavra, nem uma medida, nem uma estratégia para valorizar os jovens agricultores.

O que dizer a um setor que está envelhecido? O que dizer aos pais que têm filhos e que têm medo que eles ingressem nesta vida?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Pergunte ali à Sra. Deputada Valdemira, que ela sabe!

A Oradora: Pois bem, diz o Sr. Presidente do Governo Regional que a diminuição do número de produtores não é um drama, é um sinal de novos tempos. Não, Sr. Presidente, não é sinal de novos tempos, é sinal de estagnação das políticas públicas, é sinal de desvalorização do setor, é sinal de falhas nas estratégias e de falta de confiança no futuro. É sinal que este Governo tem falhado nas suas políticas, é sinal de que falhou com todos aqueles que abdicaram desta atividade e continua a falhar com todos aqueles que têm a possibilidade de ingressar neste setor.

Para este Governo, a política dos novos tempos é a política dos sobreviventes, sobrevivem os mais fortes, neste caso aqueles que podem.

Deputado Berto Messias (PS): Menos Facebook e mais governação, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Devia-se preocupar com a Câmara Municipal da Praia! Quando sair o relatório da Câmara da Praia, vai ver!

A Oradora: Outra coisa que também nos preocupa é que, neste momento, nem as próprias associações do setor acreditam neste Governo. Pois, vejamos: as mesmas associações dizem que a mão de obra continua escassa, a formação não

é suficiente, os apoios chegam tarde e a más horas, os fatores de produção continuam muito elevados. Pois bem, há mesmo associações que dizem que a única coisa boa nestes últimos três anos foi o fim dos rateios.

Pois é, Sr. Secretário, mas não é só de fim dos rateios que o rendimento dos agricultores sobrevive. Aliás, não é pelo aumento do subsídio que o rendimento futuro dos agricultores está salvaguardado. E era o próprio Secretário que em tempos dizia que não é atirando dinheiro aos problemas que se resolve a situação. E então, Sr. Secretário, o que é que agora está fazendo, não é atirando dinheiro aos problemas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas nunca será tirar dinheiro!

A Oradora: Para colocar fim aos rateios, este Governo tem retirado muito mais à agricultura. Não é à toa que nós temos quilómetros de caminhos literalmente ao abandono. Não é à toa que este Governo se recusa a criar apoios específicos. Não é à toa que este Governo não paga os apoios que prometeu. Pois bem, este não é só o Governo do fim dos rateios, este é o Governo dos rateios encapotados.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O que vale é que ninguém acredita nisso que está a dizer!

A Oradora: Eu termino dizendo: eu acredito na agricultura, eu acredito no futuro da agricultura. O problema é que o Sr. Secretário está a passar muito tempo no futuro e pouco tempo no presente. E o que vai acontecer é que vai ficar sozinho no presente, porque a agricultura não vai chegar lá.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que este é um Orçamento a favor dos agricultores.

E acho que, hoje, aqui, nesta apresentação do PS, caiu a máscara. No fundo, toda aquela bancada candidatou-se perante os açorianos com um modelo de rateio aos agricultores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já disse isso várias vezes!

O Orador: E, portanto, no fundo, todos eles ainda hoje praticariam os rateios à agricultura dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada, a Sra. Deputada não pode num dia reclamar mais apoios para os agricultores e, depois, perante medidas que deram igualdade e deram a razão a cada exploração ter uma previsibilidade nos apoios, dizer que não devem ser aplicados.

E, portanto, é nesta leitura que nós nos enquadrámos. Estamos muito tranquilos e sentimos que os agricultores estão seguros e convencidos da boa atitude do Governo Regional.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Eram os senhores que apresentavam portarias aos agricultores dos Açores, criando falsas expectativas, que depois não se consumavam com os valores que lá estavam inscritos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Com este Governo, isso não acontece. Foram os senhores que limitaram as candidaturas, o reconhecimento das zonas desfavorecidas dos Açores, limitando as ajudas comunitárias, com muito receio de incluir verbas regionais merecidamente a receber pelos agricultores.

Deputada Joana Pombo (PS): Associações com a corda ao pescoço! Diga isso às associações!

O Orador: E, portanto, este é um Orçamento que demonstra firmeza e que não deixa dúvidas de que não existem saudades daqueles que efetuavam cortes e diminuía os rendimentos aos agricultores.

Como o Sr. Secretário bem referiu, são mais 8 milhões para a agricultura, com a prioridade de a modernizar, de a tornar mais sustentável, menos dependente do exterior, mais competitiva, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com mais diversificação da produção, explorações mais sustentáveis, melhor equilíbrio na utilização do solo.

Deputada Joana Pombo (PS): As associações também dizem isso!

O Orador: Sim, porque os senhores nunca tiveram qualquer atenção nem cuidado técnico com esta questão.

E a verdade é que foi este Governo que reconheceu as limitações e as correções que deveriam acontecer nos solos dos Açores. Eles são um dos nossos maiores patrimónios.

Portanto, perante estes três anos de governação, não temos dúvidas do bom

caminho que este Governo está a percorrer neste setor.

O legado do PS era muito mau, porque já no passado tivemos aqui reivindicações de igualdade de tratamento dos agricultores dos Açores. E o PS distanciou-se desse compromisso. É preciso lembrar que, se todos os portugueses tiveram IVA zero nos alimentos, foi também graças aos 33% da produção de produtos lácteos dos Açores. E isso o Governo de Costa e Galamba não restituiu aos agricultores dos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, deixou de fora 15 milhões de euros que deviam ser pagos aos agricultores dos Açores, para que todos os portugueses pudessem ter também alimentos mais baratos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): É o que o socialismo tem para a Região!

O Orador: Portanto, entendemos que fazemos um balanço positivo do desempenho deste Governo neste setor, um Governo que fez muito e tem muito para fazer ao serviço dos agricultores. É preciso relembrar os aumentos de valor que temos nos nossos produtos lácteos. E não devemos ter qualquer problema em assumir que com menos produção podemos criar muito mais valor para os Açores. Foi isso que aconteceu nos últimos anos e é isso que vai ter que acontecer, se quisermos ter também uma perspetiva de equilíbrio ambiental.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É preciso recordar que estamos perante os valores mais altos dos últimos 20 anos em termos de cotação de produtos da agricultura. Hoje, os açorianos consomem muito mais produtos produzidos nos Açores. E, portanto, todos estes equilíbrios devem ser levados em conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é um orçamento a favor do aumento dos rendimentos dos agricultores. É um documento a favor da competitividade dos empresários dos Açores. É um Orçamento a favor da valorização da ruralidade de cada uma das ilhas dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Deputado José Gabriel, Sr. José Gabriel, onde é que o Sr. Deputado estava em 2018, quando o Governo reduziu 250 para 220 euros o primeiro escalão de apoio, que atinge as pequenas e médias agriculturas? Onde é que o senhor estava, quando houve uma redução de 30 euros por hectare na ilha das Flores? Onde é que o senhor estava? E nós repusemos. Isso corresponde a

mais de 500 mil euros que foram retirados à ilha das Flores, Sr. Deputado, aos agricultores!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Voltamos a repor aquilo que foi retirado em 2018.

Depois, relativamente à execução, bom, fazendo aqui uma média de execução dos anos 2002 a 2020, o então Governo da responsabilidade do PS tinha uma dotação, arredondada, de 56 milhões e uma execução de 48 milhões. Nós, em 2021 e 2022, a dotação média foi de 62 milhões e a execução 50 milhões. Mais execução, 2 milhões de euros! Portanto, nós estamos a executar mais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, somando o que não foi executado nos anos anteriores, de 2002 a 2020, faz mais de 200 milhões de euros, para além dos rateios, que não foram executados para agricultura!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Se quiser somar esse valor, nós somamos esse valor.

E mais, a execução desta Secretaria a 31 de outubro de 2023 é de 76,56%. Em 2018, a 30 de outubro, é de 66,18%; em 2019, 70,7%; e em 2020, 71,18%. A maior dos últimos três anos da vossa governação, de execução a 31 de outubro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Ora, este Governo teve a coragem e a ousadia de apoiar diretamente os produtores em um cêntimo e meio, de julho a dezembro de 2021, quando os preços estavam baixos. Ora, o único apoio que conheço dos anteriores Governos foi à ilha Graciosa, através da UNICOL, de 2,35 cêntimos por litro de leite. Não está em causa o apoio, está em causa aquilo que eu vou dizer e que recebi no dossier de transição: valor pendente com a UNICOL no montante 814319 euros relativos à compensação de dois cêntimos, destinados à manutenção do preço do leite adquirido na Graciosa, idêntico ao praticado na Terceira. Este valor respeita aos anos 2019, 2018, 2017, 2016 e parte de 2015, uma herança de 800 e tal mil euros para pagar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O valor que nós também recebemos foi uma multa por irregularidades no ano 2013, da análise de projetos, uma multa de 2 milhões de euros que nós estamos a pagar ao IFAP. Ou seja, a Comissão Europeia fez uma vistoria, a análise do projeto e verificou muitas irregularidades. E este Governo teve que pagar uma multa de 2 milhões de euros ao IFAP por estas irregularidades. São 2 milhões a menos que podiam ser investidos na agricultura por vossa irresponsabilidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E nos resgates leiteiros de 2009, 2011 e 2016, que eram resgates simplesmente para acabar com as explorações agrícolas, terminaram nessa altura 300

explorações agrícolas, 15 milhões de litros de leite. Eram resgates cegos, eram resgates que não visavam também parcerias e uma estratégia que pudesse recentrar a alimentação animal nos nossos recursos endógenos e pudesse recorrer à investigação aplicada. Era retirar simplesmente por retirar. Era acabar com os postos de trabalho simplesmente por acabar. Foram estratégias que acabaram com 300 produtores, de 2019, de 2011 e de 2016.

A nossa é diferente, é reduzir para melhorar a qualidade. E nós já temos mais proteína, gordura e ómega-3 no nosso leite. A nossa estratégia é melhorar a qualidade e nunca pela quantidade!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Há quem esteja ainda centrado, como no passado, na quantidade. É preciso saltar, é preciso passar a um patamar superior.

Ora, não é atirando dinheiro aos problemas que se resolvem os problemas da agricultura, mas também não é retirando dinheiro ao rendimento dos agricultores, que é justo, é um direito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em 2020, os montantes do apoio para o POSEI, do Orçamento Regional, correspondiam a 6334000 euros. Em 2023, 17390000. Mais 11 milhões de euros! Justiça para os rendimentos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ou seja, se este Governo estivesse a governar, não apoiava diretamente os produtores. Se este Governo estivesse a governar, retirava 11 milhões de euros aos agricultores, como tirou nos últimos anos uma média de 10 milhões de euros!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É mentira!

O Orador: É de inteira justiça este apoio ao rendimento e à perda de rendimento. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda tem duas horas, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. A diferença entre o anterior Governo e este Governo é que o Governo do Partido Socialista olhava para a agricultura com estratégia e com medidas que a sustentavam para o presente.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Tirar dinheiro é que é a estratégia?!

A Oradora: Veja a diferença, foram os Governos do Partido Socialista que implementaram medidas como, por exemplo, o SAFIAGRI, para apoiar as despesas da agricultura com as taxas de juro, em 3 milhões de euros. Criaram apoios específicos de ajuda à seca, em 2018, cerca de 3 milhões de euros.

Apoiavam as associações agrícolas a tempo e horas, ao contrário deste Governo, que lhes está a dever 5 milhões de euros.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que pagar o que deve, Sr. Secretário!

A Oradora: O suplemento ao abate dos bovinos de 2021, este Governo ainda deve 2,4 milhões de euros. Sr. Secretário, somando e fazendo as contas, o Partido Socialista nunca retirou dinheiro aos agricultores. O Partido Socialista, quando governava, preparava as suas explorações e os agricultores para o futuro, ao contrário deste Governo, que a única coisa que faz é estagnar a nossa agricultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou ter que voltar a repetir, com um novo gráfico.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem duas horas, Sr. Secretário!

O Orador: Se compararmos 2023 com 2019, a diferença ainda maior, são 12 milhões de euros. 12 milhões de euros que retiraram ao bolso dos agricultores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Podem os agricultores desta Região contar com este Governo para ter confiança

e credibilidade nos seus apoios e nas medidas que nós temos implementado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Nunca houve um Governo que apoiasse em 80% a compra de sementes de milho e de sorgo para recentrar a nossa alimentação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nunca houve um Governo que apoiasse em 50% aquilo que são as leguminosas para a existência de pastagens biodiversas. Isso, sim, é estratégia. Não é ações pontuais cegas e que ainda por cima retiram muito dinheiro aos agricultores.

Deputado José Ávila (*PS*): Não, isso são ações pontuais!

O Orador: Eu acho que o PS, nessa questão da agricultura, daquilo que são os apoios comunitários, só tem que fazer uma coisa: pedir todos os dias, de joelhos, desculpa aos agricultores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Deputado Berto Messias (*PS*): Menos Facebook e mais governo, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quando sair o relatório da Câmara da Praia...

Deputado Berto Messias (*PS*): E quando for a assembleia geral da Casa do Povo da Ribeirinha?

Presidente: Sr. Deputado Alberto da Ponte, faça favor.

(*) **Deputado Alberto Ponte** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo socialista da República, tal como os Deputados socialistas dos Açores, não são amigos dos açorianos. Exemplo disso foi excluir os agricultores dos Açores dos apoios destinados à mitigação do aumento de custos de produção devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, mais de 15 milhões de euros que os agricultores açorianos não receberam.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Outro exemplo foi o projeto de resolução cujo objeto era a isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social, trazido aqui, em 22/03/2022, por esta coligação e aprovado por maioria nesta Assembleia Regional. E na Assembleia Nacional foi chumbado pelos Deputados socialistas da República. Igual atitude tiveram os Deputados socialistas da Região Autónoma dos Açores, estes não mexeram uma palha para alterar esta injustiça inqualificável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Aliás, como fez o Dr. Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo, nesta Região. O que fazia era para prejudicar a agricultura. Passo a elencar alguns exemplos:

Fecharam as candidaturas à agricultura biológica;

Implementaram na Região rateios, chegando a 50% em 2020, no ano de pandemia; ...

Deputado Mário Tomé (PS): E os projetos, onde é que estão?

O Orador: Deixaram os agricultores de mão estendida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS, na oposição, volta a estar contra a agricultura. 20/10/2021, por exemplo, no apoio ao abastecimento de gasóleo à agricultura na Região Autónoma dos Açores, que destinava o gasóleo verde para apicultores, prestadores de serviço e associações. Os Deputados socialistas voltaram a votar contra, mais uma vez.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Foi este Governo de coligação que fez a alavancagem neste setor vital da nossa economia acabando com os rateios, apostando forte na diversificação da agricultura biológica, numa estratégia ilha a ilha.

A nível de infraestruturas, este Governo de coligação encontrou um abandono e uma degradação terrível, pois o Governo PS só se preocupava em construir e nunca fizeram manutenção e recuperação das infraestruturas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Este Governo de coligação, fazendo o bem e bem feito, continua a fazer a

recuperação e a manutenção das infraestruturas, não esquecendo, no entanto, o investimento. Provas disso são os investimentos em 2022, a saber:

Abastecimento de água, no valor de 1834000 euros;

Em caminhos rurais e agrícolas, no valor de 2343000 euros;

Para a eletrificação agrícola, 300000 euros.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Deputado, o papel aceita tudo o que se escreve!

O Orador: Este Governo está sempre a fazer mais e melhor. Este ano de 2023:

Abastecimento de água, no valor de 3 milhões de euros;

Em caminho agrícolas e rurais, 500 mil euros;

350 mil euros para a eletrificação agrícola.

Este Governo continua ao lado dos agricultores, ao contrário dos Deputados do PS, que mais uma vez não vão estar ao lado agricultores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste Plano e Orçamento, o Partido Socialista vai votar contra a reforma antecipada, o Partido Socialista vai votar contra as ações de formação agrícolas, o Partido Socialista vai votar contra os apoios em 80% na compra de sementes, o Partido Socialista vai votar contra a certificação das explorações agrícolas, o Partido Socialista vai votar contra a diversificação agrícola, o Partido Socialista vai votar contra a sustentabilidade agrícola, o Partido Socialista vai votar contra a autonomia alimentar, o Partido Socialista vai votar contra 10 milhões de euros para a recuperação e construção de caminhos agrícolas e rurais, o Partido Socialista vai votar contra o aumento de 8 milhões de euros no

Orçamento, o Partido Socialista vai votar contra o fim dos rateios.

Dito isto, os Deputados do Partido Socialista não têm credibilidade moral nem intelectual para falar de agricultura, deveriam, sim, se tivessem humildade para tal, pedir desculpa a todos os agricultores açorianos pelas péssimas posições que tomam em relação à agricultura.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos chavões que a Sra. Deputada Patrícia Miranda aqui trouxe, devo dizer que o fim dos rateios não é atirar dinheiro para os problemas. O fim dos rateios é dar previsibilidade e dar apoio aos agricultores. Isso é que é o fim dos rateios.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, depois, devo dizer que o planeamento estratégico do Partido Socialista, na verdade, era encomendar estudos na Inglaterra para acabar com os ratos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Estou a assistir a este debate...

(Burburinho)

Só pedia era que descontassem o tempo, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faça favor, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Vamos ouvir o Sr. professor!

O Orador: Eu acho que há uma questão que resulta perfeitamente deste debate: o PSD e o Governo não querem falar do presente e, por isso, refugiam-se no passado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas é do presente que nós estamos falando!

O Orador: E não querem falar no presente da agricultura nos Açores, porque a estratégia do Governo e a estratégia do Sr. Secretário Ventura é um falhanço absoluto!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Pelo amor de Deus!

O Orador: A ideia de baixar a produção de leite para aumentar o rendimento dos agricultores falhou por completo. E falhou, Sr. Secretário, em 30 milhões de euros! A agricultura nos Açores perde, só este ano, 30 milhões de euros,

responsabilidade da estratégia do Governo e da estratégia do Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Secretário, o senhor já faz parte do anedotário nacional. Mas vir aqui dizer que o que interessa é a proteína e o ómega-3, desprezando o esmagamento do rendimento dos agricultores, é algo verdadeiramente excepcional!

E para terminar, Sr. Secretário, vou-lhe dizer uma coisa, e ponham isso na cabeça: a política açoriana e o futuro dos Açores é cada vez menos uma comparação entre os Governos do passado do PS e o atual Governo, e cada vez mais o confronto entre o atual desgoverno e um futuro Governo do PS!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado José San-Bento, você é tão fraco em agricultura, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): Fraco é o senhor!

Deputada Andreia Cardoso (PS): A sua humildade é incrível!

O Orador: Dá vontade, obviamente, de nem sequer responder. Mas eu vou responder à sua intervenção, que é fraquíssima e de alguém que desconhece completamente o setor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Ó Sr. Deputado, deixe-me dizer uma coisa: Deus nos livre! Eu comparo o passado para Deus nos livrar do PS voltar a governar esta Região, a agricultura.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Porque se voltar a governar esta Região, já deu provas daquilo que faz e corta 10 milhões de euros de apoios aos agricultores, por ano!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E já governou 24 anos, já deu provas do que quer! É tão simples como isto, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Sr. Deputado, em 2009, 2011 e 2016, por resgates leiteiros, foram 300 produtores que saíram e 15 milhões de litros de leite, sem qualquer estratégia. Nós estamos a diminuir por exploração, não estamos a acabar com as explorações, como os senhores fizeram! Esta é que é a diferença em termos de estratégia, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nós apoiamos diretamente o produtor de leite, enquanto os senhores apoiavam as cooperativas, principalmente a UNICOL. E nós ficamos com a dívida às costas, de quase 1 milhão de euros, de cinco anos que não pagaram à cooperativa! 2 milhões de euros de multa relativamente a projetos mal analisados, que nós

estamos a pagar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é que é a vossa prova de governação. E vendo a vossa prova de governação, eu espero que nunca mais o PS governe esta Região, que vai ser um grande falhanço para os agricultores! É por isso que eu digo nunca mais, que Deus nos livre!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José San-Bento, faça favor.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, em dez segundos. Apenas para referir, Sr. Secretário, que esse vosso estilo de querer desqualificar o interlocutor para não ouvir o que tem que ser ouvido é um truque muito velho. O senhor preferiu tecer considerações sobre o meu conhecimento sobre a agricultura, que o senhor sabe perfeitamente o quanto eu ligo e trato de agricultura.

Mas vou-lhe dizer, Sr. Secretário, o senhor fugiu ao assunto.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Quer que eu diga mais ainda?

O Orador: O senhor fugiu ao facto de ser o responsável por uma estratégia que levou a que os agricultores açorianos estejam a perder 30 milhões de euros por ano. E sobre isso o senhor nada disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Com calma agora.

Deputado José Ávila (PS): Que é para ver se a gente percebe.

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, a expedição de produtos agrícolas atingiu um valor recorde nos Açores, mais de 600 milhões de euros, 57% dos bens expedidos, dos bens alimentares. Nunca tal foi atingido.

Deputado José San-Bento (PS): 30 milhões!

O Orador: Ora, isto significa riqueza para a Região acima de tudo. Os senhores teimam em não reconhecer esta riqueza que é criada.

E, Sr. Deputado José San-Bento, nos Açores, em que existem nove parcelas de terreno, em que existe a pequena e a média exploração, um Governo que em 2020 corta 3 milhões de euros à pequena e média agricultura, ...

Deputado Tiago Branco (PS): Não consegue responder a uma única questão!

O Orador: ... um Governo que corta 30 euros no primeiro escalão, é um Governo que é insensível à agricultura, que é insensível à pequena e à média escala...

Deputado José San-Bento (PS): Fale do presente! Isso já passou!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É comparar o presente com o seu passado!

O Orador: ... e é um Governo que pretende aquilo que na República querem. Na República querem terminar com a agricultura e ser um país de importação de bens

alimentares.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Basta ver o último regulamento comunitário, em que a Ministra da Agricultura foi a única que não defendeu o leite, foi a única que não defendeu a produção de leite, na reunião de Ministros.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Todos os países falaram dos baixos preços, menos a Ministra. Ou seja, há uma estratégia do Governo da República em terminar com a produção agroalimentar e ser um país importador. Não, nós não queremos isto. E estamos a ser prejudicados por essa estratégia da República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento fez aqui o apelo para falar do presente. E vamos falar então um pouco daquilo que tem sido a postura do PS no presente. O PS apresentou nesta Assembleia uma proposta que anulava o gasóleo agrícola e essa

possibilidade, à sombra da leitura ambiental. Essa foi a proposta que o PS apresentou aqui.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O seu Grupo Parlamentar saudou o Governo da República por ter deixado de fora os agricultores dos Açores nas medidas de apoio à compensação pelo IVA zero. O seu Grupo Parlamentar saudou, em março de 2023. Esse é o PS atual.

Deputado José San-Bento (PS): Fale do preço do leite, da estratégia do preço do leite! Isso é o que eu quero ver!

O Orador: Sr. Deputado, os dados mostram-nos que, hoje, com menos leite, produz-se muito mais produtos de valor acrescentado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor acha que o caminho é produzir muito e desvalorizado? É isso que o senhor defende?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Foi isso que fizeram!

O Orador: O Sr. Deputado quando fala em 30 milhões, é bom ter na memória que o senhor patrocinou, ou o seu partido, retirar 15 milhões dos apoios nacionais aos agricultores dos Açores.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para uma interpelação? Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, no sentido de pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Bem, sendo regimental e atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã, às 10 horas.

Eram 19 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

O redator, André Silva